



GENERAL MELLO REGO

REBELLIAO

PRAIEIRA

PAGINA DE OCCASIAO



PIO DE JANEIRO  
IMPRESA NACIONAL

1899

72-99

L.V.F



981.34-053  
REG







## ADVERTENCIA

---

O que se vai ler no presente livro não é, propriamente, a Historia dos acontecimentos politicos occorridos em Pernambuco nos annos de 1848 e 1849, que foram origem e tambem consequencia do movimento armado conhecido pela denominação de *Rebellião Praieira*.

E' simplesmente a corporisação, com alguns appendices, de duas series de artigos que publiquei no *Jornal do Commercio*, com o fim, na primeira, de não deixar que ficasse registrado nos « Annaes do Congresso Nacional », sem a precisa rectificação, o erro,

por demais generalizado », de que aquelle movimento teve intuitos republicanos.

Na narração e apreciação dos factos, de boa parte dos quaes eu podia fallar de propria sciencia, tive de entrar em considerações que serviram de motivo a uma contestação assás animada e mesmo aggressiva, que me obrigou a replicar documentadamente e tambem com animação.

Esse trabalho constitue a segunda serie, na qual, como na primeira, se encontram esclarecimentos e dados que habilitarão o leitor a formar juizo acertado sobre taes acontecimentos, ainda mal conhecidos.

Nada alterei nos alludidos artigos, conservando-lhes a fórma de polemica, a que tiveram de ser subordinados na occasião.

Não escrevendo a Historia, reuni, entretanto, apontamentos que poderão, como subsídio, ser utilizados por aquelles que se propuzerem a escrevel-a.





# REBELLIÃO PRAIEIRA

~~~~~

PAGINA DE OCCASIÃO

## I

A referencia feita pelo *Jornal do Commercio* de 11 de novembro ultimo ( 1895 ) ao caso do Dr. Jeronymo Villela Tavares, cuja cadeira de lente não foi declarada vaga e provida, embora tivesse elle sido condemnado á pena que trazia essa perda, podia ajuntar-se o que occorreu com o Deão Dr. Joaquim Francisco de Faria, lente de latim no antigo Lycêo Pernambucano.



Annistiado e reassumindo o exercicio de sua cadeira, reclamou o pagamento dos ordenados atrasados, como consequencia, dizia, da amnistia, a qual deixaria de attingir o seu fim, si devendo fazer desaparecer todos os effeitos do crime, não annullasse tambem a pena que o privara da percepção dos seus vencimentos de lente. E o presidente da provincia, que era o Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, depois Visconde de Bom Conselho, conhecedor do direito, como professor que era na então Academia Juridica de Olinda, advogado notavel e administrador provecto, assim o deferiu; dando-se a circumstancia de, apezar da divida abranger mais de um exercicio, a thesouraria provincial considerar toda ella como pertencente ao exercicio em que foi feita a sua liquidação e logo paga pela verba — «Eventuaes», sem dependencia de credito para esse fim votado pela assembléa provincial.

Para ser fiel narrador, devo dizer que essa intelligencia dada aos effeitos da amnistia achou um impugnador — unico <sup>1</sup> — na assembléa provincial.

« A percepção dos vencimentos do professor », dizia elle em resumo, « pre-suppõe exercicio das respectivas funcções, o que não se deu; e sendo as faltas, em

<sup>1</sup> O escriptor destas linhas.

tal caso, materia de economia interna do estabelecimento, regulada por disposições disciplinares, não deviam alcançal-a os effeitos da amnistia, medida de character politico e dictada por interesse de ordem publica, que não podia descer até á perturbação do regimen escolar creado e regulado por lei provincial.»<sup>1</sup> Tambem censurou o modo por que fôrã liquidada e paga a divida.

Responderam que não sendo a falta de exercicio acto voluntario do professor, que se achava coagido em sua liberdade e privado dos seus direitos de cidadão, em consequencia do crime que a amnistia puzera em esquecimento, como si nunca houvesse existido, era logico que a questionada falta devêra tambem ser considerada como não existente; e assim, cessando o motivo que privara o professor da percepção do seu or-

<sup>1</sup> Referia-se á seguinte disposição da lei que regia a instrucção da provincia:

« Art. 6.º Os professores do Lycéo, e os mais desta capital cobrarão os seus honorarios por ponto, rubricado pelo director, declarando este nos mappas, que devem enviar os professores de tres em tres mezes, si elles teem cumprido ou não as suas obrigações. »

Outro artigo assim dispuña:

« O professor que abandonar a aula por mais de dous mezes, sem ter pedido licença, julgar-se-ha que tem demittido a sua cadeira, e como tal será novamente provido. »

Por contar-se com a amnistia, que só veio dous annos depois, não foi observada essa disposição.



denado, e devendo este ser-lhe desde logo restituído, dava-se o caso de divida eventual, que como tal tinha de ser paga. Aos entendidos deixo a apreciação de tal raciocínio.

E' verdade que o Deão Faria não chegou a ser condemnado pelo jury, como Villela Tavares e Lopes Netto. Mas, deputado como estes — na occasião do crime — denunciado do mesmo modo pelo promotor publico e pronunciado igualmente como um dos chefes da revolta, só não foi submettido a julgamento por se ter occultado e esquivado da prisão, ou, antes, porque não houve empenho em prendel-o. Não sei, porém, si pela circumstancia de não ter sido condemnado, ficou o Deão com melhor direito do que Villela Tavares para receber os seus ordenados, e não sei mesmo o que a respeito deste resolveu o Governo central.

Em identicas condições do Deão Faria estavam Antonio Affonso Ferreira e Arruda Camara, deputados ambos e pronunciados, mas que não foram submettidos a julgamento por se terem conservado occultos, sem entretanto se retirarem da provincia. Relacionados e aparentados com as principaes familias, em que por igual se contavam os seus membros, tanto no partido praieiro, como no do governo, acharam sempre agasalho e viveram mais ou menos tranquillos, com tacita aquiescencia das autoridades, até que lhes chegou a amnistia.



Como procedeu o Governo em relação aos vencimentos delles, que eram juizes de direito, tambem não sei. Si alguma resolução houve a respeito, deve constar do archivo da antiga secretaria da justiça, como tambem da secretaria da presidencia de Pernambuco.

## II

Serve o que fica dito para mostrar como eram brandos naquelles tempos os nossos costumes, e como moderado e tolerante era o Governo.

Contudo alguns chefes procuraram refugio no estrangeiro: foi um delles Peixoto de Brito, o deputado que mais se salientou na revolta e mais impulso lhe deu, e não Nunes Machado, como erradamente se tem dito e, ainda ultimamente, se procurou insinuar da tribuna do Senado, a proposito da pensão solicitada por uma filha de Pedro Ivo.

Não é que a Nunes Machado faltassem predicados, prestigio e sympathias, — de que dispunha mais do que nenhum outro — para pôr-se á frente da revolta; mas porque, quando elle chegou a Pernambuco, indo daqui, de onde sahio

de animo pacífico <sup>1</sup>, já achou os seus amigos em armas, tendo-se dado já o sangrento ataque de Mussupinho, em que a força do Governo teve 23 mortos e 66 feridos, inclusive o bravo capitão Rocha Brazil, comandante da vanguarda, e os rebeldes, 50 mortos e mais de 100 feridos, além de 56 prisioneiros.

Nunes Machado pronunciou-se francamente contra a luta armada, procurando dissuadir os amigos do proposito de levarem-n'a por diaute. Tal estranheza, porém, causou a sua linguagem, taes murmurios provocou, a taes commentarios deu lugar, que, fraqueando-lhe aquella coragem civica de que dera provas em outras occasiões, em vez de se impôr aos amigos e contel-os cedeu de suas opiniões, e no dia seguinte fazia distribuir um impresso avulso, concebido nestes termos:

*«Ao publico —* Tendo-se espalhado, de hontem para cá, depois da minha chegada, a mais infame noticia, offensiva da lealdade do meu character, como a de que me acho inteiramente mudado de meus principios, adhiro á causa saquarema <sup>2</sup> que

<sup>1</sup> Conta Urbano Sabino, no seu opusculo «Apreciação da Revolta Praieira», que Nunes Machado havia recebido cartas de amigos, chamando-o para, com sua presença, acalmar os animos, que se achavam muito excitados e evitar um rompimento, que estava imminente.

<sup>2</sup> Em Saquarema, freguezia da provincia do Rio de Janeiro, tinha fazenda e residia Rodrigues Torres, depois Visconde de Itaboraí, chefe politico considerado e procurado pelos amigos, que lá iam ou-

por tanto tempo tenho combatido; julgo do meu rigoroso dever declarar perante os meus comprovicianos que estou cada vez mais firme em minhas opiniões; e visto como a malvadez do presidente da provincia, o Sr. Herculano Ferreira Penna, tem feito derramar sem nenhum motivo legitimo o sangue dos meus patricios, e se dispõe a levar a minha patria a ferro e fogo, estou resolvido a correr todas as vicissitudes, a que porventura possa ser levada esta bella provincia, e nem duvido offerecer a minha vida, si tanto fôr preciso, para salvar Pernambuco das desgraças que lhe estão propinquas.»

Esta declaração, que tem a data de 18 de novembro de 1848, foi um acto de fraqueza, mas que deu grande força á rebellião, animando os tibios e indecisos a pronunciarem-se pela revolta, e fazendo crescer o enthusiasmo e dedicaçãõ dos que já se tinham pronunciado e tomado armas. E esse foi o unico serviço — muito valioso sem duvida — que Nunes Machado prestou á causa

vil-o. Dahi a denominação de *Saguarema* dada ao partido de que elle, Vasconcellos, Honorio (Paraná), Paulino de Souza (Uruguay), Euzebio de Queiroz eram chefes, e que mais tarde tomou o nome de conservador. *Luzia*, assim chamado, desde que a revolução de Minas foi vencida em Santa Luzia, era o partido contrario, mais tarde o liberal, a que pertenciam Limpo d'Abreu (Alasó), Alves Branco, Paula Souza, Vergueiro, Ottoni, etc. Referindo-se a essa denominação dizia Vasconcellos:

« Assim como Scipião, derrotado n'Africa, ficou chamado o Africano, o partido que, empunhando armas foi derrotado em Santa Luzia, tomou o nome de *Luzia*. »



da revolta, como teremos occasião de ver mais adiante.

Si elle tivesse permanecido no pensamento com que daqui sahiu e chegara a Pernambuco, e procurasse desfazer os embustes de que eram victimas os seus amigos, por effeito de proclamações e escriptos incendiarios, <sup>1</sup> profusamente espalhados na capital e pelo interior; si lhes tivesse explicado que o adiamento das camaras era um acto legitimo praticado pelo poder moderador, dentro da esphera de suas attribuições e que, portanto, não importava em violação da Constituição, com o fim de proclamar o absolutismo, si lhes tivesse feito comprehender os perigos de uma luta armada, as desgraças a que se expunha o partido, fraco e sem meios de sustentar essa luta com o Governo, o qual, ainda quando no começo não dispuzesse de bastantes

<sup>1</sup> Continham taes proclamações trechos como estes...

«Pernambucanos! O partido absoluto Miguelista, que se acha no poder, unido aos Portuguezes do Rio de Janeiro e daqui, acaba de dar principio á obra da nossa escravidão, entregando as nossas vidas e propriedades aos nossos mais encarnicados inimigos — os Portuguezes e os intitulados fidalgos Cavaleantis... A machina infernal fabricada pelo portuguez José Clemente, está sendo pelo presidente carrasco dos Pernambucanos... Este presidente escolhido e comprado pelos Portuguezes do run da Quitanda para estrangular os Pernambucanos, entregando-os aos seus verdugos, está manifestamente procurando desempenhar esta horrivel missão; nenhum de nós escapará á perseguição e á morte.»

recursos na provincia, receberia em breve das outras e da Corte os de que precisasse para vencer a revolta, teria poupado tanto sangue derramado inutilmente, teria evitado o aniquilamento do seu partido e a perda da propria vida, que elle offerecera « para salvar a sua bella provincia das desgraças que lhe estavam propinquas.» e que esse seu procedimento ia aggravar!

Peixoto de Brito e Lopes Netto, que era um dos mais exaltados, teriam, de boa ou de má vontade, recuado ante essa attitude de Nunes Machado, consciOS da impossibilidade de arrastarem as influencias politicas, principalmente as do interior em sentido contrario ao delle. Mas Nunes Machado em nada mais pensou, nem reflectiu, desde que viu suspeitada a sua probidade politica, dizendo-se que elle se havia vendido a Euzebio de Queiroz, ministro da justiça e alma do novo gabinete chamado ao poder; além de que temeu perder a popularidade, de que tanto se desvanecia.

### III

Uma vez chegado a este ponto, ser-me-ha permittida uma digressão, toleravel, si não necessaria, menos para fazer historia do que para



— *data venia* — rectificar uns quantos desvios da verdade dos factos, que se notam nos pareceres das respectivas commissões, com que em ambos os ramos do Congresso foi amparada a solicitação da referida pensão. Fal-o-hei á medida que se fôr offerecendo ensejo no correr desta narração, tanto mais indispensavel e oportuna quanto vejo com pasmo que, apezar do que se tem publicado a respeito e consta de numerosos documentos que correm impressos, ainda hoje, no seio do parlamento e pela voz autorizada dos seus membros mais conspicuos, allude-se, como um labéo atirado ao regimen passado, ao assassinato de Nunes Machado, á profanação de seu cadaver e ao desaparecimento mysterioso de um prisioneiro do Imperio, Pedro Ivo.

Deixemos, por emquanto, os chefes que se expatriaram. Fallarei delles mais tarde, para desde já tomar em consideração o que escreveram as citadas commissões. Comecemos pela da Camara dos Deputados:

« A commissão, etc... considerando que o capitão Pedro Ivo sacrificou a sua liberdade, vida e futuro, bem como o de sua familia, defendendo em 1848 no Estado de Pernambuco, então provincia, a bandeira republicana, já uma aspiração na terra de tantos heróes que a historia registra... »



Por partes. Ha ahi puro engano, si não ignorancia da Historia.

A revolta praieira nunca teve feição republicana. Em sua origem, aliás um pouco remota e anterior, mesmo a mudança politica que se operou a 29 de setembro daquelle anno, não passou de um movimento faccioso, com o pretexto de que, sendo as autoridades policiaes nomeadas por proposta do chefe de policia, não podiam ser demittidas sem que este fosse ouvido, theoria esta inventada por Antonio Affonso, chefe de policia, por occasião da passageira administração ao vice-presidente Souza Teixeira, depois Barão de Capiberibe, praieiro dissidente, que nos poucos dias em que occupou a presidencia, pela retirada de Chichorro da Gama, demittiu grande numero de autoridades do interior, e tambem da Capital, que elle mesmo havia nomeado quando montou o partido. <sup>1</sup>

Já a revolta estava em campo, já no norte como no sul da provincia os Praieiros tinham gente reunida, já havia corrido sangue per-

<sup>1</sup> O Sr. Dr. Joaquim Nabuco, em interessante estudo historico publicado na *A Provincia*, do Recife, a 2 de fevereiro ultimo (1898), por occasião da comemoração da morte de Nunes Machado, observa, referindo-se aos acontecimentos de 1848:

« ... já se passaram annos bastantes para podermos avaliar os homens daquelle época como si pertencessem a um passado remoto? a revolução, de que Nunes Machado foi a grande victima expiatoria, foi uma consequencia da effervescencia e os armamentos da provincia, das reacções que se

nambucano, como ficou dito, quando os deputados, chefes do partido e depositarios de suas idéas, publicaram o seu manifesto, documento longo e recheiado de declamações, que não continha nenhum principio politico ou programma, sinão a repetição das accusações, das queixas articuladas contra o presidente Ferreira Penna pelo orgão do partido, o *Diario Novo*, redigido por Abreu e Lima durante a ausencia dos deputados e com participação destes, especialmente de Lopes Netto, logo que elles se recolheram da Córte em seguida ao adiamento das Camaras.

O manifesto concluia por estas palavras:

« O que nos cumpre fazer? Acompanhar os nossos concidadãos na sua gloriosa defesã, protestar em nome da Constituição e do Imperador contra tantas atrocidades commettidas pelo seu delegado; e votar á execração dos Pernambucanos honrados e de todos os Brasileiros o nome do Sr. Herculano Ferreira Penna. »

seguiam ás mudanças politicas: o dominio da Praia não podia ser invertido sem que ella pegasse em armas; era o seu temperamento.

Mas a revolução devia considerar-se morta desde o seu alvorecer.

Desde que os Praieiros no norte não sustentaram a revolução paulista e mineira em 1842, os Luzias no sul não sustentariam nenhuma revolução no norte; além disto em 1843, quando rebentou o movimento em Pernambuco, a época das revoluções estava acabada para todo o paiz. »



Tem este documento, que de nenhum modo revela aspiração republicana, a data de 25 de novembro, e era assignado pelos deputados: Nunes Machado, Antonio Affonso Ferreira, J. Villela Tavares, F. Lopes Netto, J. F. de Arruda Camara, A. da Costa Rego Monteiro, Joaquim Francisco de Farias e Felix Peixoto de Brito e Mello.

Mendes da Cunha, magistrado, muito illustrado, character integro, orgulhoso, mordaz e esturrado, absteve-se completamente de entender-se com os amigos, reservando-se a liberdade de, em palestras pelas lojas e boticas, maldizer de todos e de tudo, em linguagem um tanto livre, què lhe era peculiar, com repentes engraçados.

Urbano Sabino, Chichorro da Gama, Carvalho de Mendonça e desembargador Abreu e Lima tinham ficado na Còrte.

Tudo quanto houvera sido extrahido do *Diario Novo* e condensado naquelle manifesto contra o presidente Penna, já tinha sido por este refutado antecipadamente em uma proclamação, tambem longa, dirigida á provincia após o combate de Mussupinho, cuja noticia lhe havia arrancado lagrimas.

Vivem ainda nesta capital e em Minas muitos dos que conheceram Ferreira Penna e com elle conviveram.



Esses que digam si houve jámais homem, mais avesso á pratica de violencias e atrocidades, mais incapaz de realizar uma politica de ferro e fogo, de sangue e de exterminio. Nessa proclamação está elle retratado.

«Pernambucanos!», dizia, historiando os acontecimentos e apreciando-os: «A missão que me foi confiada pelo Governo Imperial, quando se dignou encarregar-me da administração desta briosa provincia, é uma missão de paz e moderação, unica que póde estar de accôrdo com os sentimentos do magnanimo Chefe da nação, que em sua paternal solicitude vela incessantemente sobre o bem-estar dos Brasileiros, — unica que eu poderia aceitar offerecendo como garantia do seu fiel desempenho todos os precedentes de minha vida publica. Não acrediteis nos embustes com que alguns homens mal intencionados pretendem illaquear vossa boa fé, e converter em recursos de sua elevação pessoal as nobres inclinações de vosso reconhecido patriotismo.

.....  
Pernambucanos! que estais illudidos! Recuai enquanto é tempo, da carreira do crime, deponde as armas, que não podeis empunhar sem offensa da magestade da lei... abandonai a causa da revolta; apresentai-vos ás autoridades legitimamente constituidas, e ficai certos de que, recolhendo-vos tranquillos ás vossas casas, achareis no presidente da provincia o primeiro defensor dos vossos direitos, quando sejam por qualquer maneira offendidos.»

Não se achavam os animos em estado de ouvir esta linguagem.

Era necessario obrar com promptidão e energia, qualidades que não concorriam no character de Ferreira Penna, pausado e tardio em suas deliberações, nem sempre revestidas do cunho de firmeza que prestigia os actos da autoridade. Disto se convenceu o Governo, que resolveu dar-lhe successor a pedido, segundo se disse. Tenho, porém, fundamento para crer que não houve tal pedido, o que aliás pouco importa ao caso.

Substituiu-o o desembargador Manoel Vieira Tosta, Marquez de Muritiba, que estando nomeado para o Maranhão, foi por sua vez substituído por Ferreira Penna, que passou para aquella provincia.

#### IV

Não podia o Governo ser melhor inspirado. O novo presidente tomou posse a 25 de dezembro, sendo recebido de lança em riste e insultuosamente pelo *Diario Novo*.

A actividade que desde logo adquiriram as operações, deram como primeiro resultado a re-



tirada, para fóra da capital, de uma parte dos deputados, occultando-se a outra, com receio de ser presa, deixando assim de auxiliarem de publico a rebellião, como faziam confiados em suas immunidades.

Nessa occasião o grosso das forças rebeldes, que tinham começado a reunir-se nas mattas do Catucá, sob o mando de João Roma, achava-se ao norte da capital, no termo de Iguarassú, formando uma columna de 1.000 homens, mais ou menos, com os contingentes levados por Manoel Pereira de Moraes, conhecido por Moraes da *Inhaman*,<sup>1</sup> commandante superior da Guarda Nacional de Iguarassú; por João Paulo Ferreira, commandante de um batalhão da Guarda Nacional de Olinda; pelo coronel Lucena, influencia politica na comarca de Limoeiro, por Leandro Cesar, em Nazareth, etc.

Não são sem interesse estes pormenores, como veremos depois.

A essa força havia-se reunido Borges da Fonseca, vulgo *O Republico*, desde o dia 15 de novembro, tendo antes, segundo elle mesmo referiu, procurado os deputados para convencel-os de que a revolta, sem proclamar uma idéa politica que lhe servisse de bandeira, não passaria de um movimento faccioso e mesquinho com a

<sup>1</sup> Nome de sua fazenda de assucar, no termo de Iguassú.



única mira no poder; que essa bandeira devia ser a convocação de uma constituinte, que realizasse reformas radicaes, sem as quaes não haveria patria livre.

Não podiam os deputados pôr-se de intelligencia com Borges da Fonseca, que fôra até então encarniçado inimigo do partido praieiro, e por este perseguido a ponto de o metter na cadêa.

Estavam muito frescas ainda as offensas e injurias trocadas na imprensa, de parte a parte, na linguagem mais desbragada, os insultos atrozes atirados ao presidente Chichorro da Gama, para que decentemente accitassem a alliança de um homem aliás perigoso, que nenhuma força daria á revolta, e a quem havia pouco chamara o *Diário Novo*, em repetidos artigos,

« o mais famoso anarchista do Brazil, verdadeiro bandido sem crenças, proclamando como direito do povo o punhal e o bacamarte, energumeno *sans coulote*, que insultava o Imperadôr, que desacatava, como o mais sordido brejeiro, a nossa virtuosa Imperatriz; e que prégava uma cruzada contra todas as testas co-rodadas... furioso mentecapto, demagogo de chinelos, e o mais esforçado espoleta para planos, não de republica, mas de anarchias e aguas turvas, onde pretendia pescar ».

Tal era o conceito formado de Borges da Fonseca pelo órgão praieiro.

Todavia, não deixaram os deputados de reconhecer a necessidade de dar á revolta uma bandeira, proclamando a urgencia de certas reformas que, não podendo ser realizadas por leis ordinarias, reclamavam a convocação de uma assembléa com poderes constituintes. Nesse sentido e sob o titulo — *bandeira do partido liberal* — encetou o *Diario Novo*, pela penna de Abreu e Lima, uma propaganda retumbante e declamatoria, mas em que havia seu fundo de verdade, contra a centralisação que atrophiava as provincias.

« Queremos a união do Imperio », affirmava o órgão praieiro, depois de enumerar todos os soffrimentos da nação e recapitular os *crimes* hediondos cometidos pelo Governo contra Pernambuco; « mas queremos que o Governo economico das provincias lhes pertença todo: que ellas concorram para os encargos da União, mas que não continuem como estão, a ser tristes feudatarias do Rio de Janeiro. A centralisação, como está, é um cancro que nos mata e por isso deve acabar...

« Pernambucanos! A vossa causa »; concluia esse primeiro artigo, « é toda justa, toda santa e legitima; os mandões da Côrte que lucraram com o nosso atrasamento, nos querem esmagar; ás armas!



ás armas! ou vencermos para termos uma assembléa constituinte, ou morrer como os nossos antepassados no campo da honra.»

O segundo artigo, dando maior desenvolvimento ao pensamento da convocação da constituinte, queria que essa convocação fosse feita pelo Imperador, como *Defensor Perpetuo do Brazil*.

« Não é de balde », observava o citado órgão, já no terceiro artigo, « o titulo de — *Defensor Perpetuo do Brazil* — que o povo outorgou ao fundador do Imperio e aos seus successores, no acto solemne de proclamar a sua independencia. Seria vão e até ridiculo, que semelhante titulo não tivesse significação politica... O titulo de *Defensor Perpetuo* tem uma significação mais alta, mais extensa que o de Imperador, porque este é apenas o chefe do poder executivo, porém aquelle abrange todas as emergencias por que soem passar todos os imperios em suas vicissitudes e contratempos, isto é, estende-se além do poder ordinario circumscripto á Constituição.

Quando pedimos a convocação de uma constituinte é claro que é ao Imperador a quem nos dirigimos; porque só elle o póde fazer na actualidade, salvo si a Nação toda o quizesse de repente, e o fizesse por si mesma; mas este caso é extremo e de consequencias funestissimas, porque neste estado o Imperio seria dissolvido. Para evitar este extremo desastroso é que pedimos uma constituinte... »



A esse tempo, isto é — já nos ultimos dias de dezembro, resolveram os directores do movimento estabelecer o quartel-general e centro das operações no sul da provincia, em Agua Preta, onde a força reunida não excedia de 500 homens em diversos pontos, inclusive indios de Jacuibe.

Com esse proposito partiu Peixoto de Brito acompanhado dos collegas Nunes Machado, Vilela Tavares, Antonio Affonso e varios outros amigos politicos, indo antes a Alagôas, provincia de que elle havia sido presidente até abril daquelle anno, e onde suppunha ter deixado numerosos amigos que o acompanhariam. Ilusão!

Na occasião da partida, a 31 de dezembro, foi distribuída uma proclamação assignada pelos mesmos oito deputados signatarios do primeiro manifesto, e que em nada destoava deste: as mesmas declamações e recriminações, os mesmos embustes, variando apenas na fórmula, mas sem nenhuma allusão, sem uma palavra, sequer, que significasse aspiração republicana, nem ao menos a menor referencia á convocação da constituinte.

« Salvemos Pernambuco da ignominia de uma conquista, tanto mais ignobil e aviltante », dizia a proclamação, « quanto tem por objecto dar ganho de causa aos Portuguezes.

Concidadãos! Nada temos a esperar do Rio de Janeiro; o Governo para conquistar Pernambuco pretende entregar o Rio Grande do Sul ao estrangeiro, que já tem invadido o seu territorio; em sua ira tem esgotado contra nós todas as forças do Imperio, e não contente com as infamias praticadas pelo presidente Herculano Ferreira Penna, que ainda achou pouco sanguinario, mandou para substituil-o o desembargador Manoel Vieira Tosta, homem de coração feroz, nosso inimigo figadal e todo dedicado á causa dos Portuguezes...

Todo o Brazil tem os olhos fixos sobre Pernambuco; a sorte deste vasto Imperio depende hoje dos nossos esforços e da nossa valentia.»

Por fastidiosas que pareçam estas transcrições, julgo-as necessarias, porque mostram que a bandeira da constituinte, proclamada pelo partido que fez a revolta, não implicava a idéa republicana, e « já uma inspiração na terra de tantos heróes », como disse a commissão.

## V

Treze dias depois da partida dos deputados, isto é, a 13 de janeiro, foi distribuido no Recife, com data do 1 desse mez, um manifesto — Ao MUNDO — assignado pelos chefes militares



da columna do Norte e Borges da Fonseca, a saber, Manoel Pereira de Moraes, João Ignacio Ribeiro Roma, Henrique Pereira de Lucena, João Paulo Ferreira e J. Baptista do Amaral e Mello.

Esse documento, obra de Borges da Fonseca, mas fundido no mesmo molde dos dados á luz pelos deputados, no tocante ás declamações, recriminações e embustes, protestava que seus signatarios só largariam as armas, quando vissem convocada uma assembléa constituinte para realizar os seguintes principios:

« 1º — voto livre e universal do povo brasileiro, — 2º plena liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa, — 3º trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro, — 4º commercio a retalho para os cidadãos brasileiros, — 5º inteira e effectiva independencia dos poderes constituidos, — 6º extincção do poder moderador e do direito de agraciar, — 7º elemento federal na nova organização, — 8º completa reforma do poder judicial em ordem a assegurar as garantias dos direitos individuaes dos cidadãos, — 9º extincção de juro convencional, — 10 extincção do actual systema de recrutamento. »

Apressou-se o *Diario Novo* a declarar que o manifesto era

« uma producção apocrypha, e por consequencia espalhada pelos guabirús



(denominação que davam aos adversários) para apresentarem o partido liberal como inconsequente, adoptando idéas tantas vezes por elle condemnadas».

Repellido pelos deputados, como vimos, não desanimou Borges da Fonseca, homem sem escrúpulos e de uma audacia fóra do commum; e muito de industria foi metter-se nas forças que operavam no Norte, como ficou dito.

Figura antipathica, magro, escaveirado, physiognomia simiesca, oculos fixos, ardente até a ferocidade, timbre de voz agudo e aspero, tinha, entretanto, palavra facil, animada e persuasiva, sobretudo dirigindo-se ás classes pouco illustradas. Sabia incutir-lhes no animo o que sentia ou apparentava sentir, pois a sua linguagem amoldava-se sempre ás circumstancias da occasião.

Não lhe foi, portanto, difficil dominar o animo daquelles chefes e arrancar-lhes a assignatura para seu manifesto.

Muito contrariados deviam ter ficado os deputados com o facto, e ainda mais com o ascendente assumido por Borges da Fonseca sobre os chefes daquella força, a mais importante e melhor organizada com que contava a revolta. Mas que fazer?

## VI

Continuemos na apreciação do parecer da comissão:

« Considerando », pondera esta, « que o Governo da monarchia, contra o qual o capitão Pedro Ivo se bateu como um bravo, depois de tel-o encerrado (?) na fortaleza da Lage, para onde viera preso, 1849, fôra obrigado a fugir (o Governo da monarchia?) para recuperar a sua liberdade, morrendo pouco tempo depois, em virtude de molestias adquiridas na insalubre prisão e mãos tratos recebidos »;

Reservando-me para, em capitulo especial, mostrar qual o papel que a Pedro Ivo coube na rebellião praieira, em que elle não bateu-se contra o Governo da *monarchia*, como se verá, deixarei de parte este considerando. Quanto á asseveração de que Pedro Ivo recebera na insalubre prisão que lhe foi destinada mãos tratos, de que morrera, deve o honrado relator do parecer ter em mão as provas do facto que denuncia, agora, que, só passados 44 annos, é pela primeira vez articulado. Elle as apresentará.

O que se sabia era, que afóra a circumstancia de achar-se preso e não poder sahir da fortaleza, nenhum outro constrangimento soffria Pedro Ivo, sendo tratado com as devidas attenções, tanto



pelo commandante, velho official reformado e bondoso, como pela guarnição. Assim é que mantinha franca correspondencia com os amigos de terra, recebia os emissarios por elles enviados, com os quaes concertava os meios de evadir-se, e delles recebia o dinheiro que para tal fim lhe era mandado, segundo as preciosas revelações feitas pelo Sr. senador Christiano Ottoni em carta que entreguei á publicidade. <sup>4</sup>

« Considerando », continúa a commissão, « que o meio soldo a que tinha direito a esposa do revolucionario pernambucano, hoje fallecida, lhe foi negado sob pretexto de não ficar averiguado em documento o fallecimento do capitão Pedro Ivo ; »

Não havia no regimen passado e creio que tambem no actual — conheço pouco da legislação recente — lei que garantisse tença de meio soldo ás viúvas dos « revolucionarios », fossem elles Pernambucanos, Bahianos ou Piauhyenses. Provavelmente o honrado relator confunde o caso da viúva de Pedro Ivo com o da viúva de Nunes Machado, « revolucionario pernambucano ». A esta, sabendo o Imperador as más circumstancias em que ficara, sem meios de subsistencia, mandou dar-lhe de seu bolsinho uma pensão de 100\$ men-

<sup>4</sup> Vej. Apendice I

saes, que hoje equivaleriam a 300\$, e era muito sufficiente para ella viver sem privações, mantendo-se na vida modesta a que estava habituada.

Mas isto foi acto de beneficencia particular de D. Pedro II, que, como é sabido, era prodigo na pratica de acções desta ordem.

« Considerando », continúa a commissão, « que este meio soldo, em virtude de disposição expressa de lei, devia reverter em favor da peticionaria, como filha unica e solteira do referido capitão, e lhe foi sempre este direito negado pelo Governo da monarchia, sob o mesmo pretexto de falta de documento comprobatorio do fallecimento do illustre revolucionario; »

O nobre deputado, illustrado como é, esquece uma circumstancia diante da qual desfaz-se todo o castello que ahi architectou, e é que Pedro Ivo, tendo sido condemnado á pena de dez annos de prisão e expulso do exercito, tinha, *em virtude de disposição de lei expressa*, perdido a patente, e consequentemente não tinha mais soldo para deixar á sua familia. Por mais illustre que elle fosse como revolucionario, nem o Governo da monarchia, nem o da Republica, nem o de qualquer outro regimen em que se saiba respeitar a lei, podia mandar pagar o meio soldo requerido.

« Considerando, finalmente », conclue a commissão, « que, do que fica exposto,



é um dever sagrado da patria republicana amparar a filha de João illustre Brasileiro, victima do seu amor e dedicação á causa da liberdade e da Republica, evitando que ella continue a estender a mão á caridade para adquirir meios de subsistencia quando estes meios lhe estavam e estão garantidos por lei e iniquamente lhe foram negados, é a commissão de parecer que seja adoptado, etc., etc... »

O que fica dito em relação ao anterior considerando mostra, que os meios de subsistencia que agora dão á filha de Pedro Ivo nunca lhe estiveram nem estão garantidos por lei, e nem houve iniquidade em lh'os negar.

Quanto ao mais, não passa de um romance mal urdido, como veremos adiante, e assim tambem que não se tratava de Republica, repito, na luta em que Pedro Ivo tomou parte. Isto ha de ficar claro.

## VII

Antes de nos occuparmos com o parecer da commissão do Senado, documento que mais se recommenda pelo tom *pindarico* que adoptou e correcção grammatical, do que pelo respeito á verdade da Historia, vejamos o que se passava ao sul da provincia.

Peixoto de Brito, tendo sahido do Recife, como ficou dito, a 31 de dezembro com os companheiros já citados, em uma barcaça, saltou no dia 1 de janeiro na praia do Gamella, territorio de Alagôas, limitrophe da freguezia de Unna, pertencente a Pernambuco. Dahi seguiram immediatamente para o engenho Utinga, propriedade do tenente-coronel da guarda nacional J. L. Beltrão Mavignier — unico dos muitos amigos de quem Peixoto de Brito esperava auxilio e aos quaes se dirigira — que lh'os prestou, ficando sem resultado as cartas que escrevera.

E quanto não daria elle, passados annos, quando inteiramente libertado da paixão partidaria que o allucinava, para fazer desaparecer algumas dessas cartas, especialmente a que endereçara a Vicente de Paula, em que, maldizendo de «meia duzia de Brasileiros degenerados que unidos aos Portuguezes pretendiam escravisar-nos» e pedindo com instancia e conceitos os mais lisonjeiros ao ex-chefe da *Cabanada* que o auxiliasse, concluia: «sou de coração seu amigo affectuoso e fiel»?

Não se commoveu Vicente de Paula com as rogativas do seu «fiel amigo», e naturalmente amestrado pelas lições do passado que lhe haviam feito conhecer quanto se arrisca quem luta contra a autoridade legal, conservou-se neutro, para mais tarde significar a sua obediencia e mesmo offerecer seu concurso espontaneo ao Governo.



Differente foi o procedimento do mestiço Caetano Alves, famoso caudilho e lugar-tenente de Vicente de Paula na *Cabanada*. Delle fallarei depois.

Quiz o tenente-coronel Mavignier prestar ao amigo o auxilio promettido, e tratou de reunir o seu batalhão.

O seguinte officio que lhe enviou um dos seus capitães mostra qual o animo, em que se achava o povo daquella localidade:

« Tenho de communicar a V. S. que me não tem sido possivel reunir a companhia de meu commando, por isso que entre ella ha um emissario, que vem fazendo constar aos povos que marcham contra o Governo, e que por fim veem a ficar todos criminosos, e logo que entrarem em acção de fogo tem a retaguarda cortada pelos Mendonças.»

Isto faz crer que as reuniões eram feitas com engano do povo, o qual, uma vez esclarecido, recusava-se concorrer a ellas, isto é, — ir contra o Governo.

Tendo o presidente de Alagoas mandado forças para Porto Calvo, resolveram os deputados passar para Tentugal, em Pernambuco. Dahi Nunes Machado e Villela Tavares regressaram para o Recife, onde, occultos e reunidos a Lopes Netto, deviam formar uma commissão que se puzesse

em frequente correspondencia com o directorio que devia organisar-se em Agua Preta, e com os amigos do interior, para inteiral-os do que fosse occorrendo na Capital e das providencias tomadas pelo presidente — o que aliás Lopes Netto já fazia só.

Desde logo Peixoto de Brito constituiu-se general em chefe das tropas. Chegado, porém, a Agua Preta, onde já achava-se a columna do Norte — que nunca deixou de ser acossada pelas forças legaes — e com ella Borges da Fonseca, procedeu-se, por eleição dos chefes militares, á organização do directorio, que ficou assim composto: Peixoto de Brito, seu presidente e o executor de suas deliberações e ordens, com o titulo de ajudante-general; Antonio Affonso, Moraes de Inhaman, e Borges da Fonseca, como membros, servindo este mais tarde de secretario, pois não era homem para deixar-se ficar em plano inferior.

Dava-se isto a 23 de janeiro e Peixoto de Brito poz-se logo em grande actividade, submittendo á approvação do directorio o plano da organização da força, e em seguida a proposta de nomeação dos commandantes e promoção dos officiaes.

Expediu ordens para os pontos mais proximos, enviou officiaes com o fim de recolherem no mais breve tempo os contingentes dispersos, que deviam incorporar-se á força que tinha de entrar em operações. Não conseguiu reunir mais de 1.600



homens armados sufficientemente, com os quaes foram creadas tres divisões e seis brigadas, organização desproporcionada áquelle numero de praças.

Mas era preciso dar collocação ao grande numero de officiaes que havia. Além disto contava ir reunindo mais gente pelo caminho. A Pedro Ivo foi conferido o posto de brigadeiro e o commando de uma das divisões. Os outros commandantes e com igual posto eram João Roma e Moraes da Inhaman.

Fixada a ordem da marcha e traçado o itinerario a seguir, partiu de Agua Preta a força rebelde ás 4 horas da tarde do dia 27 de janeiro, deixando pequena guarnição em alguns pontos para illudir a gente do Governo, mantendo-a na crença de que tinha o inimigo em frente. Encaminhando-se para a comarca do Bonito, que atravessou, assim como a de Santo Antão, para chegar á Gloria de Goitá, desceu a columna pelo engenho Tapéra, e, cortando a freguezia da Luz, foi tomar a estrada de Páo d'Alho em S. Lourenço, no engenho Mocotó (Capibaribe), onde fez alto ao meio-dia de 1 de fevereiro, para á noite bater ás portas do Recife, distante 30 leguas de Agua Preta.

Esse movimento de flanco, quando do Rio Formoso já o general Coelho (Barão da Victoria) tinha posto em marcha as suas avançadas para

atacar os rebeldes naquelle ponto, foi sem duvida admiravel pela sua concepção, como pela exactidão e presteza com que foi executado, e bastaria para formar a reputação de um general em qualquer guerra regular.

Só quem conhece a topographia da região atravessada por aquella força, que de mais a mais, para esconder a sua marcha, teve de procurar caminhos desconhecidos, quasi impraticaveis, com voltas e desvios, para não se encontrar com forças do Governo, sob o sol abraçador de janeiro, tendo de transpor extensões que naquelle tempo eram pouco menos que desertos, em que até agua para beber faltava, é que pôde avaliar o esforço empregado, para vencer as difficuldades que se oppunham a semelhante operação e a pericia com que foi esta executada.

A Peixoto de Brito, como general em chefe, deve caber a gloria desse feito. Mas o general Coelho dizia que só a Pedro Ivo é que se devia attribuil-a.

Os revoltosos tinham empenho em dar ataque á capital, que esperavam tomar, no dia 2 de fevereiro, como commemoração do anniversario do gabinete organizado por Almeida Torres (Visconde de Macahé) que inaugurou a situação politica que acabava de cahir, e que elles tentavam restaurar.



## VIII

Nada ficou a dever o chefe das forças leaes, o general José Joaquim Coelho, acima mencionado, na rapidez com que tambem se moveu; pelo contrario, excedeu a dos rebeldes quando conheceu que estes, contra-marchando para o norte, levavam o proposito de acommetter a capital. Não o fez para conquistar nome e reputação, que já os tinha bem firmados. Mas é que naquellas condições o bravo e pundonoroso militar comprehendeu, em toda a sua extensão, a grande responsabilidade que sobre si pesava.

Contando com os rebeldes em Agua Preta, elle tinha communicado ao presidente, em data de 26, que pretendia no dia 30 dar-lhes ahi um ataque geral. Verifica, porém, ao approximar-se, o movimento que aquelles tinham operado; retrocede em marchas forçadas e alcança o engenho Camurimzinho no dia 29, onde foi informado da direcção tomada pelos rebeldes, que já iam com 48 horas de avanço.

Ouçamol-o na parte official em que elle dá conta ao presidente da marcha que fez; acompanhamol-o nas emoções que de caminho ia sentindo, na anciedade que o devorava.

« E' facil comprehender a surpresa »  
observava o general Coelho, referindo-se

á noticia que chegara á capital no dia 1, de que os rebeldes tinham abandonado Agua Preta e marchavam em direcção a ella, « com que V. Ex. receberia tão triste nova, vendo o inimigo ás portas da cidade, quando o suppunha combatido com forças respeitaveis, a mais de 30 leguas de distancia da capital.»

Depois de longa exposição dos incidentes occorridos e das providencias tomadas, que omitto, continúa:

« Como já disse, os rebeldes negaram-se ao combate em Agua Preta, onde não foram encontrados... levantei immediatamente campo e, a marchas forçadas, cheguei a 29 ao engenho Camurimzinho, onde encontrei noticias de que os rebeldes, por Santo Antão, voavam á capital. Com a intenção de cobrir aquella cidade, accelerei a minha marcha, e no dia 1 do corrente allí entrei, sabendo que o inimigo havia passado uma legua afastado, fazendo alto quatro leguas além e furtando-se no transito a todo e qualquer combate para não desmoralisar sua gente... A columna achava-se em deploravel cansaço, e a bagagem, além disso, vinha muito atrazada por falta de cavalgaduras de que me não quiz fornecer, tomando-as despoticamente aos particulares, como habitualmente praticavam os rebeldes, e por isso só ás 9 horas da noite pude chegar ao engenho Serriaria<sup>1</sup>. E sabendo shi que o inimigo,

<sup>1</sup> Distante da capital oito leguas.



pela marcha que trazia, já deveria estar ás portas desta cidade, puz a columna a caminho ás 2 horas da madrugada, disposto a não descançar antes de alcançar o inimigo; e mais adiante soube por alguns cargueiros, que já laborava o fogo na cidade; accelerei a marcha mais e mais, e depois de vencer o melhor de duas leguas, ouvi tiros de peça, e julguei travada a peleja; então envidei os ultimos esforços para alliviar a tropa, mandei largar embornaes e capotes e a columna, á marche-marche, percorreu em poucos momentos a distancia que ha entre Engenho Velho e Giquiá, onde fiz alto ás 10 horas da manhã, e onde apenas me demorei o tempo precisamente necessario para reunir, inquirir noticias e dar providencias, e continuando cheguei ao meio-dia a Afogados, onde deixei ficar o batalhão provisório de artilharia de linha guardando a povoação e defendendo a fuga dos revoltosos pela ponte: tomando pelo becco do Quiabo em procura dos Remedios e sem mais demora, acompanhado dos voluntarios do Cabo, do coronel de legião João do Rego Barros <sup>1</sup>, do 1º batalhão de caçadores commandado pelo major J. R. Coelho Kelley, e do 6º de caçadores ao

<sup>1</sup> Era um corpo de cavallaria, formado de cidadãos de posição social, proprietarios e seus parantes e adherentes, que serviam por pura dedicação á causa publica, sem perceberem vencimentos ou qualquer outra vantagem; sempre acompanharam o general, que os empregava em explorações e na dispersão dos grupos rebeldes que se iam formando. O coronel João do Rego Barros, seu commandante, era influencia politica de grande prestigio, homem de acção e abnegação que não media sacrificios no serviço das causas a que se dedicava.

mando do major J. Guilherme Bruce, continuei meu caminho e entrei nesta cidade, vindo pelo Aterro da Boa Vista (hoje rua Rosa e Silva), onde foram os nossos bravos saudados por aclamações tão vivas e sofregas, que mais pareciam applausos de uma victoria realizada do que preces de redempção. Esta demonstração de confiança não deixou de electrizar mais os nossos combatentes, que ambiciosos de gloria já se não lembravam das fadigas passadas.»

Eram 2 horas da tarde. Não se imagina a impressão que causou a chegada do general com a sua força, embora áquella hora o resultado da acção não parecesse mais duvidoso.

Rechagados os rebeldes do bairro de Santo Antonio, que estava quasi livre, a luta mantinha-se no de S. José, onde o tiroteio era ainda muito animado. Mas é que aquella força vinha apressar o desfecho da peleja, afastando a possibilidade de que esta entrasse pela noite, o que era muito para receiar. Além de que, não havia ainda diminuido o terror de que se achava dominada a população pacifica desde os primeiros tiros. Não sabendo dos accidentes do combate, e guiando-se sómente pelo que ouvia, conservava-se de portas fechadas, não se vendo viva alma ás janellas, como si a cidade tivesse ficado deserta.

Ao ouvirem-se, porém, os primeiros sons das cornetas e o brado de que era o general Coelho



que chegava, abriram-se de repente, como que movidas por força electrica, as portas e janellas das ruas por onde desfilava a columna. Foi um delirio!

« E' indizivel o entusiasmo », conta o periodico *União*, « que inspirou a todos a presença do general e a sua forte columna. As familias, lançadas no terror, cobraram animo, e com lagrimas nos olhos entoavam vivas energicos: uma aclamação immensa retumbou simultaneamente de um a outro ponto da cidade; todos os pensamentos tristes e melancolicos se dissiparam como por encanto, para dar lugar ás mais lisonjeiras esperanças. No meio das ardentes saudações do povo e da tropa, foi o general a palacio, onde ecoaram ardentes vivas. Dalli voltando no mesmo instante, tomou o commando em chefe de toda a força armada. »

## IX

Já em outra occasião narrei o que se passou naquelle dia memoravel.<sup>1</sup>

O mappa organizado na policia, que tenho á vista, dá aos rebeldes 200 mortos e cerca de 400 feridos e prisioneiros, inclusive tres chefes: Lucena,

<sup>1</sup> Vej. o Apendice I.

Leandro Cesar e Feitosa de Mello, e diversos officiaes subalternos.

Tanto esse numero de mortos como o de prisioneiros me parecem exaggerados. Segundo as declarações desses mesmos officiaes, a columna atacante mal chegava a 600 homens, si tanto.

Entre os mortos figura Nunes Machado. Tambem já referi em que circumstancias foi elle attingido pela bala que lhe tirou a vida. Mas terei de voltar a esse acontecimento que não é, como disse um honrado senador (Dr. Lopes Trovão), um dos pontos mais obscuros da historia nacional.

Quasi toda columna atacante foi anniquilada. Pedro Ivo conseguiu escapar, acompanhado de 50 homens, pela unica sahida que não foi guardada pelas forças do general Coelho. De Borges da Fonseca, que logo que penetrou no centro da cidade pela manhã, não cessava de bradar aos seus que « não deixassem um só *marinheiro* vivo » <sup>1</sup>, ninguem mais deu noticias, nem se sabe

<sup>1</sup> Foi-me affirmado este facto pelo coronel reformado Brito Inglez, Brasileiro adoptivo, muito conhecido; era chefe da pagadoria militar que então existia. Fallando no *mão quarto de hora* que passou emquanto os rebeldes occupavam a rua em que elle residia, dizia-me: « Veja como eu havia de estar, ouvindo Borges da Fonseca a gritar:— não me deixem um só marinheiro vivo ». Chamam aos Portuguezes *marinheiros* desde os tempos coloniaes, pelo facto muito commum de chegarem elles a Pernambuco como tripolantes dos navios que os transportavam, mesmo os que vinham estabelecer-se e com intento de ficarem. Muitos destes fizeram solidas fortunas no commercio, casaram e fundaram familia; mas eram sempre chamados « marinheiros ».



como escapou com um pequeno troço, indo dar á noite ao engenho S. João, na freguezia da Varzea, cerca de duas leguas da cidade, onde pernitoou. Dahi foi reunir-se, como tambem fizera Pedro Ivo, á columna repellida da Soledade, que havia estacionado em Beberibe, seguindo depois para Pasmado.

Nos dias 3 e 4 foi varejado pela policia grande numero de casas de pessoas suspeitas e de amigos declarados da revolta, e fizeram-se numerosas prisões, sendo a mais importante a de Villela Tavares e Feliciano dos Santos, um dos que tinham ido com os deputados para o Sul. Ambos foram achados em casa de um amigo do Governo, que o sendo tambem delles como particular, não lhes negou o asylo que pediram; e nem seriam elles descobertos si não fôra a indiscreção de uma vizinha.

A derrota dos rebeldes produziu a mais profunda impressão, tanto na provincia como fóra della, e desde então foi considerada vencida a revolta.

O ataque á capital, para o qual muito havia concorrido Lopes Netto, animando os chefes combatentes para que o levassem a effeito, pareceu um acto de loucura e como tal foi qualificado. Mas a verdade é que a rebellião não podia limitar-se a uma luta de correrias de um para outro ponto do interior, que não chegaria a nenhum

resultado; tinha necessariamente de acabar na capital, ou pela derrota ou pela victoria, aliás possível.

Loucura foi a rebellião; o ataque á capital, não, desde que não estavam dispostos a depor as armas.

## X

Lopes Netto achou-se duplamente illudido, quer quanto aos recursos de que dispunha o governo e que elle suppunha não seriam augmentados, quer quanto ás forças com que contava a rebellião.

Em 14 de janeiro escrevia elle aos chefes amigos:

« Si vocês tiverem a fortuna de desbaratar essa gente ( força que estava em Rio Formoso com o general Coelho) e apoderarem-se do grande deposito de munições bellieas que ahi ha, cuido que entrarão aqui sem queimar uma escorva. Falla-se em nova remessa de força do Rio, e posto supponha que, no caso de virem, não será consideravel, entendo que bom será não esperar por ella, e obrarem com a maior energia e promptidão possível. »



E accrescentava depois de outras considerações:

« Acabo de receber carta politica que veio no vapor, e nella só encontrei de nótavel o seguinte trecho: « Por aqui nada de novo, as cousas continuam no mesmo estado. Si isto por ahi está forte e promette sustentar-se, acho conveniente que publiquem aquella carta. Adeus. Tudo aqui afiança grande confiança na capital, e vocês se aproximem della com força. »

Vê-se deste trecho que os chefes da rebellião estavam de intelligencia com amigos na então Córte, como era chamada a capital do Imperio, e delles recebiam animação, como tambem de outras provincias. Naturalmente, esses amigos, guiando-se pelas noticias dadas pelo *Diario Novo* dos triumphos dos rebeldes em todos os encontros com as forças leaes, acreditavam nos progressos que fazia a rebellião e na sua victoria final. Todavia não queriam arriscar-se a pronunciar-se de publico. Os deputados na capital podiam estar tambem illudidos sobre os triumphos colhidos pelas forças rebeldes, á vista das informações que recebiam dos chefes destas. Era plano trazerem a opinião transviada.

Borges da Fonseca, principalmente, era mestre em converter em victorias, e como taes annunciar com applauso, as derrotas que soffriam.

Até a propria esposa elle illudia escrevendo nestes termos:

«*Conceição* — Estou bom. No dia 20 houve grande ataque, no qual morreram da gente do governo 50 entre officiaes e soldados; feridos sem conta; da nossa gente tivemos dous mortos e dous feridos. Graças a Deus, que, me tem guardado, e não consente que as balas me toquem. Foi fogo ás 10 horas do dia e acabou ás 8 da noite, com grande valor de parte a parte.

Adeus. Abençôa e abraça nossos filhos. Teu amigo Antonio Borges da Fonseca. 24 de dezembro — 48. »

Esse ataque foi o de Cruangy, em que as forças leaes tiveram nove mortos e 20 feridos, ao passo que os rebeldes, que foram batidos, tiveram 23 mortos e cerca de 60 feridos.

Astuciosamente dirigia-se Borges da Fonseca á consorte, não por cuidado ou preocupação, muito naturaes em um pai de familia separado della e que procura obter noticias, e dal-as de si, mas para que os amigos e partidarios da revolta melhor enganados ficassem, na crença de que em carta tão intima e não destinada á publicidade, elle seria mais sincero do que quando escrevia para os jornaes.



## XI

Em carta de 18, dizia Lopes Netto:

«... Cada dia espera-se a realização de pôr-se esta capital em estado de sitio, e obrar-se de conformidade com esse estado, pois o *Cavaignac* togado (o presidente) desfaz-se em ameaças e parece disposto a praticar as maiores crueldades.

Deste terrível estado só vocês nos podem livrar, e nos achamos actualmente no caso de lhes dizer como o famoso Camões:

*«... O' fortes companheiros. O' subidos  
Cavalleiros a quem nenhum se iguala,  
Defendei vossas terras, que a esperança  
Da liberdade está em vossa lança.»*

Ha muita gente armada e prompta para sahir, mas que não vai reunir-se a vocês como desejam, por estarem longe e haverem de permeio forças *Miguelistas* (assim chamavam aos governistas). Com ella podem vocês contar assim que se approximarem do Recife. »

Já vimos que esta gente, com quem os atacantes podiam contar, não appareceu. E' sempre o que acontece com os amigos, que estão só á

espera que appareça a revolução em campo para se apresentarem e ligarem-se aos combatentes. Chega o momento e nem um só apparece!

A ultima carta de Lopes Netto é datada de 20 de janeiro.

«Esta capital», observava elle, «está completamente desguarnecida, desde que o brigadeiro Coelho sahiu para Rio Formoso: a Guarda Nacional destacada, o corpo de policia e os poucos soldados de linha que aqui ficaram são suspeitos aos *Miguelistas*, e de certo não resistem ao mais pequeno assalto que vocês temtem. A população acha-se no ultimo gráo de desespero em consequencia das inauditas perseguições que soffre a cada instante, e só espera pela approximação de qualquer força a que se possa reunir.

Tudo, pois, aconselha o movimento sobre o Recife: ha possibilidade de chegar em poucos dias alguma tropa do Pará e do Maranhão... Cada dia nós sobreveem novas difficuldades, que vamos vencendo com a maior difficuldade. Entretanto a demora de vocês nessas paragens póde vir a ser de grande desvantagem: uma força póde entreter o Coelho no Rio Formoso, enquanto outra marcha para o Recife.»

Não mencionava Lopes Netto nessa sua ultima carta a companhia de cavallaria, cujo effectivo tinha sido elevado, e a guarnição dos navios de guerra, justamente as duas forças com que primeiro enfrentou o inimigo, e as que mais se



bateram nas ruas da cidade e mais damno lhe causaram até a chegada do general.

Tambem não levou em conta o corpo de voluntarios, reduzido, mas que bateu-se, e a companhia de artifices do arsenal de guerra que prestou bom auxilio, com uma peça de artilharia postada em frente daquelle estabelecimento.

Accresce que pouco depois dessa carta, chegaram, como ella previa, os dous contingentes esperados do Pará e Maranhão: 150 praças de artilharia daquelle e 90 de infantaria deste. Sobre-tudo ainda — e esse foi o mais importante e inesperado dos recursos chegados á ultima hora — no dia 1 de fevereiro fundeava no porto do Recife, sob o commando do capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa ( hoje o venerando Marquez de Tamandaré), o vapor de guerra *D. Affonso*, construido na Inglaterra, onde o distincto official, honra e gloria da marinha brazileira, o fôra buscar.

Com todos esses elementos, que aliás não eram conhecidos dos rebeldes, não podia ser duvidosa a victoria que o governo obteve. Todavia, não seria essa tão facil si a columna rebelde da Soledade tivesse podido penetrar na cidade, e si o general Coelho não tivesse chegado tão a tempo. A luta seria medonha e a mortandade horrorosa.

Para ver-se quanto Lopes Netto andava errado, até no juizo que formava das forças rebeldes

e dos meios de acção de que estes dispunham, basta considerar que julgava possível que pudessem bater o general em Rio Formoso e aposar-se do deposito de munição que alli havia.

Todas as suas previsões falharam!

Além de tudo, os rebeldes nutriam ainda mais uma esperança que se mallogrou. Recordavam-se do que acontecera em 1844, na revolta que se dera em Alagôas, de menores proporções do que a *praieira*, mas que levara o presidente da provincia, Souza Franco, a refugiar-se a bordo do hiate *Caçador*, que ficou tendo nomeada historica.

Sabendo que Ferreira Penna estava no intento de proceder do mesmo modo, desde que fosse atacada a cidade, elles não esperavam que o seu successor tivesse procedimento inverso.

De facto, Ferreira Penna, homem muito *pre-cavido*, por mais de uma vez, quando os rebeldes operavam em localidades pouco afastadas do Recife, ou corria o boato de que elles iriam á cidade, dera ordens ao inspector do arsenal de marinha para que mandasse pernoitar nos fundos do palacio, por onde corre, como se sabe, o Capiberibe, escaleres para no caso de ser acommettida a cidade, refugiar-se elle nos navios de guerra, inteiramente fóra do alcance dos rebeldes.

O facto tornou-se sabido.



## XII

Na manhã do ataque, pouco depois de ter rompido o fogo — talvez não fossem ainda 6 horas — aproximou-se-me a minha ordenança, para dizer-me com ares de mysterio que « lá dentro (e indicava a sala de jantar) estava o patrão do arsenal de marinha que queria fallar-me ». Efectivamente lá achei-o; tinha entrado pela escada reservada dos fundos, para dizer-me que o Sr. inspector o mandava apresentar-se-me com os escaleres que vinham, para ficarem ás ordens do Sr. presidente.

Chegando á janella, vi tres escaleres. Mal me voltava eu para ir prevenir o presidente, quando este — avisado pelo criado que, suppondo dar-lhe uma boa nova, fôra apressadamente dizer-lhe em segredo « que já estavam ali os escaleres » — appareceu — e, chegando tambem á janella, perguntou-me, com certa vivacidade que não estava nos seus habitos:

— Quem mandou vir esses escaleres ?

— Agora mesmo, disse eu, um patrão do arsenal de marinha que os trouxe, acaba de apresentar-se-me a mandado do inspector; pensei que vinham por ordem de V. Ex.

— Pois faça-os voltar immediatamente. Nem quero que se saiba que atrás de palacio houve

escaleres; só hei de sahir desta casa, depois que tudo isto estiver arrazado.

Não era jactancia, pois além de mim, ninguém estava alli para o ouvir.

Ao pronunciar aquellas palavras, exprimia a sua physionomia tanta energia, que não havia a duvidar da resolução que o dominava.

Entre os individuos que se apresentaram em palacio, alguns havia que desde o tempo do presidente Ferreira Penna costumavam lá ir nas noites de susto, até horas adiantadas, e algum ficava a noite inteira a velar, ou dormindo nas cadeiras e nos sofás, todos com o fim de não abandonarem S. Ex. naquella emergencia difficil e lhe fazerem companhia na... retirada.

No dia 2 lá se achavam, uns desde a vespera á noite, outros logo aos primeiros tiros pela manhã.

Ficaram todos logrados, e um delles, que occupava posição eminente, dizia-me, por volta das 8 horas, quando se ouvia o tiroteio muito animado: « foi, realmente, grande imprevidencia, não terem mandado pôr alguns escaleres aqui atrás de palacio ».

E' escusado dizer que o deixei na illusão de que tinha havido imprevidencia.

Entretanto, o presidente, calmo, de rosto expansivo e alegre, como quem não antevia o menor perigo, attendia a todos que se lhe dirigiam, providenciando segundo as occurrencias.



Desci para fazer abrir alguns cunhetes de cartuxame para serem distribuidos e tambem espingardas, por guardas nacionaes e varios cidadãos que pediam armas para tomarem parte na luta ou ficarem alli, para defesa de palacio. O presidente tambem desceu e elle proprio distribuiu o cartuxame, sempre inalteravel, attencioso, tendo para todos palavras bondosas e de animação.

Podendo acontecer que me julguem suspeito para fallar do presidente, a cujo lado me achava, seja-me consentido trasladar para aqui o trecho abaixo do periodico *União*, folha bem informada, que narra com muita exactidão os acontecimentos daquella época. Eis o que ella conta:

« O presidente da provincia conservou-se sempre em palacio, animando os combatentes, distribuindo-lhes cartuxame, recebendo os feridos e fazendo-os immediatamente curar, dando todas as providencias que as circumstancias pediam com incontestavel acerto, sem nunca mudar a côr do rosto, sem jámais proferir uma palavra de agonia, sem mostrar um só signal de temor, e desprezando o conselho daquelles que lhe apontavam as embarcações de guerra como postos mais seguros. Elle previa com toda a razão, que se praticasse semelhante acto, enfraqueceria o santo enthusiasmo dos legalistas, e facilitaria o triumpho dos seus adversarios, e por tanto, á segurança que

lhe provinha de uma retirada vergonhosa, preferia antes a gloria de uma morte obtida no seu posto, entre as ruinas da cidade, e quando tantos cidadãos expiravam por defender as sagradas instituições do Imperio. Esta nobre conducta excitou a mais geral admiração, e foi uma das causas da salvação da capital. »

« Era Manlio », dizia na assembléa provincial o eloquente orador pernambucano, Maciel Monteiro, referindo-se ao modo por que se houve o presidente naquelle memoravel dia, « era Manlio defendendo o Capitolio contra as hostes gaulezas, commandadas pelo indomavel Brenno. »

### XIII

Os chefes da rebellião contavam tanto com a retirada do presidente para bordo, que Borges da Fonseca dando o caso como consummado, teve o arrojo de dizer-lhe em carta que escrevera de Pasmado, datada de 9 de fevereiro, que elle fugira de palacio e embarcara para voltar. Essa carta, documento curioso que mostra o ascendente que aquelle demagogo havia tomado sobre os companheiros, a ponto de só fallar de si, dos seus feitos, dos seus planos, das resoluções que tomara como si elle só fosse o chefe e director do movimento, merece ser conhecida.



« Como se compraz V. Ex. », diz a carta, « determinar uma guerra fratricida em proveito sómente de meia duzia de gallegos ? Será V. Ex. Brasileiro ! Parece que é cousa que deve ser averiguada. No dia 2 do corrente occupei o bairro de Santo Antonio com a columna ao meu mando, e nesse dia fôra senhor dos destinos de Pernambuco e do Brazil inteiro a me ter acompanhado a columna da Boavista, commandada por outros, *V. Ex. fugira de seu palacio* e embarcou para voltar ! Em verdade, contava V. Ex. com tanta moralidade como aquella que apresentou a minha columna ? Fui senhor de Santo Antonio por 10 horas. Por que se nos trucida ? Nossa guerra é social, e a prova a teem os nossos inimigos.

... Eu sou republicano; e por isso mesmo não posso impôr minha opinião á nação; quero que ella seja consultada para resolver a questão, e o meio é a assembléa constituinte.

Nada mais razoavel, e tanto mais quanto a esse respeito está manifestado o meu pensamento.

A constituinte pôde trabalhar sem prejuizo da actualidade, que deve continuar até que se conheça a nova Constituição. Já vê V. Ex. que espingardear-nos por esta causa é constituir-se assassino, e esta qualificação não deve ter um homem de honra e bem educado... Agradou a V. Ex. o espectáculo do dia 2? Pois bem, prepare-se V. Ex. que se vai repetir breve, e então um de nós ha de ficar senhor do campo. E quantas victimas ! Ai da humanidade sacrificada

sempre pelo capricho de seus oppressores ! Consulte V. Ex. os sentimentos de seu coração ; nossa guerra não é individual ; não fazemos distincção de pessoas ; todos que quizerem a constituinte são nossos ; mas os que, não a querendo, se armarem e reunirem forças das suas propriedades para debellar-nos, serão immediatamente que cabirem em nosso poder estrangulados e devastados. »

Alludindo a certas autoridades que acabavam de ser nomeadas, acrescenta :

« V. Ex. está apoiado hoje por assassinos e por ladrões ; veja seus agentes... V. Ex. está servindo aos Portuguezes, e é detestavel que desta horda de cannibae seja instrumento um Brasileiro. V. Ex. finalmente, está malquistando a Bahia com Pernambuco. Um Bahiano, Bahiano infame e vil, o Chichorro foi nosso tyranno. V. Ex. Bahiano está sendo nosso tyranno, e não vê que isto é só em prol da Corte ? »

#### XIV

Denuncia a carta que se acaba de ler uma certa desordem de espirito, pela qual se pôde explicar o medo que a Borges da Fonseca foram tomando os companheiros ; de modo que para



desligarem-se delle, tiveram de recorrer a estratagemas e enganos, como veremos.

Está, porém, ahí corrigido o engano que commetti em outra occasião — a que já me tenho referido — quando, fiado no que constava das partes officiaes, disse que a columna rebelde que entrou na cidade era commandada por Pedro Ivo, e que a ellas se ligara Borges da Fonseca.

E' verdade que Pedro Ivo era commandante da divisão que tinha de atacar a cidade pelo sul, assim como João Roma da que tinha de atacar pela Soledade, como se vê na ultima ordem do dia publicada em Agua Preta. Mas em caminho, em Gloria de Goitá, a 31 de janeiro, conseguiu Borges da Fonseca fazer parte da columna do sul, e porque, como membro do Directorio não podia ser commandado e sim mandar, foi nomeado ajudante general da dita columna «que proseguirá neste exercicio até deliberação em contrario», dizia a ordem do dia em que foi feita essa nomeação, com assignatura de Peixoto de Brito, de Moraes da Inhaman e delle Borges, que, como já tive occasião de dizer, não era homem para deixar-se ficar em plano inferior. E essa nomeação permaneceu, sem que jámais houvesse deliberação em contrario, e antes servindo de caminho a Borges da Fonseca para constituir-se por fim o chefe supremo das forças, depois do mallogrado ataque á capital.

Não é de supôr que só por vaidade ou amor de gloria elle tivesse empenho de entrar na cidade commandando. O que parece mais provavel é que elle, vendo que nenhuma outra oportunidade tão propicia como essa jámais se lhe offereceria para « não deixar *marinheiro, vivo* », queria aproveitá-la. Por fortuna dos *marinheiros*, o combate desde principio tornou-se tão renhido, que não houve tempo para os atacantes irem arrancal-os do interior de suas casas, onde se achavam trancados.

E', porém, para admirar que Pedro Ivo, militar e bravo, experimentado em lutas daquella natureza nas expedições em que havia tomado parte em outras provincias, e portanto muito capaz de dirigir a acção com outro tino e sem as preocupações de um nativismo selvagem, se tivesse sujeitado, embora aparentemente, ao commando de Borges da Fonseca, sem habilitações para dirigir forças, e além disto « desassisado », como bem o qualificara Abreu Lima no *Diario Novo*.

O facto, entretanto, mostra quão falsa era a posição de Pedro Ivo entre os seus companheiros. Não lhe era dado, como a qualquer destes, embainhar a sua espada, recolher-se ao seio da familia e abandonar a rebellião a que a fatalidade o tinha ligado! Dahi o papel, póde-se dizer *secundario*, que elle representou naquella luta,



enquanto esta teve character politico, ou, como queiram, na sua primeira phase.

O mesmo se póde dizer de Nunes Machado. Não porque faltassem a ambos o valor moral e os dotes precisos para elevarem-se acima dos proceres da rebellião. Mas é que as circumstancias, a natureza da luta, o imprevisto dos acontecimentos e occurrencias estranhas á sua vontade não o permittiram.

Os 75 dias em que Nunes Machado foi revoltoso não correspondem aos de nenhuma das outras phases de sua vida politica. O papel de conspirador, obrigando-o a conservar-se occulto e a agir secretamente, evitando os riscos e perigos que o ameaçavam, não se conformava com o seu character franco, destemido e arrojado. Achan-do-se deslocado, inutilisou-se.

Não se vê, não se percebe a sua intervenção nos acontecimentos que se iam desenrolando.

Nem siquer na correspondencia enviada da cidade para os chefes no interior se encontra a sua assignatura em uma só carta, quasi todas firmadas por Lopes Netto, e algumas tambem por Villela Tavares.

Além do seu manifesto de adhesão e das duas proclamações assignadas em commum com os outros deputados, só figura o seu nome em uma carta que, em viagem do Tentugal para o Recife, endereçara conjuntamente com Villela

Tavares — e por iniciativa deste — a Peixoto de Brito e Antonio Affonso, pedindo-lhes que vivessem na melhor harmonia e que ao receber daquella se abraçassem, o que faz supôr que não havia bom accordo entre estes; supposição allás justificada posteriormente pela ausencia da assignatura de Antonio Affonso, membro do directorio, nas ordens do dia publicadas por este.

Entretanto a historia falsificada glorifica Nunes Machado e Pedro Ivo, como os heróes da rebelião praieira, « precursora da idéa republicana », aquelle porque arrastado pela fatalidade do acaso ou pelo capricho do destino, foi alcançado por uma bala que lhe roubou a vida, bem podendo dizer-se que :

« *Para perdê-la não fez erro* »;

este porque, suffocada a revolta, isto é, o movimento politico, foi encafurnar-se nas mattas de Jacuype, de parceria com Caetano Alves, contra o qual, durante a *Cabanada*, fizera *as suas primeiras armas* no primeiro posto de official.

Retirado dahi pelo affecto paternal, e conduzido para esta capital e por fim recolhido á fortaleza da Lage pelo crime de deserção aggravada, conseguindo dahi evadir-se em condições que a principio pareceram romanescas, mas que conhecidas hoje, perderam todo o encanto. Deste facto serviu-se a musa fantasiosa de um dos nossos mais



festejados poetas para sagral-o revolucionario republicano.

Mas não antecipemos o que ha de ser contado opportunamente, na ordem dos acontecimentos.

## XV

Ao cahir da noite de 5 de fevereiro, saltava de um escaler que atracara ao então caes do Collegio, hoje caes de 22 de Novembro, um individuo baixo e reforçado de corpo, com bonet de marinheiro, andar pesado, mettido em uma japona, que lhe dava ares de patrão de barco. Atravessando a pequena praça, tomou caminho da rua Larga do Rosario e entrou em um sobrado contiguo á conhecida e celebrada botica do Bartholomeu, ponto de conversa de um certo grupo de sujeitos já adiantados em annos, que alli iam todas as noites afiar um pouco a lingua na vida alheia, em falta de melhor divertimento, que quasi nenhum havia naquelle tempo.

Com pouco sahiu o nosso homem de braço com outro vestido como quem ia a passeio, levando á cabeça chapéo do Chile de abas largas. A pessima illuminação de azeite, com os lampeões de vidro esfumçados, então usada, não permittia

distinguir-lhes as feições. Dirigiram-se para o caes e tomaram o escaler, que esperava no mesmo ponto, e que, impellido pelos remos de seis marinheiros, tomou direcção da barra e, ao cabo de 20 minutos, atracava á fragata *Constituição*, fundeada no Lamarão.

O da japona, não por disfarce, mas por ser seu costume trazel-a sempre que sahia a serviço á noite, era o commandante da divisão naval, o capitão de fragata Joaquim José Ignacio,— depois Visconde de Inhaúma — que tinha naquelle vaso desfraldada a sua insignia de chefe. O de chapéo do Chile era o deputado Lopes Netto. Este, ou porque reconhecesse que não poderia conservar-se occulto, si a policia continuasse a dar buscas nas casas dos seus amigos, ou porque, á vista da excitação popular que, realmente, era muito viva diante do sangue ainda fresco que tingia as calçadas, receiasse, como um dos principaes cabeças da rebellião, ser victima de alguma violencia, e se julgasse mais garantido preso do que solto, havia escripto ao presidente na manhã daquelle dia, dizendo que queria compartilhar da sorte de seu collega Villela Tavares e entregava-se á prisão. Pedia, porém ( não estou certo si o fez na carta, ou em recado verbal confiado ao portador della, o official da secretaria da presidencia, João Valentim Villela, de quem era amigo particular ), que lhe poupasse o desgosto



de ser conduzido pelo chefe de policia, seu inimigo pessoal, ou mesmo por gente da policia.

De posse da carta, guardou o presidente toda a reserva, mostrando-a, entretanto, ao chefe de policia, com quem viveu sempre na melhor harmonia, e providenciou pelo modo que acabamos de vêr.

Lopes Netto, não sómente não teve o dissabor de ser levado á prisão pelo chefe de policia ou por gente sua, como tambem não passou pelo constrangimento de atravessar, á luz do dia, as ruas da cidade como prisioneiro, o que despertaria a curiosidade publica, offerecendo aos seus desafectos oportunidade de regozijo, atirando-lhe em face sorrisos de mofa, com que as almas pequeninas costumam pungir o adversario vencido.

Até na escolha do encarregado de conduzi-lo preso, que recahiu no chefe da divisão naval, conhecido pela nobreza dos seus sentimentos, mostrou o presidente não esquecer nenhuma das attenções e deferencias que pudessem ser guardadas naquelle acto.

E foi sómente no dia 6 que, com surpresa, se soube que Lopes Netto se achava recolhido a bordo da *Constituição*.

Villela Tavares tinha sido mandado para a corveta *Euterpe*.

## XVI

Si o presidente da provincia procedeu pelo modo que acabamos de ver, guardando todos os melindres para com Lopes Netto, representante da nação, como elle tambem o era, como acreditar-se que tivesse consentido que « impiamente fosse profanado o cadaver de Nunes Machado », seu collega duas vezes, já como deputado, já como desembargador ?

« A repetição », dizia Napoleão, « é uma das figuras de rhetorica mais poderosas ; acaba sempre por fazer penetrar nos espiritos fracos a duvida e a incerteza. »

E' o que tem acontecido a respeito de Nunes Machado e Pedro Ivo, com as fabulas que fizeram circular e sempre repetidas, apesar das formaes contestações que se lhe têm opposto. Ainda ultimamente no Senado se repetiu que o primeiro foi assassinado e o seu cadaver impiamente profanado ; e accrescentando em tom sentencioso, em aparte, um honrado senador pelo districto federal:

« Foi exposto ; e não é magnanimo profanar assim um cadaver. »



Não ha dous annos que, incitado por um applaudido discurso proferido no Conselho da Intendencia Municipal, mostrei que tudo isto era falso. Mas ahí vem, ainda « a repetição ».

A prisão dos dous mencionados deputados, sem que tivessem sido suspensas as garantias constitucionaes, não deixou de causar impressão; e o jornalismo opposicionista não perdeu tão famoso assumpto para erguer possante brado contra tamanha violação da Constituição.

Porque ao exercicio da faculdade constitucional conferida ao Governo « para os casos de rebellião ou invasão de inimigo », preferiu-se violação flagrante da Constituição ? Eis um ponto obscuro da historia da rebellião praieira, que ainda não foi sufficientemente esclarecido ; e nem me sinto habilitado, digo-o com sinceridade, para o esclarecer, embora, por conjecturas, tenha opinião formada a respeito.

No officio em que foram relatados ao Governo os acontecimentos com todos os seus pormenores, assim se expressou o presidente sobre esse ponto:

« V. Ex. sabe perfeitamente que as desgraças sobrevindas a Pernambuco são devidas á louca ambição de alguns deputados, que, sem escolher os meios, procuravam o poder a todo o custo. Começaram a revolta armada a pretexto de violencias, que nunca houve, invocando

sempre o nome do augusto monarcha brasileiro, mas bem depressa manifestaram que queriam inverter as instituições constitucionaes, que ha poucos mezes tinham jurado defender. Foram elles que puzeram a provincia em conflagração, e que, cobertos com o manto da immuni-  
dade, julgaram que podiam a seu arbitrio quebrar todos os laços sociaes e derramar o sangue de seus concidadãos, sem temer repressão alguma. Um delles, o infeliz Nunes Machado, expiou com a vida os attentados que commetteu; os outros, porém, continuaram a promover a revolta.

« Responsavel ante Deus e os homens pela pacificação desta provincia, *eu não hesitei em cortar o mal* (o grypho é meu), ao menos em attenua-lo quanto foi possível, *ordenando que fosse conduzido para bordo da corveta « Euterpe » o deputado Villela Tavares*, que concorreu no ataque da cidade e esteve constantemente com os revoltosos, homisiando-se depois que estes foram derrotados. *Igual sorte coube ao deputado Lopes Netto*, conhecido como chefe, de cuja casa fui informado que se fizera fogo sobre nossas tropas; e *dei ordens identicas* para que se apprehendam os demais compromettidos, que se conservam occultos, para melhor demonstrar participação que tiveram no crime. « Algumas outras prisões de pessoas altamente indicadas se teem effectuado, e eu posso assegurar a V. Ex. que esta medida é indispensavel não só em satisfação á justiça, porém para extinguir completamente a revolta que elles alimentavam. Devo declarar a V. Ex. que



nunca consentirei que os presos sejam por qualquer fôrma maltratados; si algum incommodo soffrerem, será aquelle que pelo estado de nossas prisões não pôde ser evitado.»<sup>1</sup>

Vê-se desta linguagem franca e mascula — que forma inteiro contraste com o tom lamuriento das proclamações de Ferreira Penna, mostrando mais uma vez que « o estylo é o homem » — que o presidente procedeu de proprio arbitrio, assumindo perante Deus e os homens, perante o Governo de que era delegado e perante a Nação, a responsabilidade pela prisão dos deputados.

Não desconheceu o Governo a gravidade do caso e convocou immediatamente o Conselho de Estado, o qual unanimemente — inclusive os conselheiros liberaes — foi favoravel ao procedimento do presidente de Pernambuco.

Diversas versões correram sobre o facto. Diziam uns que, levando Euzebio de Queiroz o decreto de suspensão de garantias ao Imperador, este recusara assignal-o; outros, que foram os ministros que entenderam que não se

<sup>1</sup> Muitos dos presos que estavam no quartel de policia e nos navios de guerra foram removidos para um navio mercante contratado para esse fim, a barca *Tentativa Feliz*, de accommodações espaçosas e arejadas, fundeada dentro do porto, em frente ao Arsenal de Marinha. Ahi, com licença do commandante da Divisão Naval, podiam os presos communicar-se com suas familias. Nos navios de guerra só ficaram os presos de maior gradação.

devia recorrer áquella medida; outros, finalmente, que com a carta imperial de nomeação, recebera o presidente o citado decreto para que delle fizesse o uso que julgasse conveniente.

Só o presidente, o venerando Marquez de Muritiba — unico de quantos conheceram a historia intima daquelles acontecimentos e nelles figuraram, que ainda é vivo, <sup>1</sup> por fortuna de sua familia e dos seus amigos e admiradores — poderia informar qual dessas versões é a verdadeira. Seria, porém, imperdoavel impertinencia interrogal-o a respeito.

Por mim, tenho como verdadeira a ultima. Acredito que o presidente tinha o decreto de suspensão de garantias trancado na gaveta e delle não quiz fazer uso. Por que esta hypothese?

Antes de tudo, porque não é admissivel que, depositando a maior confiança no seu delegado, armando-o, como era do seu dever, no interesse do restabelecimento da ordem publica, tão profundamente alterada, de todos os meios necessarios para chegar-se ao desejado fim no mais breve tempo, o Governo recusasse-lhe uma medida considerada capital e de que já se havia lançado mão na revolta de Minas e S. Paulo, sem que ao Imperador repugnasse prestar-lhe sua assignatura.

<sup>1</sup> Falleceu a 22 de fevereiro de 1897, 22 dias depois da publicação deste artigo, a 31 de janeiro.



Depois, por outras conjecturas.

O presidente, embora communicativo, era muito reservado e discreto no tocante ás providencias que tinha de tomar, e isto por conveniencia da administração naquellas circumstancias. Nunca disse, nem mesmo deixou perceber (salvo si o fez a algum dos seus auxiliares com tal segredo que nunca transpirou), si estava ou não armado com aquellá medida.

Na intimidade, entretanto, dos que tinha junto a si, expandia-se um pouco. De uma vez, fallando-se em suspensão de garantias e estado de sitio, disse elle — sem affirmar nem negar que estivesse habilitado a tomar essa providencia — que não a achava necessaria, pois, não augmentando os meios de que o Governo dispunha para dominar a rebellião e que aliás eram sufficientes, e nem tambem diminuindo os que os rebeldes já tinham posto em acção e se iriam esgotando naturalmente, serviria sómente para causar grande abalo no animo publico prejudicando até o commercio, e iria, fóra da provincia, dar á rebellião proporções que ella não tinha, fazendo acreditar que não poderia ser vencida pelos meios ordinarios, o que seria de pessimo effeito.

E como se lhe observasse que sem a prisão dos deputados que estavam á frente da revolta, não se conseguiria pôr-lhe termo facilmente, mas

que, achando-se elles no gozo de suas immuni-  
dades, resultava disto um grande embaraço para  
o Governo, retorquiu o presidente que o em-  
baraço não era tão grande como parecia, pois que  
a Constituição conferia immuniidades ao deputado  
para que este, no exercicio das funcções de le-  
gislador, não pudesse jamais ser tolhido de de-  
liberar segundo a sua consciencia e a sua in-  
telligencia; mas que, empunhar armas para  
perturbar a ordem publica, atear a guerra civil  
e fazer correr o sangue de seus concidadãos,  
com todos os consequentes horrores de seme-  
lhante luta, não era funcção de iegislador, que  
não devesse ser tolhida.

Ora, si a suspensão de garantias não tinha  
outro prestimo sinão permittir a prisão dos  
deputados, e si o presidente a julgava desneces-  
saria para esse fim, claro era que não daria  
publicidade ao decreto que devia ter comsigo.

Foi esta a conclusão a que cheguei e que  
me parece confirmada nas palavras que sub-  
linhei no trecho do officio que fica transcripto.  
Outros, talvez, tenham melhores razões para  
pensar de modo diverso.

O presidente, naturalmente, fez acompanhar  
esse officio de carta particular ao ministro da  
justiça, com o qual entretinha correspondencia  
muito assidua do seu proprio punho, em que  
aquelle membro do Governo era inteirado mi-



nuciosamente de todas as particularidades da politica e da administração, que não eram para figurar na correspondencia que tinha de transitar pela secretaria e dada á publicidade.

Nessa carta o presidente havia de ter dado a razão, si é que já não o tinha feito antes, porque prescindiu da suspensão de garantias, na prisão de deputados.

O archivo de Eusebio de Queiroz devia ser opulento em documentos de muito valor para esclarecimento da nossa historia politica durante o periodo em que esse estadista, um dos mais notaveis e impollutos do segundo reinado, teve assento nos conselhos do Governo.

## XVII

A derrota dos rebeldes no ataque da cidade fôra realmente um golpe mortal para a revolta.

Morto Nunes Machado, cujo nome era uma bandeira, presos Lopes Netto e Villela Tavares, os dous deputados mais activos que na capital angariavam recursos que remetiam aos chefes das forças; presos tambem, além de 10 officiaes de varias patentes—quasi todos capitães—os

caudilhos Feliciano dos Santos, Lucena, Feitosa e Leandro Cesar, todos prestigiosos, especialmente Lucena, de bravura indisputavel e grande influencia em Limoeiro e Bom Jardim, e o unico que ainda poderia reunir novos contingentes naquellas localidades e leval-os para reforçarem as forças rebeldes; destruida como foi a columna atacante—que mais esperavam os chefes das forças que restavam?

Nutririam ainda esperanças de uma victoria final, associando-se ás bravatas de Borges da Fonseca?

Não o era de suppôr, e mesmo depois confessaram, que todos elles, á excepção daquelle, ficaram profundamente desanimados com tão inesperado desastre, mas, mudos, abatidos de fadiga e exhaustos de munições, procuraram ainda reorganisar suas tropas, abstendo-se cada um de externar o seu pensar quanto á improficuidade do proseguimento da luta.

Assim, procurando illudir a si proprio, dizia o directorio em ordem do dia, dada em Timbó a 4 de fevereiro:

«O conselho directorio estaria inteiramente satisfeito com o resultado da batalha que a columna liberal deu sobre a cidade do Recife, si não tivesse de lamentar a perda irreparavel de alguns bravos patriotas, que expuzeram seus co-



rajosos peitos ao furor dos inimigos, entrando neste numero o nosso muito honrado e muito extremado patriota, o desembargador Joaquim Nunes Machado, que, unido aos soldados, mostrou que na defesa de uma causa tão sagrada, não se faz differença entre o simples soldado e o cidadão qualificado. Uma perda tão sensivel para o partido liberal não poderá ser compensada pela dissolução e aniquilamento total dos inimigos da liberdade.

O conselho directorio confia tanto no denodo da columna liberal, que pôde afirmar que será vingada a morte do nosso heróe.»

Antes de ir adiante, notarei que neste trecho está a prova de que Nunes Machado não foi assassinado: morreu « unido aos soldados », não combatendo, mas junto aos que estavam naquelle ponto e atiravam para o quartel, por setteiras que tinham feito no muro como já referi. <sup>1</sup>

## XVIII

Reorganisadas as forças e reforçadas com alguns contingentes que tinham sido reunidos em Itamaracá e Iguarassú, durante o tempo em que a columna do Norte esteve em Agua Preta,

<sup>1</sup> Vej. o appendice II.

resolveu o conselho directorio, influenciado por Borges da Fonseca, ou antes, resolveu este, cuja vontade cada vez se ia tornando mais predominante, dirigir-se á Parahyba, onde Borges esperava encontrar adherentes á rebellião, que lhe fornecêssem gente e munições.

Insurgindo-se, porém, os indios de Barretros, de Agua Preta e de Jacuype, e recusando marchar, por não se ter realizado o saque na cidade, unica paga com que contavam e foram seduzidos, resolveram os chefes fazel-os voltar para Agua Preta com Pedro Ivo, como força de reserva que allí podia ser augmentada, aguardando os acontecimentos. Ninguem mais apto para conter essa gente naquelle ponto do que Pedro, Ivo, muito conhecido e estimado lá, onde havia mais dous annos se achava com sua familia, no commando de um destacamento, o que serviu para angariar-lhe muita sympathia e consideração.

A Pedro Ivo tambem foi agradavel a escolha que delle fizeram, tanto porque regressava para onde estava sua familia e a de seu cunhado Feitosa, que se achava preso, como tambem por livrar-se de Borges da Fonseca, com o qual mais cedo ou mais tarde havia de ter algum conflicto.

Seguiu a columna para a Parahyba, conseguindo entrar na cidade de Goyana, guarne-



cida por força diminuta, cujo chefe ficou prisioneiro. Foi esta a unica vantagem de tal expedição, que lá achou grande deposito de munições de que se apossou. Consta das partes officiaes que ahí praticaram os rebeldes innumerados attentados; porém o que mais indignou foi o assassinato de um Portuguez que fazia parte do destacamento que guarnecia a cidade.

Conhecendo o fim que o aguardava, lançou-se o pobre homem aos pés de Peixoto de Brito, pedindo que não o deixasse matar. Peixoto de Brito, erguendo os hombros, como quem era indifferente ao que se ia passar, deixou que o arrastassem, dizendo: « que tem os Portuguezes que metter-se em nossas questões?» Instantes depois ouvia-se uma descarga... Era um marinho de menos.

Bem diversa, entretanto, foi a sorte de outro Portuguez, esse negociante, accusado de ter sido portador de um officio de uma para outra autoridade de Goyana, e logo conduzido preso para ser executado. Um seu filho menor, desvairado e em pranto, sahe a correr, e encontrando um homem, que elle não sabe quem seja, mas que conhece que é estranho á terra, tem a inspiração de lançar-se-lhe aos pés, pedindo que salve a vida de seu pai.

Era Moraes, da Inhaman, que, commovido com as lagrimas do menino, dirige-se á escolta,

a cuja frente se acha Borges da Fonseca, e pede que não matem o homem.

Ao murmurio e denegações com que foi acolhido o seu pedido respondeu Moraes collocando-se adiante do Portuguez e declarando em tom decisivo que «custasse o que custasse, aquelle homem não havia de ser morto». Borges da Fonseca conteve-se e com elle todos que o acompanhavam.

Si Moraes, que não era general em chefe, conseguiu salvar esse Portuguez, pelo modo energico por que se aveio, não teria Peixoto de Brito salvado tambem o outro, si, levado dos mesmos sentimentos de humanidade de que deu prova Moraes, se tivesse opposto ao seu assassinato?

## IX

A columna rebelde, perseguida pelas forças legaes que foram mandadas ao seu encalço e sempre batida em todos os encontros que se deram, perdendo em um delles, na precipitação com que se retiraram, todo o archivo que ficou em poder do Governo, e sendo gravemente ferido em outro João Roma, que depois falleceu, chegou até Brejo d'Areia, na Parahyba, de onde, derrotada e destroçada, regressou quasi em debandada.



Reconheciam todos que era impossível proseguir em semelhante luta, menos Borges da Fonseca, cujo ascendente tinha crescido na razão do enfraquecimento da rebelião, e naquelle momento era já absoluto. Nenhum, entretanto, se animava a aconselhar o abandono das armas, com receio de Borges da Fonseca, a repetir sempre: « quem não é por nós é contra nós, disse Nosso Senhor Jesus Christo », e que o menos que podia fazer era accusal-os perante a sua tropa, de quererem abandonal-a, o que para esta — que tinha sido arrastado por elles aos soffrimentos que experimentava — importava a traição, que lhes custaria a vida.

Peixoto de Brito, o commandante geral das forças, partilhava desse receio. Por isso convocou um conselho em que se assentou continuar a luta, devendo, porém, a columna, isto é, o resto que della existia, passar-se para o sul, onde seria mais facil reorganisa-la e encetar novas operações, seguindo desde logo Peixoto de Brito para Agua Preta, afim de dispôr allí as cousas. Com esse proposito iria embarcar em Itamaracá, não se arriscando a seguir por terra, pela quasi impossibilidade de atravessar por entre as forças do Governo, que já andavam em operações no sul.

Deveriam tambem partir com igual destino Domingos Affonso Ferreira, Bernardo José da

Camara e João Felix dos Santos. Moraes e João Paulo Ferreira ficavam com Borges da Fonseca, devendo o segundo seguir do mesmo modo mais tarde.

Peixoto de Brito, chegado a Itamaracá e arriscando-se em uma jangada de pescador, tomou rumo, não de alguma praia pernambucana, de onde pudesse dirigir-se para Agua Preta, mas de Maceió—temeridade de que não teve de arrepender-se, porque ainda reinavam os ventos de NE da estação, que o favoreceram.

Disfarçado em pescador, de chapéo de palha de carnaúba de amplas abas, camisa e calças de algodão grosso, tinto em preparação de tanino extrahido de certos vegetaes, para evitar a acção corrosiva da agua salgada, barba e cabellos crescidos, em que não havia tocado te-soura desde a partida do Recife em fins de dezembro, saltou Peixoto de Brito naquella cidade, acompanhado de um fiel criado, como elle, disfarçado tambem em pescador, e foi procurar um parente e amigo que lá tinha, o inspector da Alfandega, Pedro Alexandrino de Barros Cavalcanti, que o recebeu com o carinho e affecto gerados na união e convivencia, nunca interrompidas, da idade infantil.

Domingos Affonso, Bernardo Camara e João Felix seguiram por terra, tomando o primeiro, em caminho, a casa de amigos e parentes onde



deixou-se ficar occulto, e indo os dous ultimos apresentar-se ás autoridades, para gozarem de favor da amnistia que o decreto de 11 de janeiro daquelle anno autorisava o presidente da provincia a conceder aos rebeldes que « depuzessem as armas, submettendo-se ao Governo », e recebendo os competentes salvo-conductos, recolheram-se aos seus engenhos para cuidarem de suas cannas e colherem os restos da safra que haviam abandonado.

Os rebeldes, que regulariam por uns 130 homens dos 600 com que partiram de Pasmado para invadir a Parahyba devido a mortes e deserções, e que tinham fingido dispersar-se, haviam-se reunido e internado nas mattas dos engenhos *Araripe de Baixo* e do *Meio*, onde construíram ranchos e estabeleceram acampamentos. Foi dahi que partiram Peixoto de Brito e os outros.

Borges da Fonseca, sentindo falta de munições e de outros meios para emprehender a marcha do norte para o sul, combinou com Moraes ir procural-os na Parahyba, devendo este aguardar alli o seu regresso.

Descoberto logo que lá chegou, teve de regressar apressadamente sem ter obtido nem um cartucho, e sómente a admiração e entusiasmo de um ourives chamado Bento José Ferreira Ponteiro, que, tendo auxiliado os rebeldes

em Brejo d'Areia e ouvindo-o novamente, jurou dedicar-se-lhe de corpo e alma e o acompanhou.

Borges da Fonseca já não encontra onde deixara Moraes nem João Paulo. Nomeia Bento Ponteiro major da brigada e seu secretario, e escreve em um pequeno canhenho em que lança diariamente notas rapidas, sob o titulo de *Apointamentos*, o seguinte:

« No dia 15, combinando com Moraes um movimento na Parahyba, parti para lá, onde estive, e voltando no dia 22, já elle tinha cedido a instancias traiçoeiras e abandonado a revolução.

A columna se havia dissolvido.

No dia 23 dei ordem a nova reunião, a ver si podia continuar.

No dia 24 fiz 30 homens.

No dia 27 fiz 70.

Resolvi fazer guerra de exterminio. Escrevi a Manoel Bento, Manoel Vieira e Antonio Alves Vianna para procurar meios. Escrevi para a Parahyba afim de sustentar a revolução.

Estou acampado em Agua Branca, o inimigo em Pasmado.

27 — Terça-feira. Acampe-me em *Tres Ladeiras*; recebi á noite gente.

23 — Quarta-feira. Acampe-me na margem do *Cabú* para recolher a munição e preparar-me a entrar em operações.



Eis meu manifesto: « Quem não é por nós é contra nós » disse Nosso SENHOR JESUS CHRISTO.

« Liberdade e paz aos que me ajudarem. Aniquilação e morte aos que combaterem e auxiliarem o Governo Imperial. »

Recebi do amigo M. V. ( é Manoel Vieira da Cunha ) 200\$. Conferenciei com Montenegro, que me trouxe 360\$000.

29 — Quinta-feira. Amanhecemos em paz, não tenho noticia do inimigo. Recebo noticia de estar descoberto o nosso acampamento. »

Veremos a razão por que aqui terminam as notas e o que se passou durante os oito dias decorridos do regresso de Borges da Fonseca ao acampamento até aquella data.

## XX

O modo por que Borges da Fonseca menciona, nos apontamentos transcriptos no precedente capitulo, a retirada de Moraes e a dissolução da columna, não deixa suppor a profunda impressão que em seu espirito produziram esses dous acontecimentos.

Primeiramente elle occulta que a sua gente, antes de debandar, demoliu os arranchamentos e destruiu as trincheiras que havia construido. Depois, nenhuma referencia faz á carta abaixo, de Moraes, que em seguida recebera, e nem tambem allude a outros factos de capital interesse na ordem dos acontecimentos occorridos nos oito dias que os mesmos apontamentos abrangem.

«Acho-me nesta praça occulto», diz Moraes, «saio para a Europa, e a tudo isto me obrigou o desamparo em que me deixaram e não perfidia minha.

O Governo offerece amnistia aos que não são reputados cabeças, entregando as armas aos delegados, o que podem fazel-o ao José Ignacio, de Tracunhaem, ou Manoel Thomaz (eram delegados de policia, um de Goyanna, outro de Iguarassú), no caso de quererem.

Toda a diligencia é a seu respeito, e por isso se deve pôr a salvo. Todos hoje reprovam a continuação do movimento, e mesmo eu tenho entrado nesta verdade; e quanto mais demora houver com as armas na mão, mais tarde nos será a victoria. Salve-se, e os nossos amigos não se sacrifiquem mais sem proveito.

Adeus.— *Moraes*. Recommende-me aos amigos. Não sou perfido. »

Borges da Fonseca sentiu verdadeiro desanimo, e pela primeira vez, por ventura, pensou



em depôr as armas, as poucas que lhe restavam, sem demora escreve ao commandante das forças legaes, o coronel Amorim Bezerra. Transcreverei por inteiro o seu officio, documento em que elle, sem desmentir a audacia e impudencia com que costumava proceder, ostenta-se forte, altivo e mesmo arrogante, quando precisamente se achava nos ultimos apuros.

« Recolhendo-me neste momento », começa elle como quem dirige de igual para igual, « ao acampamento das forças liberaes em operação no norte da provincia, sob meu immediato commando, e sabendo que dous companheiros teem accettato proposição de paz em minha ausencia, o que muito abona seus cavalheirosos sentimentos; desejoso de pôr termo a uma luta fratricida, a qual temos sustentado com o maior denodo, intrepidez e moralidade, convido a V. S. para uma conferencia, dignando-se V. S. trazer cópia authentica do decreto de amnistia, e mais preparar-se para resolver varias questões, como a do armamento, munições e forças dos amigos da Parahyba do Norte, que se acham commigo. Não tenho o menor escrupulo de vir a um accordo com V. S. por ter inteira confiança na sua probidade e brazileirismo, e por tanto penso que V. S. não terá razão para escrupulisar a pedida conferencia no lugar, que o portador indicar, podendo V. S. vir sem estrondo de força armada, porque

com o aspecto della, nada faremos. Meus precedentes garantem a V. S. que pôde trazer em sua companhia o tenente-coronel Francisco Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, ou ao meu muito especial amigo Dr. Affonso de Albuquerque. Aproveito a oportunidade para offerecer a V. S. e protestar-lhe toda a consideração á sua pessoa.

Acampamento das forças liberaes, 22 de março, ás 3 horas da tarde. »

Respondeu o coronel Bezerra que, « não o reconhecendo como commandante de forças intituladas liberaes e sim desobedientes ao Governo de S. M. o Imperador, sómente por dever de civilidade e por elle Borges manifestar desejos de pôr termo á luta fratricida que magoava todo coração brasileiro, accusava o recebimento de sua carta; e não devendo responder-se com elle em fórma official, tinha unicamente a dizer que não podia nem estava autorisado a conceder a conferencia pedida, nem remetter-lhe cópia authentica de decreto de amnistia, e menos para acceitar condições, que não a prompta entrega das armas, no proposito firme de irem para suas casas os que o fizessem, dando-se-lhes as devidas seguranças de pessoa, menos aos chefes, a respeito dos quaes só a presidencia podia deliberar, para o que remetteria a carta recebida ao commandante das armas, continuando, entretanto, as operações com todo o vigor. »



## XXI

Tendo conseguido obter 30 homens no dia 24 e 70 no dia 26, resolveu Borges da Fonseca nessa data, como vimos nos seus apontamentos, « fazer guerra de exterminio ».

Nesse proposito redige um novo manifesto, em que concita os amigos — como si ainda os tivesse, para se comprometterem novamente — a auxiliarem-no na continuação da luta. E' um documento longo, mas, curioso em que historia como começou a revolta, contra seu parecer, pois que não estavam preparados para ella; revela particularidades, que não sei si são verdadeiras nem falsas, isto é, que quando a rebellião estava pujante, « o infame Guedes junto com o miseravel Manoel Felipe Christo Leal », prestando-se a ser bons instrumentos de governo, corruptor como costuma ser, propuzeram-lhe deixar as armas com a promessa de oito contos de réis, passagem e passadio para qualquer paiz estrangeiro; que Guedes e Christo Leal subornaram João Paulo, e seduziram Moraes, que havia combinado com elle Borges a excursão á Parahyba; e assim que não os encontrou mais e achou a columna dissolvida. Entretanto, no officio ao coronel Bezerra elogiava os « sentimentos

cavalheirosos daquelles dous companheiros », inculcando que elles tinham acceitado proposições de paz.

Continuando, conta como se achava afastado da politica, gosando as vantagens e commodos de advogado, no seio de sua familia, e tudo abandonou, porque sua consciencia o accusaria si não defendesse a causa do povo em luta aberta com o poder corruptor do Brazil; expõe tudo que fez, o que disse, o que aconselhou e conclue :

« Meu programma está publicado, não o altero; não quero impôr minha vontade á Nação; venha a Constituinte, e protesto sujeitar-me á fórma de governo que ella decretar.

Si prevalecer a Monarchia constitucional, curvar-me-hei. Não tenho ambição alguma. Deus é testemunha do meu coração; desejo só legar á minha Patria uma nacionalidade que não temos; ajudai-me e não tereis nunca que arrepende-vos, e antes vosso nome em tempo será levado á posteridade.

Acreditaes, que só a morte me arredará deste proposito, uma vez que a minha mulher e meus filhos já estão entregues a Deus para delles ter compaixão. Eis o meu manifesto: *Quem não é por nós é contra nós*, disse Nosso SENHOR JESUS CHRISTO. Liberdade e paz aos que me ajudarem, anniquilação aos que me combaterem e auxiliarem o Governo Imperial. »



Este manifesto tem a data de 27, e parece que não chegou a ser expedido, por não haver tempo para isto. Foi achado entre os papeis de Borges, assim como cartas dirigidas a diversas pessoas, convidando-as a auxiliarem-no e noticiando que Pedro Ivo no sul já se achava á frente de 2.000 homens, e que outras provincias tambem haviam se pronunciado em favor da rebellião.

O « infame Guedes », de quem elle falla accusando-o de ter sido portador de propostas de dinheiro, fôra subdelegado de Olinda e tenente-coronel da guarda nacional, como João Paulo, e foi o primeiro que, acompanhado deste, com o seu batalhão, se poz em armas, seguindo ambos para o engenho Inhamã, donde levaram Moraes, que não tinha pensado pegar em armas, e nem na occasião mediu o alcance do passo que deu, reforçando as forças de Guedes e João Paulo com guardas nacionaes que fez reunir, como commandante superior que era, acompanhando-os.

Moraes era um dos caracteres mais sympathicos que se comprometteram na revolta: leal, sério e são. Elle reconhecia, e o confessou depois, que o presidente estava no seu direito, substituindo as autoridades policiaes e officiaes da guarda nacional, então demissiveis, por pessoas de sua confiança.

Mas, foi arrastado por Guedes, que foi também o primeiro a abandonar a rebelião, desde que se deram os primeiros encontros com as forças do Governo.

Christo Leal, exaltado partidario da rebelião, açulando os outros para que se envolvessem nella, não os animou com o exemplo.

## XXII

Parece, que a resposta do coronel Bezerra, fazendo desaparecer a esperança de amnistia e aggravando o desespero de Borges da Fonseca pelo abandono a que se achava reduzido, allucinara-o e não lhe deixava comprehender a impossibilidade de proseguir em uma luta incensata, louca, que só conduziria a novas desgraças, como si não bastassem as já soffridas.

A primeira illusão estava desfeita; ninguem mais mantinha esperanças ácerca dos resultados da rebelião: era convicção geral que ella estava morta. E si algum amigo particular de Borges da Fonseca enviava-lhe minguados recursos, era puramente por attenção pessoal por elle, que aliás os pedia em cartas, que podem ser vistas entre os documentos ligados ao processo a que



responderam os compromettidos na rebellião, que foram ao jury, processo que, graças ao Sr. conselheiro Soares Brandão que, quando ministro, interveio para que o seu collega ministro do Imperio, o Sr. Maciel, o adquirisse, acha-se hoje na Bibliotheca Nacional, e onde o tenho manuseado com proveito.

A insistencia de Borges da Fonseca, pois, não tem outra explicação; elle já não raciocinava; era mania ou fanatismo.

Entretanto, é preciso confessar que a affirmação que elle fazia de que não tinha ambição pessoal, invocando a Deus por testemunha do que estava em seu coração, podia ser sincera. Em sua vida publica, que talvez nenhum outro Brasileiro a tenha tido mais movimentada, acham-se actos de verdadeira abnegação, e como que dictados unicamente por patriotismo, bem ou mal orientado.

De par com os seus grandes defeitos, com um *quid* subversivo, destruidor, perverso, que em momento dado irrompia do seu animo ardente, como uma lava inflammada, que faltavam-lhe forças para conter, tinha qualidades apreciaveis pouco communs, de que não cabe aqui tratar.

## XXIII

Os acontecimentos precipitavam-se. Na ultima nota dos seus *apontamentos*, no dia 29, dizia Borges da Fonseca, como vimos, que havia « recebido noticia de que seu acampamento estava descoberto ».

Assim era; e na madrugada do dia immediato expedia o coronel Bezerra o 8º batalhão de caçadores, dividido em tres secções: a 1ª, sob o commando do seu commandante, tenente-coronel Luiz J. Ferreira; a 2ª, sob o do major Lopes Pecegueiro, e a 3ª, sob o do capitão Manoel José da Soledade, penetrando cada uma na matta por diverso caminho.

Foi a ultima que, dirigida por um habil guia, chegou sem ser presentida ás cabeceiras do *Cabú*, surprehendendo os rebeldes. Borges da Fonseca recolhido em um rancho de palha com o seu major de brigada Bento Ponteiro, ouvindo tiros e vendo ao mesmo tempo cahir um homem que estava á sua porta, mal se punha de pé, quando assomou-lhe em frente o sargento da força atacante, a cujos pés elle se atirou, exclamando:

« Valha-me, Sr. capitão, não me deixe matar », ao mesmo tempo que apparecia o capitão Soledade e dizia-lhe que « ficasse tranquillo, porque



os defensores da ordem não eram assassinos. »  
( Não esqueça o leitor que isto se dava em 1849. )

Devo dizer que a parte official do commandante da expedição consigna aquellas palavras de Borges da Fonseca, e o escriptor da *Chronica da Rebelião Praieira*, diz que elle mostrou-se sobremodo timido e cobarde. Mas, convem tambem consignar, que Borges deu sempre provas de coragem em todas as occasiões de combate, e era sabido que ao seu temperamento ardente unia bravura. Só ao inesperado do ataque, fazendo avultar em seu espirito as proporções do perigo e não lhe permittindo reflectir, se póde attribuir o medo que o acommetteu, a ponto de o fazer confundir um sargento com um capitão.

Preso o chefe das forças liberaes em operações, como elle se qualificava, e o seu major de brigada, e arrecadado o seu archivo, onde foi encontrado o manifesto de que acima fallei, regressou a expedição para Pasmado, dirigindo-se nesse mesmo dia á Iguarassú, onde pernoitou, para na manhã immediata seguirem os presos para a Capital.

Effectivamente, no dia 31 de março, pelas 4 horas da tarde, chegaram ao Recife. Grande massa de povo agglomerava-se nas ruas por onde elles passavam.

Immensa era a curiosidade.

O publico, ignorando o que se havia passado na « columna liberal em operações no norte », não contava com aquelle desfecho tão prompto. Sómente o presidente, com os seus auxiliares, á par de tudo quanto ia occorrendo, pelas informações que diariamente recebia, esperava a todo momento a inteira dispersão das forças de Borges da Fonseca e a prisão deste, visto ser-lhe impossivel a fuga, cercado como se achava por todos os pontos.

Ao lado do capitão Soledade e acompanhado por 80 praças do 8º batalhão de caçadores, Borges da Fonseca, calmo e de cabeça erguida ( fosse por altivez natural ou pelo habito que adquirem os que usam de oculos fixos ), mirando serenamente a um e outro lado, não parecia um prisioneiro. Bento Ponteiro, esse sim; fóra do alinhamento dos dous e cahindo para a retaguarda, parecia acabrunhado; e, naturalmente, com os seus botões, maldizia a hora em que deixara o maçarico pela durindana do guerreiro, que nem chegou a empunhar, durante os oito dias em que experimentou a vida de cersna... no matto!

Borges foi mandado para bordo da *Constituição*, fazer companhia a Lopes Netto, e elle, Bento Ponteiro, para a prisão cõmmum, ficando separado daquelle a quem jurara ligar-se para sempre, na vida e na morte!



Tal o resultado da « guerra de exterminio, de aniquilação e de morte aos que o combatessem auxiliando o Governo Imperial », a que, por fim, se propoz Borges da Fonseca, bem longe de suppor, que onze annos depois havia de declarar-se « monarchista pessoal do Senhor D. Pedro II »!<sup>1</sup>

Pena é que o manifesto em que elle fez essa declaração, muito diverso dos dous que conhecemos, não tivesse sido colhido e incorporado á historia patria, como subsidio para o esclarecimento de « pontos obscuros » e conhecimento de factos ignorados.

## XXIV

Volvamos a Peixoto de Brito, que deixámos em Maceió, e de cuja chegada alli, por mais rigoroso que tivesse sido o seu disfarce, foi o presidente da provincia, o então coronel Nunes de Aguiar, informado, conservando, entretanto, o mais apparente indifferentismo, como si nada soubera.

Não foi com intento de homisiar-se naquella cidade, que Peixoto de Brito lá foi ter.

<sup>1</sup> Vej. o Appendice III.

Seu fim era tomar ahi o vapor do norte e transportar-se ao Rio de Janeiro, onde estaria inteiramente garantido como deputado, e esperar a abertura das Camaras. Mas chega, não o vapor do norte, sinão o do sul com a noticia da dissolução da Camara dos Deputados.

*Ultima spes !*

Si até áquelle momento, confiado na immuni-  
dade de representante da Nação, podia esperar que as autoridades, si soubessem da sua estada alli, não procurassem prendel-o, que seguranças podia ter de que procederiam do mesmo modo, quando elle já não tinha immuni-  
dades ?

Demais, como ficar naquella terra, em que dezoito mezes antes havia desembarcado com o prestigio de presidente, com guarda de honra, rodeado de amigos e bajuladores, e á qual, pelas contingencias da guerra e toleima de Borges da Fonseca, fôra obrigado a voltar sob a risivel figura de jangadeiro pescador ?

Era preciso sahir, desapparecer, deixar a patria, o torrão que o vira nascer e que elle, com esforço e exaggerado nativismo, procurara guardar da influencia dos Portuguezes, mais imaginaria que real.

Havia um navio no porto — disseram-lhe — unico, que dentro em poucos dias levantaria ferros para terra extranha. Era a salvação.



Mas, cruel irrisão do destino ! Esse navio era portuguez, seu consignatario portuguez e o porto para onde tinha de seguir era o de Lisboa !

O que se passou no espirito do general da columna expedicionaria que tomou Goyanna... não se sabe. A luta, porém, não foi longa.

*Paris vaut bien une messe.*

E por intermedio de commum amigo foi lançar-se... aos braços do consignatario do navio, o portuguez Sacaven, negociante muito conhecido...

No dia 18 de março de 1849, por volta do meio-dia, largava do porto de Maceió o brigue portuguez *Empresa* ; e o presidente da provincia, de oculo em punho em sua janella de palacio, viu que, ao sahir da barra atracou a elle uma jangada ida de terra, e della saltou para bordo alguém que lá ficou.

Esse passageiro era, já se sabe, Peixoto de Britto, que ia procurar asylo no estrangeiro.

Junto ao mástro de ré, em que tremulava a bandeira portugueza e, como que á sombra della, deixou-se elle ficar, sem despegar os olhos da plaga brazileira, que á pouco e pouco se foi sumindo, até que não viu mais que mar e céu,

« *Na solidão melancolica das aguas* »

Era o começo do exilio !

E o presidente já tinha voltado á sua mesa de trabalho, satisfeito, sentindo-se alliviado de

não pequena preocupação que andava a lhe trabalhar o espirito.

Elle tambem pensava como certos amigos do governo em Pernambuco: « Ao inimigo que foge ponte de ouro. »

De facto, alli se dizia á bocca pequena que a policia havia sido cega e não dera pelo embarque de Moraes e João Paulo, deste principalmente, com protecção, a pedido de Guedes, de um membro proeminente do partido dominante, seu parente.

Como eram brandos os nossos costumes então !

Seja-me permittido abrir aqui um parenthesis.

São passados 45 annos. O Brazil tem progredido de modo maravilhoso, ao influxo da civilização e das luzes desta segunda metade de seculo, que está a findar.

No dia 18 de março de 1894 o nosso ministro de Estrangeiros telegraphou ao representante brasileiro em Londres, recommendando-lhe que, « por meio do governo britannico procurasse auxiliar a legação em Lisboa no encargo de obter que o governo portuguez ordenasse a restituição dos asylados, isto é, dos revoltosos que, se tinham abrigado ao pavilhão portuguez, para seguirem caminho do exilio.

Para que exilio, se aqui teriam abrigo seguro em Sepetiba, na fortaleza de Santa Cruz, em



Santa Catharina, no kilometro 65, no Paraná, ou na ilha do Boqueirão ?

Não jazem nesta, tranquillos e preservados das seducções do mundo, os 350 infelizes que ficaram na ilha das Enxadas ?....

Ou 49 ou 94: simples inversão de algarismos. Inversão tambem de character nacional !

Fecho o parenthesis.

## XXV

Os amigos de Peixoto de Brito, senhores de engenho, que lhe tinham negado o concurso que dous mezes antes elle lhes pedira para a revolta, agora espontaneamente e á mãos largas haviam mandado pôr a bordo do *Empresa*, á sua disposição, saccoes de assucar de que elle tiraria recursos ao chegar a Lisboa.

A condição de emigrado politico, o ostracismo motivado por guerra civil, desperta sempre sympathia e acolhimento nas almas generosas. E Peixoto de Brito tanto agasalho recebeu dos Portuguezes e tão bem se achou entre elles, que por laços matrimoniaes se ligou a uma das mais distinctas senhoras da sociedade lisbo-

nense, cuja belleza e mocidade mais realçava o luto obrigado por prematura viuvez.

Nada commove tanto ás mulheres como a narração dos infortunios dos grandes capitães (e Peixoto de Brito o fôra em esphera limitada) feita de viva voz por elles mesmos. A Historia o diz.

Desde o famoso principe troyano, Enéas, pungindo por dolorosas recordações, a relatar como os Gregos reduziram a ruinas *opes trojanas et lamentabile regnum*, até o profugo « revolucionario pernambucano », a contar suas desditas bellicas, aggravadas pela teimosia endemoninhada de Borges da Fonseca, o effeito produzido pela palavra do guerreiro infeliz no animo do sexo fragil, é sempre immenso. Dahi, sem duvida, o proverbio: « Infeliz na guerra, feliz nos amores. »

Peixoto de Brito era homem de boa sociedade, trato fino, ademanos de cavalheiro, amavel, bem apessoado e cuidadoso no trajar, sem exaggeração,

Muito moço dedicou-se á vida militar, e tomou parte nas lutas da Independencia.

Sendo já official quando foi installado o Curso Juridico de Olinda, obteve reforma para formar-se em direito e seguir a carreira da magistratura. Era juiz de direito do Recife e deputado quando se poz á frente da rebellião praieira, cujo des-



fecho cortou-lhe a carreira de politico e de magistrado.

Voltando ao Brazil depois da amnistia, aqui reatou as suas antigas relações com os que durante a luta foram seus adversarios politicos. Vi-o na roda em que estes viviam, acolhido e apreciado, sem que jamais se fizesse a menor allusão áquelle triste e doloroso periodo do seu recente passado.

Nomeado consul brasileiro em Barcelona, regressou á Europa, e alli passou vida feliz, na tranquillidade do lar, embellezado com os carinhos e desvelos da extremosa esposa, que elle adorava.

Vindo ao Rio de Janeiro, falleceu quasi repentinamente de um accesso pernicioso, a 13 de janeiro de 1878, na idade de 70 annos, na cidade do Recife, onde tocara de volta, em companhia da filha que comsigo trouxera e que havia sido a alegria e o encanto da phase mais deliciosa de sua existencia.

A gentilissima orphã, que foi reunir-se á desolada mãi que ficara na Europa, é hoje esposa do nosso ministro no Chile, Dr. Henrique de B. Cavalcante de Lacerda, filho do inspector da alfandega de Maceió, que acolheu Peixoto de Brito, como já vimos.

## XXVI

A prisão de Borges da Fonseca e a retirada de Peixoto de Brito e dos outros caudilhos mencionados no artigo anterior puzeram ponto final á revolta, aliás já realmente morta desde o mallogro do ataque á capital.

As forças que ainda se mantinham reunidas no sul da provincia, sob o commando de Pedro Ivo e que mais tarde se internaram nas mattas de Agua Preta, na região do Jacuype, já não tinham ou não podiam ter objectivo politico.

Assim, pois, se não bastassem os documentos que ficam publicados com a narração fiel dos acontecimentos, para mostrar que a rebellião praieira não teve, como affirmei em principio, feição republicana, teriamos ainda as declarações dos cinco presos—dous deputados e tres chefes de força—quando interrogados pelo juiz formador de culpa, no processo-crime que lhes foi instaurado.

Villela Tavares, protestando, antes de tudo, contra a illegalidade de sua prisão e do processo a que se pretendia submettel-o, pois que, como deputado, só podia ser preso em flagrante delicto, disse que,



«o fim da revolta era substituir o presidente, que não considerava legal, por não proceder de conformidade com a lei e a justiça, por outro que salvasse a provincia, communicando tudo ao Governo de Sua Magestade o Imperador.»

Lopes Netto disse que,

«queriam a Constituinte para reformar a Constituição sobre as bases cardeas da Monarchia Constitucional e da integridade do Imperio.»

Feitosa,

«que tinham por fim desapossar o presidente de sua autoridade, proclamar e pedir ao Imperador a convocação de uma Constituinte para reformar a Constituição do Imperio.»

Leandro Cesar,

«por lhe dizerem diversas pessoas e ter lido em jornaes que o adiamento da Assembléa em setembro do anno findo equivalia a uma dissolução, que a Constituição estava inteiramente violada e que sómente uma Constituinte nos poderia salvar.»

Lucena,

«que o fim da revolta era expellir o presidente e o chefe de policia do exercicio de suas funcções e exigir do Imperador a convocação de uma Con-

stituinte, para ter-se mais liberdade, e reformar a vitaliciedade do Senado, fazer com que ficassem nas provincias os dinheiros nellas arrecadados e outras reformas, que elle respondente não podia expressar por ignoral-as.»

O capitão João Arsenio Barbosa, que, recolhendo-se á casa, cahira inesperadamente entre os rebeldes, na Soledade, sendo depois solto por ordem de Peixoto de Brito, seu amigo particular, depoz como testemunha,

«que o mesmo Peixoto lhe dissera que o dito movimento (a revolta) era o ultimo cacho que podia dar Pernambuco em bem do Imperio.»

O bacharel Esteyão Montenegro, que fôra secretario do presidente Costa Pinto, e que parecia achar-se compromettido na revolta, sendo interrogado, disse que,

«quanto á sua opinião relativamente á revolução, entendia que o seu fim era justo, visto que ella tendia a realizar as reformas constitucionaes, salvando-se a Monarchia; mas que elle a tinha reprovado por a julgar intempestiva, visto que entendia que o numero dos insurgentes era diminuto e não havia as necessarias preparações para popularisar-se as idéas das reformas por todas as provincias.»



O depoimento de Borges da Fonseca destoou em varios pontos dos que ali ficam, como é de suppôr, pelo seu manifesto ao MUNDO.

Borges principiou declarando que,

« acompanhara as forças desde o ataque de *Maricota* e que, comquanto não as commandasse, as dirigira em todos os combates, menos no ataque á cidade pelo lado da Boa Vista (Soledade), pois não queria carregar com a immoralidade e cobardia da força que alli atacara; que não aguardava que as reformas da Constituição se fizessem por meios legais, porque o povo não votava na realidade, e só a força da bayoneta fazia a eleição; que todos os chefes da revolta, tanto civis como militares, estavam concordes nas reformas declaradas pelo *Manifesto*; que tomada a capital da provincia, pretendiam organizar um governo de sete membros, e, sujeitas todas as municipalidades da provincia e as provincias vizinhas a reconhecer esse governo, voluntariamente ou por meio da força convidariam as provincias do Sul a se reunirem nas mesmas idéas, e a elegerem os membros da Assembléa constituinte, — e finalmente, que esta não tinha limitação ou condição alguma no exercicio de suas funcções, porque elle e todos que com elle estavam na direcção do movimento popular, não se julgavam autorizados a pôr limite ao poder soberano da Nação; e portanto, que poderia mudar a fórma de governo e destruir a integridade do Imperio, se assim julgasse conveniente. »

Importa não esquecer que Borges da Fonseca fôra um elemento estranho que se introduzira na rebelião, e que o seu celebre manifesto, contra o qual desde logo protestou o *Diario Novo*, órgão do partido praieiro, não exprimia as idéas dos chefes desse partido e promotores do movimento, mas unicamente as do seu autor. Ao demais, bem considerado, aquelle manifesto não era francamente republicano.

Borges da Fonseca o que queria antes de tudo eram reformas na Constituição, e o vimos no ultimo manifesto declarar que, sendo republicano, não queria, entretanto, impor sua opinião á Nação, e aceitaria a Monarchia Constitucional se a Constituinte a decretasse.

## XXVII

Demonstrado como fica que a rebelião praieira, pelo menos até o ponto em que della nos temos occupado, não representava «uma aspiração republicana», como affirmou a Comissão da Camara dos Deputados, e que, portanto, Pedro Ivo, tambem até esse ponto, não sacri-



ficou «a sua liberdade e vida, o seu futuro e o de sua familia á bandeira republicana», examinemos se o fez de então por diante.

Nenhuma preocupação que não o restabelecimento da verdade historica influirá em meu espirito, no estudo em que vou entrar. E se a algum outro sentimento eu tivesse de ceder, não seria nunca em prejuizo da memoria de um official que fôra meu superior no batalhão a que ambos pertencêmos, o 2º batalhão de artilharia, a pé, em que assentei praça e onde já o achei commandante de companhia.

Não tive occasião de entrar em serviço sob suas ordens, é verdade, porque não passei pelo serviço de escala ahi, por ter de vir logo matricular-me na Escola Militar. Mas quer d'elle, quer dos outros officiaes do mesmo batalhão que lá encontrei no dia em que, pela primeira vez, penetrei no quartel e iniciei a minha vida militar, guardo respeitosa recordação.

Dentre todos ficaram-me desde logo gravados na memoria os nomes de dous: Pedro Ivo Velloso de Silveira e Pedro Affonso Ferreira, este tenente e aquelle capitão; ambos considerados officiaes briosos e bravos, mas um pouco violentos e mesmo rixosos por questões politicas—politica da provincia, quasi sempre pessoal e mesquinha—que gostavam de discutir com os companheiros. Começava então a or-

ganisação do partido que mais tarde tomou a denominação de *praieiro*, tirada da rua da Praia, onde se reuniam seus membros e tinham a typographia do *Diario Novo*, que fazia desabrida opposição ao presidente Barão da Boa Vista.

Pedro Affonso pertencia a uma extensa e antiga familia da provincia, em que se contavam funcionarios de diversas categorias, magistrados, proprietarios, senhores de engenho, mais ou menos abastados e considerados. Entre os seus antepassados mencionavam-se patriotas que, por terem-se envolvido na revolução de 1817, foram levados á cadeia da Bahia, como muitos outros Pernambucanos que, uns no cadafalso, outros no martyrio do carcere, receberam a paga do seu amor á liberdade.

Ainda cadete, Pedro Affonso fez parte do contingente que de Pernambuco acompanhou o coronel Luiz Alves de Lima e Silva (depois o grande Caxias) para combater a *Balaçada* no Maranhão, de lá voltando official e com a mão direita aleijada por ferimento em combate.

Caxias, a quem elle devia a sua primeira patente, conservou d'elle a mais agradavel recordação e o apreciava como official valente.

Pedro Ivo era de uma familia de militares, cujo tronco, no Brazil, foi Diogo da Silveira Velloso, coronel do exercito portuguez, mandado pelo



governo da metropole para construir as obras de fortificação da Ilha de Fernando de Noronha, descoberta em 1602 por Fernão de Noronha, de quem lhe ficou o nome, e tomada pelos Hollandezes em 1630. Rehavida pelos Portuguezes, ainda della se apossaram em 1738, em nome da companhia franceza das Indias occidentaes, os Francezes, que foram expulsos pelas forças enviadas de Pernambuco.

Começou-se então a fortificar a ilha para defendel-a de novas aggressões, e nesse serviço esteve occupado aquelle official, que dalli passou para o continente, onde, alliando-se a uma das mais importantes e antigas familias pernambucanas, a familia Cavalcanti, fez seu *ubi* e findou seus dias já general. De seu consorcio teve um filho varão, Pedro Ivo José Velloso da Silveira, que foi capitão-mór de milicias, e, em idade avançada e acompanhado de um de seus filhos, Pedro Antonio Velloso da Silveira, também envolveu-se na mallograda revolução de 1817, sendo, como os demais companheiros, mandado para a Bahia, supportando ahi de animo calmo as durezas da prisão em que foi posto. Como Pedro Antonio, de quem adiante trataremos, seu irmão Hemeterio Velloso da Silveira também seguiu a carreira militar, que deixou no posto de tenente, em que se reformou.

De Pedro Antonio era filho o capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, de quem se trata e que tomou o nome de seu avô. Aos 11 annos elle assentou praça, mas só quando completou 15 começou a confiar antiguidade e ter vencimentos, começando tambem a sua carreira militar.

## XXVIII

Das antigas provincias foi Pernambuco a que teve constantemente maior guarnição. Por isso cabia-lhe sempre dar contingentes para as expedições enviadas ás vizinhas do norte.

O primeiro serviço, porém, que tocou a Pedro Ivo, depois de official, foi prestado na guerra dos *Cabanos*, fazendo parte de uma força que destacou para Santo Antão e seguiu até o Bonito.

Pouco se demorou por alli, e não era passado muito tempo quando foi mandado para o Ceará. De regresso foi seguidamente e de novo fazer parte da força que combatia os *Cabanos* em Agua Preta e outros pontos infestados pelas hordas semi-barbaras, dirigidas por Vicente de Paula, Caetano Alves e os irmãos Timotheos, contra os quaes lutaram as forças que para alli



enviava o Governo por espaço de tres annos, sem conseguirem vencel-as.

Consigna a fé de officio de Pedro Ivo, que « em 1836 destacou para a illia grande de Joannes ». (?)

Marchou em 1837 para o Pará, onde serviu sob as ordens do general Andréa ( Barão de Caçapava). Foi incumbido de commissões que desempenhou satisfactoriamente, no Alto e no Baixo Amazonas. Tomou parte em diversos ataques, tendo sido ferido no de Curuá a 30 de janeiro de 1838.

Recolhendo-se ao seu batalhão, nenhuma commissão mais teve fóra da provincia, onde permaneceu até fins de 1843.

Nesse anno, elle e Pedro Affonso foram, por aviso do Ministerio da Guerra, mandados recolher á Côrte — na phrase official de então — e addidos ao batalhão de deposito que aqui existia, tendo por quartel a fortaleza da Praia Vermelha onde está hoje a Escola Militar.

Motivaram essa resolução do Ministro, o general Salvador José Maciel, as queixas do commandante do batalhão contra o procedimento desses officiaes, accusados de insubordinação. Tentou o presidente pôr termo a taes queixas mandando addil-os a um dos outros corpos da guarnição, mas infructiferamente.

Havia um periodico, *O Indigena*, do qual se dizia que era um dos redactores Monsenhor

Muniz Tavares, e que publicava artigos violentos, e tambem o *Diario Novo*, contra o commandante do 2º batalhão de artilharia, referindo circumstancias intimas e particulares que elle commandante suppunha partirem daquelles officiaes. E tanto maior era a irritação que os artigos lhe causavam, quanto certo era que em muitos casos bem merecidas eram as censuras, como soe acontecer, quando em qualquer corporação, civil ou militar, ha membros della que se occupam em esquadrinhar e revelar o que vai de irregular na parte intima do serviço que, não sendo vista nem conhecida do publico, escapa á sua critica.

Quer sim, quer não, o facto é que o commandante das armas, remettendo ao presidente as guias que deviam acompanhar o capitão Pedro Ivo e o tenente Pedro Affonso, ponderava, para conhecimento do governo, que

« a conducta militar delles no batalhão não fôra ultimamente regular, como S. Ex. sabia, tanto que os desviou do serviço do mesmo, com o que ganhou a sua disciplina.

« O comportamento de um e de outro », acrescentava o commandante das armas, « não melhorou depois que sahiram do batalhão, porquanto me consta que em qualquer parte onde se achavam fallavam mal do commandante e dirigam insultos a alguns dos seus companheiros,



e ultimamente, pelo annuncio de despedida inserto no *Diario Novo* n. 253, o que tudo deu logar a mandal-os prender na fortaleza do Brum por tempo de 15 dias, querendo com este meu procedimento dar vigor á subordinação e disciplina da tropa, que não podiam deixar de ser afrouxadas, se por acaso me tornasse indifferente.»

Convem saber que o commandante do batalhão, major João Pedro de Araujo Aguiar, era sabidamente *persona grata* em palacio da presidencia; e essa circumstancia, se concorria para que mais aguçadas fossem as settas com que a imprensa opposicionista o feria, podia tambem concorrer para que as faltas commettidas pelos dous officiaes fossem consideradas com severidade correspondente á fé prestada ás queixas do mesmo commandante.

Com a mudança politica operada em 2 de fevereiro do anno seguinte (1844), facil lhes foi, ligados como se achavam ao partido que acabava de subir, regressarem ao seu batalhão, com a circumstancia de, pouco depois, ser o commandante, major Aguiar, chamado á cõrte, e indo mais tarde commandar interinamente o deposito da Praia Vermelha.

Não se demoraram aquelles officiaes no Recife, por causa da revolta de Alagõas, a que já fiz ligeira referencia.

## XXIX

Deixando de parte o que diz respeito a Pedro Affonso, sem interesse por emquanto, transcreverei o que daqui por diante consta dos assentamentos de Pedro Ivo, que podem ser consultados por quem quizer, no archivo da Repartição de Ajudante-General:

« Marchou com o batalhão », dizem os assentamentos, « para a provincia de Alagoas a 10 de outubro de 1844, e dali destacou para Agua Preta no 1º de janeiro de 1846, de cujo destacamento se recolheu a 21 de junho de 1848, e ficou doente no quartel. Por despacho do Exm. Sr. Presidente da provincia de Pernambuco de 26 de julho de 1848, publicado em ordem do dia do commando das armas da mesma data, teve tres mezes de licença para tratar de sua saude fóra da capital, cuja licença se findou a 26 de outubro do mesmo anno sem se ter della apresentado, passando a ausente, por excesso de licença, em virtude da ordem do dia do mesmo commando das armas, de 6 de novembro do dito anno, que fez constar á guarnição em cumprimento do art. 3º da Resolução da Assembléa Geral Legislativa (não se acha mencionada a data dessa resolução, que é de 26 de maio de 1835) e em virtude da qual se constituiu réo de primeira deserção, por ter excedido dous mezes da licença que obtivera. »



Antes de ir adiante, importa uma observação: este destacamento tão prolongado, de dous annos e meio menos nove dias, deve ter sido solicitado, ou pelo menos, recebido com muito agrado por Pedro Ivo, pois na freguezia da Agua Preta morava a familia de sua esposa. Era allí proprietario, senhor de engenho, seu sogro Martinho de Mello, conhecido por Martinho do *Verde*, nome do seu engenho e sua residencia.

Parecia ser um bom homem. A parte que tomou no movimento foi mui pouco saliente, e ainda assim, nem tanto faria, talvez, se não cedesse a impulso extranho.

Vê-se pela transcripção acima que Pedro Ivo, desde que teve ordem de recolher-se ao batalhão, tomou a resolução de não se apresentar.

Deu logo parte de doente, ficando considerado doente no quartel, isto é, em casa, até que obteve, sem inspecção de saude, licença para tratar-se fóra da cidade, ou a bem dizer, para regressar para onde estava sua familia e de lá não voltar mais ao quartel.

Que motivos teria Pedro Ivo para assim proceder? Seria a paixão partidaria que o arrastaria? Não é de suppôr.

O sentimento partidario não poderia ser mais intenso nelle do que em Pedro Affonso.

Este, que estava na capital, em constante contacto com os co-religionarios, com seu irmão

Antonio Affonso, o chefe de policia, que aconselhava as autoridades policiaes demittidas pelo vice-presidente em exercicio —Souza Teixeira—, que não se dessem por exoneradas; que frequentava os clubs, lia diariamente os jornaes, acompanhava as lutas ardentes da imprensa; que, em summa, vivia no fôco das estimulações partidarias, Pedro Affonso manteve-se fiel ao seu dever, não abandonou o seu quartel, não quebrou os laços de subordinação e disciplina, que são o assento de toda organização militar.

Pedro Ivo, que havia mais de dous annos se achava afastado do reboliço da capital, da qual o separavam 30 leguas, sem a frequencia dos clubs, levando vida semi-campestre, quasi sempre no engenho de seu sogro e tendo por distracção matinal, não a leitura, como na cidade, de jornaes recheiados de artigos effervescentes que excitam o animo mais calmo, mas o cantar dos passaros, «o terno reclamo das aves do céu», na phrase do poeta, que acalma o espirito e eleva a alma; no socego do lar, fruindo as caricias da esposa e dos filhos, sem ser perturbado por amigos importunos que lhe fossem levar incitamentos, fallando-lhe de politica; Pedro Ivo devia ter o seu sentir partidario muito mais enfraquecido que o do seu companheiro e amigo; e todavia, militar brioso, conhecedor dos seus deveres, desertou, sacrificando 22 annos de boas



serviços, com uma fé de officio em que apenas se notavam duas prisões correccionaes, uma em tenente, outra — a da despedida no *Diario Novo* — em capitão!

E, por fim, considerado pelo conselho de guerra a que foi submettido e incurso em pena capital! Por que e para que?

Ha ainda outra circumstancia que convem não omitir.

Refere o autor da *chronica da Rebelião Praieira*, e é verdade, que no dia 3 de novembro uma commissão composta dos deputados Peixoto de Britto, Lopes Netto, Rego Monteiro, Antonio Affonso e Villela Tavares, procurou o presidente Penna, e lhe declarou que,

« comquanto estivessem dispostos a não hostilisa-lo, contando com muita moderação e justiça de sua parte, deixariam de seguir este proposito, se acaso se verificasse a mudança de certos empregados da policia e da guarda nacional pertencentes ao seu partido e a nomeação de outros que lhes eram contrarios; e que attenta a indignação produzida por taes actos, elles não poderiam responder pela segurança e tranquillidade publica.»

Ora, o pensamento de deserção ou de não comparecimento no batalhão, que é a mesma cousa, que Pedro Ivo abrigava, ficou patente desde 26 de

outubro, dia em que findou a licença. Elle não o dissimulou por nenhum modo: deixou passar o prazo da ausencia, que foi declarada em ordem do dia do commando das armas de 6 de novembro, e depois, os dous mezes, em que já estava mettido na revolta, sendo declarado desertor.

A revolta só rebentou a 7 de novembro, em Olinda, e isto por precipitação de Guedes, que ainda era delegado de policia, e João Paulo, subdelegado (enviando ambos nessa occasião officios sem data ao presidente pedindo demissão), não estando ainda assentado o modo de agir. Mas já no dia anterior tinha sido verificada officialmente a ausencia, isto é, o começo da deserção de Pedro Ivo.

Não parece, portanto, nem se deve suppor que foi para ir em auxilio da rebellião que elle tomou aquella extrema resolução, mas sim, que a rebellião é que veio em seu auxilio, offerecendo-lhe pretextó para ser explicado o seu acto como filho das suas idéas politicas.

A missão de chronista, que me impuz, obriga-me a investigar este ponto; e o farei mais de espaço e opportunamente.



## XXX

Pedro Ivo, separando-se da columna do Norte para estacionar em Agua Preta, como ficou dito havia levado uns cento e trinta homens—indios—, esperando augmentar alli esse numero. Não quedou, porém, muito tempo lá em tranquillidade.

Logo que houve conhecimento de sua passagem para o sul, operação audaciosa realizada com pericia, foram tomadas convenientes providencias. Além das forças expedidas da capital, moveu-se uma columna expedicionaria de Alagôas, commandada pelo tenente-coronel Antonio Maria de Souza.

No dia 13 de março entrou esta, sem dar um tiro, na villa de Agua Preta, que tinha sido abandonada na vespera.

Na sua parte disse elle:

« Pelas informações que acabo de colher soube, que contavam os rebeldes com uma força não pequena, mas exausta de munições de guerra, tanto assim que havia praças que apenas tinham a arma carregada; sendo tambem certo que a desmoralisação nas fileiras desses vandalos tem sido consideravel, mor-

mente depois da morte de Pedro Grosso no fogo que a columna teve com uma guerrilha rebelde no dia 9 do corrente, como já communiquei a V. Ex., pois esse individuo era um dos maiores influentes neste ponto.»

Desde então procurou Pedro Ivo internar-se nas matas, dividindo as suas forças em duas secções ; uma sob seu commando, foi occultar-se em terras do engenho *Verde* ; outra, dirigida por Caetano Alves, seguiu para os logares denominados Riachão e Prata. Batidas neste ultimo ponto, internaram-se mais, procurando o valle do Jacuype.

Deu-se então uma certa paralyzação nas operações, que mais tarde proseguiram.

Comquanto aquellas matas já não tivessem o encanto mysterioso do desconhecido, como dezeses annos antes, na guerra dos *Cabanos*, offereciam ainda grandes difficuldades ao movimento de qualquer força regular que alli precisasse penetrar para combater partidas esparsas por diversos pontos e que se reuniam ou se separavam por caminhos só dellas conhecidos. <sup>1</sup>

Seria nessa guerra chamada das *matas*, que foi hasteada a bandeira republicana, que até então não tinha sido desfraldada, e em defesa da

<sup>1</sup> Veja appendice IV.



qual sacrificou Pedro Ivo « sua carreira, seu lar, seus haveres e até a propria vida », como foi dito no parecer da commissão do Senado, de que terei de occupar-me, conforme prometti ?

O que foi essa *guerra* dil-o, melhor do que eu poderia fazer, um documento official de alto valor, que não pôde ser recusado pelo proprio relator do citado parecer, que disse do Ministro que o subscreveu, Euzebio de Queiroz, que

« sempre acatou sua memoria, embora nunca tivesse pertencido ao partido a que elle consagrou sua actividade, como um dos primeiros estadistas do nosso paiz e, mais do que isto, como um bemfeitor da humanidade ».

### XXXI

E' o relatorio do Ministro da Justiça de 1850, pois, que vai esclarecer este ponto da Historia, de que tão afastado andou o parecer da honrada commissão, que entretanto a invoca, como se vai ver.

Seja-me, porém, permittido desde já cotejar o primeiro periodo desses dous documentos, transcrevendo um ao lado do outro, para ver-se quanto contrasta a realidade do primeiro com a fantasia do segundo:

## RELATORIO

« Pedro Ivo, um dos chefes da revolta, espirito refractario, receioso sem duvida do rigor das leis, porque não é sómente réo de crimes políticos, mas tambem de outros e desertor do exercito, ligou-se ao bando de Caetano Alves, que ha tempo infesta as matas de Agua Preta, alli se conserva erante e sahindo sómente ás occultas para assolar e devastar os povos vizinhos que pôde surprender. »

## PARECER DA COMISSÃO

« O nome heroico e legendario de Pedro Ivo não precisa ser lembrado ao Senado Brasileiro; elle brilha em nossa historia politica como uma das fulgurações mais radiantes nos tempos em que era crime sonhar com a Republica. Sua carreira, seps houveres, seu lar, sua vida, tudo sacrificou elle pela Patria. »

Não é esta, entretanto, a parte mais interessante do relatório; nem a que melhor esclarece a situação de Pedro Ivo e o character da luta em que elle estava empenhado. Serve, todavia, para habilitar o leitor a escolher — no que vai seguir — em quem deve louvar-se: se no ministro que tinha diante dos olhos os documentos officiaes referentes aos acontecimentos que se iam passando; se no nobre relator da commissão que, na ignorancia de taes acontecimentos, em vez



de estudal-os, subiu ao Pindo e entregou-se aos vãos da imaginação.

Continúa o relatorio :

« Não era possível que o governo provincial consentisse em taes escandalos contra a segurança individual e de propriedade. E mal comprehenderia seus deveres o administrador si não procurasse vigorosa e promptamente reprimir esses attentados.

Na posição em que está Pedro Ivo, não é facil o combate ( que elle sempre evita ) sem um cerco, para o qual são de mister as forças que o presidente da provincia reúne, sendo de esperar que então se veja obrigado a dispersar esse bando *sem pensamento politico* ( o grypho é meu ), mas que serve para espalhar o terror pelas habitações vizinhas das mattas.

E' preciso repetir, senhores, que o Governo nada poupou para evitar essas depredações, e, com o fim de pôr em execução o systema politico que adoptara, levou a indulgencia até ao ponto que lhe permittiam os interesses do paiz e a sua dignidade. O caudilho, porém, entendeu que inspirava temor e que podia impôr condições, não duvidando, quando rejeitadas, tomar vida errante de parceria com o bem conhecido Caetano Alves.

Nas lutas intestinas é ordinario apparecerem grandes criminosos, para os quaes ninguem repara, ficando absorvidos pelos acontecimentos em que

tomam parte no primeiro ou ultimo plano. Depois da luta, rebeldes a toda a regra, esses homens não voltam á sociedade e querem que os tenham por chefes politicos; continuam então a guerra por sua conta para saciar instinctos criminosos.

Duvido que algum partido politico, digno desse nome, *deposite suas esperanças, confie seu futuro na gente que hoje infesta as mattas de Agua Preta* (ainda é meu o grypho).

E' necessario, porém, acabar quanto antes esse germen de revoltas, que ambições pouco escriptulosas podem aproveitar e desenvolver, dando-lhe mais longo alcance e mais grave aspecto.»

## XXXII

Reclama uma explicação a severidade de algumas expressões contidas no documento acima, escripto, aliás, quando ainda eram ignoradas algumas particularidades só posteriormente conhecidas.

Pedro Ivo, é preciso dizel-o, não era um bandido. Repugnava esse papel ao seu brio



como militar, e á altivez do seu caracter, como homem particular.

E' certo que, desde a sua passagem do norte para o sul, grandes queixas se levantaram contra as depredações commettidas pelas suas forças.

Essas queixas se repetiram com mais frequencia e eram levadas ao conhecimento do governo provincial, quando Pedro Ivo se internou de vez nas mattas.

Baldo de recursos para sustentar taes forças, que não eram pagas, não podia oppor-se a que ellas os buscassem onde quer que os achassem, sob pena de ficar abandonado. Sem autorizal-as, era todavia obrigado a tolerar semelhantes depredações.

Sahia ás occultas, é verdade, não para ir em pessoa assolar e devastar os povos vizinhos; isto fazia a sua gente á revelia d'elle, embora com o seu consentimento tacito, que só Deus sabe quanto lhe pesaria no animo. Sahia para ir ver a consorté e os filhos, que se achavam no engenho *Gravatá*, propriedade de seu cunhado Feitosa, preso como sabemos.

Durante essas suas ausencias, maior era ainda a anarchia que, a esse respeito, reinava na sua tropa.

Por fim, depois da chegada do general Coelho, nem mesmo para aquellas visitas elle sahia das mattas, onde cada vez mais difficil lhe era manter-se.

Sahia, porém, a sua gente por pontos diversos, e todo o clamor, todas as queixas eram contra elle, que na realidade não podia eximir-se perante a opinião, das responsabilidades dos attentados commettidos pelos seus.

O erro tem a sua logica, cujas deducções imperiosas e irremissiveis não ha como evitar.

Collocado pela fatalidade em um plano inclinado, foi Pedro Ivo levado até ao abysmo, em que se afundou.

Diz o relatorio, como acabamos de ver, que elle « não era sómente réo de crimes politicos, mas tambem de outros ».

O encargo de chronistas, como eu já disse, impõe deveres, por vezes, bastante dolorosos.

Não é uma revelação que tenho de fazer, pois que outros já o disseram com dureza escusada, e, porventura, immerecida; é, antes, uma repetição.

Pedro Ivo não tinha prestado contas dos dinheiros recebidos para pagamento e soccorrimento do destacamento que por tanto tempo commandara, resultando deste facto achar-se alcançado com a caixa do batalhão quando foi dispensado daquella commissão e mandando recolher ao seu corpo. Pobre — como eram os militares naquelles tempos — vivendo apenas de seu soldo, não dispunha de meios para de prompto ajustar suas contas e pôr-se quite com a



Fazenda. Isto o collocou em penosa collisão. Não devia ser quantia muito valiosa, mas era, em todo caso, uma divida, e é sabido que a responsabilidade por adiantamentos de dinheiro naquellas condições, se os saldos verificados deixam de ser recolhidos, importa, para o official que os retem, em prisão e conselho de guerra.

Tal hypothese revoltava o animo de Pedro Ivo, que avaliava bem a sensação que o caso produziria e os commentarios a que se prestaria, não sómente por parte dos seus companheiros, entre os quaes contava desaffectedos, pelo seu orgulho e arrebatamento, como dos seus amigos e conhecidos, e todos, emfim, que o tinham em bom conceito.

Dahi a sua parte de doente e a licença que procurou obter, com o fim de não se apresentar no quartel. Elle appellava para o tempo, na esperança vaga e incerta de que este lhe levasse algum auxilio. Qual seria? Não o sabia, nem podia prever; todavia, inquieto e ancioso esperava.

Mas o tempo da licença terminou, aggravando-se mais a sua posição com a nova mudança politica que acabava de operar-se, e consequente mudança do commandante das armas, com cuja benevolencia e boa vontade elle tinha motivos para contar. O contrario ia dar-se: nenhuma benevolencia haveria para com elle.

Podia recorrer aos amigos e parentes, expor-lhes os embaraços em que se achava e obter delles o dinheiro preciso para o seu ajuste de contas. Mas ainda mesmo que não fosse bastante orgulhoso para revelar a falta em que havia incorrido e que importava em feia noção em sua carreira militar, muito natural era o constrangimento que teria em fazer semelhante confissão.

Eis a situação em que se encontrava Pedro Ivo, privado de regressar ao batalhão, quando rebentou a rebelião, que elle accitou como uma solução, contando com o seu triumpho, que seria tambem o delle, pois via nella envolvidos os seus amigos.

Disposto como estava em acompanhá-la, menos por conformidade de opinião politica do que pela força das circumstancias, elle se achou ligado á rebelião, qualquer que fosse a feição desta, bastando que á frente della estivessem pessoas de sua confiança, ou para estabelecer a Republica, ou para firmar a Monarchia « sobre as bases solidas da Constituição », como dizia Lopes Netto.

O facto da responsabilidade em que Pedro Ivo se viu incurso não infama, aos meus olhos, a sua memoria, desde que desconheço as circumstancias que o originaram.

Quem sabe o que haveria concorrido para o alcance de Pedro Ivo para com a Fazenda Nacional ?



Não poderia esse official ter sido victima de qualquer accidente que ignoramos — mesmo furto ou perdas — e que o tornasse responsavel por dinheiros de que não se utilisara?

Por outro lado, não são grandemente culpados o proprio batalhão e a Thesouraria de Fazenda de então, por novos adiantamentos de dinheiros, sem que tivessem sido ajustadas as contas dos anteriores? Por que não cumpriram o seu dever?

A elles, que se tivessem procedido como deviam, teriam evitado aquelle alcance, culpo eu tanto ou mais do que a Pedro Ivo.

### XXXIII

Voltando ao parecer da nobre commissão do Senado, nada preciso dizer ácerca do trecho acima transcripto, de par com o relatório de Eusebio de Queiroz, senão que a affirmação de que «naquelle tempo era crime sonhar com a Republica», é hyperbole que se explica pela falta de conhecimento da nossa historia politica.

Muito antes dessa época já Borges da Fonseca havia publicado aqui — na capital do Im-

perio — *O Republico*, folha em que fazia propaganda republicana, sem que nenhum mal por isso lhe proviesse.

«Companheiro de Nunes Machado», prosegue o parecer, «delle irmão em patriotismo e abnegação — que é exemplo e gloria (?) — prisioneiro do Imperio, teve o mysterioso fim que as chronicas registram.

E a familia que deixou, sem o seu amparo, sem arrimo, arrebatado o chefe e perdidos os bens, cahiu na miseria.»

Eu nada diria sobre este trecho, que seria um vôo de imaginação inoffensivo, se não fosse ali encaixada esta insinuação maligna: «teve o mysterioso fim que as chronicas registram», que não devo deixar que continue a correr mundo, agora acobertada pelo valor moral da palavra dos representantes da Nação.

Ha cerca de dous annos, no Conselho Municipal desta capital, em festejado discurso, foram proferidas estas palavras por um illustrado intendente:

«Pedro Ivo, trahido vilmente, gemeu na masmorra de Santa Cruz, de onde desapareceu, segundo reza a historia, assassinado covardemente.»

Protestei, por amor da Historia verdadeira, contra semelhante História falsa, que como tal



ficou conhecida, até pelos testemunhos que vieram em meu auxilio, especialmente o do Sr. conselheiro Christiano Ottoni. <sup>1</sup>

Descançava eu, pois, na persuasão de que tinha ficado esclarecido esse ponto da nossa historia politica, quando vejo que ainda agora, no Senado, a corporação talvez mais respeitavel da Republica, ainda se repete que « Pedro Ivo teve o fim mysterioso que as chronicas registram! »

Mas quem escreveu essa historia e essa chronica?

Quem as leu? Em que bibliotheca ou gabinete de leitura podem ser encontradas?

Não se diz, ninguém sabe! Aquelles que as conhecem e a ellas fazem referencia, consoante as circumstancias de occasião, guardam absoluto segredo, convertendo em mysterio a posse de tão importante escripto!

O que a chronica, não mysteriosa ou fantasiada, mas a chronica da tradição, deveria registrar e pôde ser confirmado por pessoas coevas dos acontecimentos de que nos occupamos, é que Pedro Ivo, após a evasão da fortaleza da Lage, esteve refugiado em uma das fazendas de Joaquim Breves, embarcando na de Marambaia em um navio que ia com destino á Europa e alli o

<sup>1</sup> Appendice I, já citado.

foi tomar. Fallecendo (dizem que era cardiaco) na altura da antiga provincia, hoje Estado da Parahyba, o seu corpo, lançado ao mar, foi ter á costa daquella provincia, e correu que foi reconhecido apezar do adiantado estado de decomposição e de comido em grande parte pelos peixes.

Os jornaes deram essa noticia.

De sua morte fez o commandante do navio as precisas declarações ao chegar ao porto de seu destino, na Italia, declarações que, publicadas nos jornaes dalli, foram aqui transcriptas pelo *Correio Mercantil*, em que as li, em fórma de noticia, como devem ter lido todos os que eram assignantes daquella folha. Vivem pessoas nesta capital que podem dar testemunho disto.

#### XXXIV

Volvamos ao parecer:

« A filha que lhe resta vive na estreiteza da penuria, e em idade na qual se não pôde applicar aos labores a que em outros tempos se pôde dedicar para haurir parcos meios para a subsistencia diaria.



No tempo da monarchia nada pediu nem procurou do governo, zelando assim o lustre e honra do glorioso *nome* de seu pae. Só agora, que a necessidade impõe imperiosamente e o exemplo anima, pois a Republica tem concedido pensões aos que bem serviram á sua causa, bate ás portas do Congresso Nacional a portadora daquelle nome glorioso.»

Mas o contrario disto, precisamente consta do parecer da commissão da Camara dos Deputados, que faz grande carga ao governo da monarchia por ter negado, primeiramente, á viuva e depois á filha do « revolucionario pernambucano » o que lhes era devido por « disposição expressa da lei ».

Se a filha de Pedro Ivo *nada* pediu nem procurou no tempo da monarchia, não podia o governo desta ter praticado a clamorosa injustiça de negar-lhe o que lhe era devido por expressa disposição de lei ; e assim menos fiel foi a exposição feita pela commissão da Camara dos Deputados.

Se, pelo contrario, ella solicitou o que suppunha ser-lhe devido por *expressa* disposição de lei, como escreveu o nobre relator do citado parecer da Camara, menos fiel é a historia contada no parecer da commissão do Senado, de que a filha de Pedro Ivo *nada* pediu nem procurou no tempo da monarchia « para manter illesos o lustre e honra do nome glorioso de seu pai. »

Onde, pois, a verdade: no parecer da comissão da Camara dos Deputados, ou no da do Senado?

Sem commentar o caso consignarei, apenas, *ad perpetuam rei memoriam*, esse curioso systema de legislar.

A Camara dos Deputados, guiada pela sua commissão, votou a illogica conclusão que esta lhe offereceu, como reparação do acto illegal e iniquo do governo da monarchia, que desatendeu á filha de Pedro Ivo, negando-lhe o que era de lei expressa.

O Senado, guiado tambem pela sua commissão, que por sua vez deixou-se guiar pelo seu relator, votou pela proposição ida da Camara, porque a peticionaria,

«zelando o lustre e honra do nome glorioso de seu pai, prisioneiro no Imperio, cujo fim mysterioso as chronicas registram, nada pediu no tempo da monarchia, e sómente agora, que a necessidade impõe imperiosamente e o exemplo anima, pois a Republica tem concedido pensões aos que bem serviram a sua causa (?), é que veio bater ás portas do Congresso!»

Qualifiquei de illogica a conclusão do parecer acceito pela Camara dos Deputados, porque se se tratava de reparar um injustiça, prati-



cada com offeças de disposição expressa de lei, o que se devia fazer era mandar pagar o meio soldo desde a data presumida do fallecimento de Pedro Ivo. Seriam uns 14 ou 15 contos, que fariam muito melhor arranjo á pobre e idosa se-nhora, do que a pensão de 100\$ mensaes.

E não foi sómente a nobre commissão que, em boa fé, se serviu desse pretexto; na breve discussão que houve no Senado, um dos oradores, cavalheiro aliás que muito me merece pelos seus dotes pessoaes, partilhando tambem do erro commum, ao concluir o seu discurso, de que o *Diario do Congresso* apenas nos deu escasso resumo, pediu a votação da pensão, « como uma homenagem aos reaes (?) serviços do grande patriota (?) Pedro Ivo ».

E assim se conta a historia!

## XXXV

Não é preciso que cheguemos ao momento em que Pedro Ivo, cedendo ás rogativas e conselhos paternos, ou antes aproveitando a oppor-tunidade unica que se lhe offerecia de sahir honrosamente da posição insustentavel em que

se achava, depoz as armas e abandonou as matas de Jacuype, para que se conheça que a luta ahi travada não tinha objectivo politico. Basta para o demonstrar tudo quanto fica dito.

Em nenhuma das phases da rebellião prairieira, quer a que terminou com o ataque á capital e a morte de Nunes Machado, quer a que se seguiu até a prisão de Borges da Fonseca nas cabeceiras do Cabú, e finalmente a que teve por theatro as matas que foram outr'ora o dominio de Vicente de Paula e Caetano Alves, jámais Pedro Ivo se bateu pela causa republicana. Tudo o que a esse respeito se tem dito, se tem escripto, (1) e foi repetido no recinto do Congresso, como acabamos de ver, não passa de uma lenda, gerada 16 annos depois dos acontecimentos de que nos occupamos, na imaginação ardente e caprichosa de arrojado poeta, cujo estro revestido de imagens e tropos fascinantes e não raro inintelligiveis tem exercido

(1) Ha pouco o *Brazil Militar*, periodico proficientemente redigido por moços militares e que actualmente exerce merecida influencia nas rodas militares, commemorando no seu numero de 15 de novembro ultimo, o advento da Republica e citando os nomes dos que por ella trabalharam, disse:

« Relembramos ainda o sargento-mór Bernardo Vieira de Mello em 1710, no Recife, lançando corajosamente o projecto de Constituição republicana, o coronel Bento Gonçalves exemplificando nossas tendencias pela liberdade, durante dez annos, e o capitão Pedro Ivo da Silveira, encarcerado nas masmorras da fortaleza de Santa Cruz.»

Até no tocante á fortaleza e suas «masmorras» os meus jovens camaradas não foram bem informados,



grande influencia no espirito das gerações que se lhe seguiram.

Vem aqui a proposito recordar o que em interessante monographia da *Bahia do Rio de Janeiro, sua historia e descripção de suas riquezas*, refere o coronel Augusto Fausto de Souza, cedo roubado ao serviço da Patria e ás lettras brazileiras, descrevendo a fortaleza da Lage:

« Nella », observa esse escriptor, « esteve preso o major Miguel de Frias, em consequencia do conflicto da noite de 28 de setembro de 1831, conhecida pelos *Tiros no Theatro*.

Na prisão desta fortaleza é que teve lugar a horrorosa scena mencionada acima na palavra *Caqueirada*; e tambem foi della que em 19 de abril de 1851 se evadiu o capitão Pedro Ivo, chefe militar da rebelião de 1848, em Pernambuco, que falleceu em viagem para a Europa, sendo immortalisado por duas bellissimas poesias, uma de Alvares de Azevedo, em que implorava o seu perdão, e outra de Castro Alves.»

Tenho duvida — sem offensa á memoria do illustre camarada — de que essa poesia de Castro Alves tivesse sido inspirada pelos feitos de Pedro Ivo.

E' certo que a encima este nome, ao qual é ella dedicada, como poderia sel-o tambem a

qualquer outro de fantasia do vate,— arrevesado e de som aspero, em vez de sonoro e de pronúncia suave como aquelle.

Dos 172 versos do ardoroso canto, soment estes quatro ultimos podem ter applicação ao nosso Pedro Ivo, o real e verdadeiro :

« ... Mas contam que um dia rolara o oceano  
Seu corpo na praia, que a vida lhe deu...  
Emquanto que a gloria rolava sua alma  
Nas margens da historia, na areia do céu... »

Todos os outros, em que se encontram muitos de encantadora métrificação, de deliciosa harmonia e riqueza de rimas—embora em grande parte inintelligíveis uns, e sem sentido outros—referem-se a um ente fantastico, desordenado, indefinivel e todo fóra do natural.

Desde o principio, ao deparar-se a seguinte quadra com que o poeta rompe a marcha, começa logo o leitor a sentir-se atrapalhado :

« Rebramam os ventos... Da negra tormenta,  
Nos montes de nuvens galopa o corcel !...  
Relincha — troveja... galgando no espaço,  
Mil raios desperta co'as patas revel. »

Nunca pude comprehender o que quiz elle significar nesta quadra, como em varias outras no mesmo teôr e exaggerado condorismo !



A imagem a que se soccorre, representando Pernambuco dormido, «com os olhos quasi cerrados, com os labios quasi a fallar», fitando—Oitenta e nove—e a entrar-lhe no craneo «em ondas o verbo de Mirabeau», póde ter sido, sob esta fórma arrojada, uma previsão, uma prophecia, que o tempo se encarregou de realisar, mas, que nenhuma relação tem com Pedro Ivo. Assim tambem, a luta de horror, de confusão, em que a morte vòa rugindo da garganta do canhão, e o heróe a cerrar fileira, e o sangue a ensopar a terra, e o «fumo, corvo da guerra», cobrindo a amplidão com as azas, e «o vulto errante e negro como a estatua sombria do revel», nada disto offerece a menor aproximação com o que se deu na antiga provincia de Pernambuco, por occasião da rebellião praieira, maxime na parte em que Pedro Ivo figurou.

E como essas, muitas outras exaggerações e inverosimilhanças sem applicação adequada, de que tambem abunda a poesia de Alvares de Azevedo, que parece ter sido quem tentou Castro Alves a excedel-o,

## XXXVI

Como quer que seja, o facto é que a mocidade contemporanea do poeta, especialmente a que com elle partilhava dos labores escolares na Faculdade de Direito do Recife, recebeu com enthusiasmo o seu canto, acclamando-o com ardente applauso que parecia imprimir-lhe o cunho de valor historico. E como ninguem oppoz embargos, passou o caso em julgado, e o capitão Pedro Ivo, official distincto, sem duvida, brioso, bravo mesmo, que conheci muito antes que a fatalidade o tornasse companheiro de Caetano Alves, e que o leitor tambem ficou conhecendo pelo que contei, foi transformado no heróe fantasiado pela ardente e absurdamente imaginosa musa do festejado cantor bahiano.

Não é, porém, isto de admirar.

E' proprio da mocidade — elemento constitutivo das novas gerações—na contemplação dos factos e acontecimentos ainda mal estudados na successão dos tempos, acolher, de preferencia aos que nenhuma emoção lhe produzem, os que mais lhe ferem o espirito e lhe excitam a imaginação.

Apaixona-se por estes e os conserva vivos na lembrança, ao passo que daquelles não procura



guardar duradoura memoria. Dahi resulta que, quando se chega á idade madura, a idade da reflexão e do sizo, em que se analysam cuidadosamente os factos e nada se acceta sem exame e escolha criteriosa, já o erro se acha enraizado, como opinião firmada e inaccessible á duvida e á incerteza, carecedoras de luz e esclarecimento.

Isto, naturalmente, explica a razão por que, com o advento da Republica, tendo-se de mudar o nome da rua do Imperador, que não tinha mais razão de ser, pois que, não havia mais imperador que por lá transitasse, ao sahir da quinta imperial, ou ao recolher-se a ella, deram-lhe o de Pedro Ivo, nome que até o presente ainda é mal conhecido, mesmo dos que nelle ouviram fallar.

Embora entre os intendentes que procederam a esse chrisma, algum sem duvida, devesse ter noção da historia verdadeira do personagem a quem iam prestar tão alta e significativa homenagem, para advertir aos collegas da impropriedade de tal escolha, a cousa passou sem o menor reparo, o que não admira ainda.

Estava-se então no periodo agudo do republicanismo hysterico e assustadiço que, em seu estremecimento pelo nascente regimen, mutilava o gradil do jardim do Campo de Sant'Anna, fazendo desaparecer as coròas que ahi existiam,

para que não dessem no futuro testemunho de que houve Corôa no Brazil, e, por meio de uma commissão composta de tres distinctos litteratos, talentos de primeira agua, pedia ao Congresso a demolição da estatua de D. Pedro I, como providencia de alto valor patriotico para a consolidação das novas instituições.

Esqueciam sómente: *primo*, que dos centos de contos de réis, empregados na erecção desse bellissimo monumento e obtidos em todo o antigo Imperio por subscripção popular que ia de 4\$ a 1:000\$, nem um só vintem sahio do Erario publico; *secunda*, que o vandalismo tentado e em parte realizado, por mais que demolisse, não demoliria a Historia que ha de attestar e transmittir á posteridade o que, debalde e insensatamente, se procuravá occultar-lhe.

Foi ainda nesse periodo e sob a pressão das mesmas causas que no Espirito Santo, ao que me dizem, foi declarado feriado e de festividade publica o dia 2 de fevereiro, por ser o anniversario «da morte do grande patriota Nunes Machado» cuja memoria é, sem contestação, merecedora de acatamento e sympathia, até porque, contrario á idéa de luta armada, Nunes Machado teve de envolver-se nella, para morrer ingloriamente, como vimos; mas não porque jamais lhe houvesse passado pelo pensamento servir á causa republicana.



## XXXVII

No que acima fica, não me vai o intento de fazer censuras, nem procuro apurar responsabilidades. Pelos excessos e aberrações de espirito a que, como os individuos, se entregam os povos em momentos de allucinação, não ha responsaveis.

Cede-se a um poder occulto e mysterioso que se não percebe e a que bem se deveria chamar o dominio da inconsciencia.

Este dominio, porém, não attinge ou não deve attingir a administração publica, função social que, pela sua natureza e importancia, e subordinada a preceitos invariaveis, tem de ser exercida com a maior ponderação e criterio, mantendo fiel e intacta a tradição dos factos e da marcha dos acontecimentos, que constituem lição, norma e guia.

Em sua acção calma e reflectida, faltaria ella á sua missão si se deixasse levar pelos enlevos da poesia, pelas imagens e figuras de rhetorica, que tanto encantam e agitam as turbas.

« Não é com metaphoras que se governam as nações », disse, se me não engano, Bismarck.

Isto posto, que significa o nome de Pedro Ivo dado a uma bombardeira — do mesmo modo

que o de Pedro Affonso foi dado a outra, — na occasião em que o Governo organisava uma esquadra para bater officiaes de marinha revoltosos e declarados desertores?

Qual Pedro Ivo tinha na mente, quem lembrou esse nome? O da lenda de Castro Alves ou o capitão do exercito, evadido da fortaleza da Lage, onde cumpria sentença por crime de deserção?

A pratica admittida pelas nações que tem marinha de guerra, de darem aos navios os nomes de seus filhos que se tenham distinguido na carreira das armas ou em serviços importantes ao paiz, importa não sómente em homenagem a elles prestada pelos seus serviços e façanhas em prol da Patria, como estimulo e exemplo aos moços que se dedicam á mesma carreira e que, imitando-os, alimentem a esperança de ver um dia o seu nome honrado do mesmo modo.

Quantos navios de guerra não tem tido e tem ainda a nossa armada relembrando chefes militares de mar e de terra, que, como taes, se tem illustrado, illustrando tambem os annaes da Patria com actos gloriosos?

Não temos tido, para não citar outros navios, *Barroso*, *Herval* e *Tamandaré*, tres nomes que representam tres glorias nacionaes?

Durante a guerra do Paraguay não tivemos *Mariz* e *Barros*, *Henrique Martins*, *Marcilio*



*Dias, Vassimon, Lima Barros, Silvado, etc.*, em honra á memoria daquella pleiade brilhante de valorosos moços, inflammados de ardor patriótico, que, fieis ao dever militar, morreram conquistando immarcessiveis louros?

Pedro Affonso, em Riachuelo, de espada em punho, lutando braço a braço no portaló da *Parnahyba*, abordada pelo inimigo, e cahindo esmagado pelo numero, foi um daquelles; justa, portanto, a homenagem prestada á sua memoria, dando-se-lhe o nome a um dos vasos que tinha de combater a revolta da esquadra.

Vimos como elle, fiel ao seu dever, se portou correctamente na rebellião praieira; e como, de modo inteiramente opposto, procedeu o seu companheiro Pedro Ivo. E todavia, pela administração da marinha, ou pelos seus representantes, foram ambos passados pela mesma fiera!

Como explicar isso?

O que foram esses dous officiaes, como todos os outros cujos nomes ficam mencionados, quaes os serviços por elles prestados, dizem os seus assentamentos, as suas fés de officio, historia fiel e authentica, que deve existir archivada nas respectivas repartições. Que ha ahi com relação a Pedro Ivo que possa justificar a distincção conferida á sua memoria na mesma occasião em que, no empenho de castigar-se

com maxima severidade—que não reprovou—militares tão criminosos como aquelle, posto que ainda não condemnados pelos tribunaes competentes, puniram-se até objectos inanimados de que elles se serviram para lutar?

O *Aquidaban*, a poderosa machina de guerra, cujo appellido recordava o epilogo da grandiosa epopéa, que nos custou cinco annos de luta incessante e sacrificios de toda ordem, teve por castigo a perda desse nome, por ter estado ao serviço dos revoltosos.

A capital de Santa Catharina, a poetica e historica povoação de Nossa Senhora do Desterro, dos tempos coloniaes, com a sua legenda revestida de unção religiosa, que immortalisou a *Mulher Santa*,<sup>1</sup> como lhe chamavam, que em cumprimento de um voto, alli erigio a igreja do

<sup>1</sup> D. Joanna de Gusmão, nascida em S. Paulo, irmã de Alexandre Gusmão, o diplomata, e de Bartholomeu de Gusmão, o *voador* (aeronauta).

« A irmã dos dous illustrados e celebres *Gusmão* não era instruida, mas era sabia. Abrio casa contigua á igreja do *Menino Deus ás meninas pobres*; ensinou a lêr, a escrever e as quatro especies de arithmetica em que se resumia toda a sua educação litteraria; mas ensinou o amar a Deus e ao proximo, ensinou o dever do trabalho, o encanto das virtudes, a magestade feminil da modestia e da castidade, em que se realçava a sua sabedoria. Os ricos não poderão invejar os pobres, porque suas filhas foram recebidas pela grande mestra e directora com o seio aberto de caridosa mãe.

Mas a *Mulher Santa* chegára aos 92 annos; trabalhára muito, era victima de horribéis dôres, de padecimentos crueis, precisava, devia descansar.

Do alto do céu, o *Menino Deus* sorriu-lhe e chamou-a a 15 de novembro de 1780. Joanna de Gusmão falleceu nesse dia ».

(*J. M. de Maceio* — « *Anno Biographico* », V. II, pag. 282).



*Menino Deus* é a capella do Senhor dos Passos, á custa de esmolas obtidas em longas peregrinações a pé, só e caminhando sempre, sem outro amparo que a fé que a animava e lhe dava alento; a capital de Santa Catharina, como o *Aquidaban*, tambem se vio castigada com a perda do seu nome historico, pelo facto de ter sido alli organizado o governicho revoltoso, que, se algum mal fez, foi sómente á propria revolta, pela desmoralisação que lhe acarretou!

O encouraçado *Aquidaban*,<sup>1</sup> e a cidade do Desterro, pois, desapareceram dos catalogos officiaes ao mesmo tempo que se pretendeu glorificar quem lá não podia estar.

### XXXVIII

Supponhamos que o estrangeiro que vier ao Brazil, curioso de conhecer a nossa historia, os nossos costumes, a nossa administracção, a vida dos nossos homens mais eminentes e de mais serviços á causa publica, penetre nos nossos ar-

<sup>1</sup> Depois de concertos por que passou nos estaleiros da Allemanha com o nome de *Vinte e Quatro de Maio*, ao regressar, retomou o seu antigo nome que conserva.

chivos, consulte os documentos que ahí existem, compulse os relatorios dos ministros e os annaes do Parlamento, antigos e modernos, e tambem as collecções dos jornaes; e si esse estrangeiro salientar os desconcertos que ligeiramente tenho assignalado, e muitos outros que ha de encontrar, e duvidar do nosso sizo, teremos razão para nos queixar?

Escrevo sem paixão, que para sentil-a não tenho motivo; mas sei bem que me hão de acoi-mar de suspeito por *inimigo da Republica*, como já houve quem me accusasse, quando em outra occasião tratei de acontecimentos relativos á re-bellião praieira.

Embora sem aspirações que me obriguem a uma profissão de fé, não desejo que me tomem pelo que não sou.

Não sou inimigo da Republica. Não concorri, de certo, com os meus camaradas de armas que a fizeram; mas tambem não prestarei meu concurso aos que a queiram destruir, ainda mais pelo receio — natural nos velhos — que me inspiram as mudanças radicaes, factoras das incertezas do futuro.

Desde cerca de 16 annos que me ficaram gra-vadas na memoria estas palavras proferidas da tri-buna do passado Senado por um ministro de então:

« A democracia moderna não faz questão dosapparelhos ».



Com effeito, a fórma de governo não é fim, é meio. E como a questão não é do aparelho, mas dos operarios, eu se fosse politico, ou se ainda me achasse com forças para lutas politicas, em vez de tentar mudanças, preferiria apoiar o actual governo, á cuja frente vejo um homem de bem, animado de bellas intenções e procurando fazer o melhor que as circumstancias lhe permitem, só Deus sabe com que esforço e no meio de quantas contrariedades!

Não desconheço e antes confesso que, no meu fraco modo de entender, nem tudo que vai correndo pelas altas regiões é credor de applauso. Mas governar, maxime, nos tempos difficeis como os que vamos atravessando, é isso mesmo: «*umas em cheio, outras em vão*», como dizia, talvez, a primeira cabeça politica do segundo reinado. <sup>1</sup>

O que é preciso, em summa, antes de tudo, é que no paiz se firme o Governo civil, sem a tutela do militarismo, que ha muitos a pensarem que deve ser o arbitro supremo dos destinos do Brazil: perigosa e constante ameaça ás instituições que pretendem proteger!

Assim é que penso, eu que fui militar desde os primeiros annos de minha mocidade e aprendi que o Governo, responsavel pela defesa e guarda

<sup>1</sup> Barão de Cotegipe.

das instituições, mal estaria si para o desempenho dessa attribuição constitucional, precisasse antecipadamente de ruidosas manifestações da força armada, em seu apoio, em vez da obediência passiva ás suas ordens, base principal da disciplina militar, sem a qual melhor fora não haver exercito nem armada <sup>4</sup>.

### XXXIX

Voltando ao ponto desta narração em que, com a retirada de Pedro Ivo das mattas e a dispersão das forças que lhe restavam, ficaram inteiramente restabelecidas a ordem e tranquillidade em toda a provincia, prescindirei, por amor da abreviação, de pormenores, aliás conhecidos e dispensaveis, que fariam ainda alongar-me, quando precisamente convem terminar.

Pedro Ivo, em companhia de seu velho e extremoso pai, que o fôra dalli tirar, animado em seu intuito, ao que se disse, pelos presidentes da Bahia e Alagoas, seguiu desta para aquella pro-

<sup>4</sup> Alludia a uma declaração feita ao Club Militar de que o Exercito defenderia a Republica por todas as formas, em qualquer terreno.



vinha na charrúa *Carioca*, que se achava em Maceió.

Da Bahia, onde teve acolhimento que lhe fortaleceu as esperanças que lhe havia incutido seu pai, mais pelos bons desejos que nutria do que por fundamento seguro e sem offensa da lei, veio para o Rio de Janeiro e aqui foi recolhido preso á fortaleza de Santa Cruz; pois que, desertor e não indultado, tinha necessariamente de ser submettido a conselho de guerra, a que não podia responder solto, attenta a natureza do crime que commettera.

Muito discutido foi na imprensa como no parlamento, esse acto do Governo, o qual, entretanto, não podia proceder de outro modo, desde que Pedro Ivo, por motivos que não se comprehendem, ou antes por allucinação, entendeu aggravar os erros já commettidos com o de pretender dictar os termos do perdão que lhe fora offerecido, como se vê das seguintes palavras do relatorio de Euzebio de Queiroz, que já transcrevi:

« O Governo, fiel ao systema politico que adoptara, levou a indulgencia até ao ponto que lhe permittiam os interesses do paiz e a sua dignidade. O caudilho, porém, entendeu que inspirava temor e que podia impôr condições. »

Estas palavras referem-se ao periodo da luta; pois foram escriptas antes da terminação desta. Mas é sabido que mesmo depois de aqui ter chegado, Pedro Ivo ainda pretendeu impôr condições ao perdão que lhe foi offerecido em attenção aos dous citados delegados do governo, embora não autorisados por este a fazerem promessas, si é que as fizeram.

Correu, entretanto, que elle estava por fim resolvido a accetar esse ultimo perdão e que o rejeitara por conselhos dos amigos politicos que visavam uma crise ministerial que se não realizou.

De facto, o recolhimento de Pedro Ivo á fortaleza de Santa Cruz, depois do modo por que elle fora tratado na Bahia, parecia collocar em má posição o presidente dessa provincia, Gonçalves Martins, depois Visconde de S. Lourenço, apoiado unanimemente pela deputação bahiana, numerosa e exercendo grande influencia na Camara.

Contava a opposição que dali resultasse uma dessidencia que puzesse o ministerio em crise, o que importaria em enfraquecimento da situação; e com esse fim aconselhou a Pedro Ivo que não acceitasse o perdão nos termos em que já lhe havia sido offerecido em Pernambuco. Taes esperanças, entretanto, não se realizaram.



Correu, repito, essa versão que me parece accetivel; não tive, porém, oportunidade de verificar a sua exactidão.

Pedro Ivo, submettido a conselho de guerra e condemnado, protestou pelos jornaes contra a legitimidade desse julgamento, por entender que achava-se amnistiado pelos decretos de 11 de janeiro de 1849 e de 3 de maio de 1850.

Facil seria mostrar a falta de fundamento desse protesto. Mas preciso terminar.

O que se seguiu ao julgamento de Pedro Ivo, é conhecido. As explicações dadas no Senado na sessão passada, quando se tratou da pensão concedida á filha de Pedro Ivo, completam os esclarecimentos precisos para dissipação das duvidas que ainda existiam a esse respeito.

Custou a rebelião praieira ao Thesouro dous mil contos, mais ou menos, e mais a perda de 814 vidas, segundo os mappas officiaes, e 1.701 ferimentos. Esse numero de mortos, porém, dos quaes 312 pertenciam ás forças legaes, e 502 aos rebeldes, deve ter sido maior do que o consignado nos mesmos mappas, pois que muitos dos feridos vieram a fallecer mais tarde.

O que se não conhece, por não se poder avaliar, é a perda economica, o prejuizo que soffreu a provincia na colheita da sua producção agricola. A revolta deu-se precisamente na quadra da safra, de novembro a março, alas-

trando-se pela zona assucareira, de modo que grande foi o numero de engenhos que tiveram de interromper a moagem, e perder parte das cannas.

Foi uma grande perturbação na colheita, aggravada pelas difficuldades dos transportes, que, naquelle tempo eram feitos quasi todos as costas de animaes, e muito pouco por agua.

Quanto ao resultado politico, a rebelião foi o suicidio da Praia.

---





## SEGUNDA SERIE



### I

Vai-se fazendo a luz acerca da rebellião praieira e dos acontecimentos que della emanaram, tão mal conhecidos, mal apreciados e mal contados ainda hoje, após um lapso de 46 annos, mais que bastante para restituir aos espiritos a calma com que elles devem ser estudados e narrados.

Por falta de conhecimento das circumstancias imperiosas de occasião, que determinaram certos factos, tem sido estes considerados sob aspecto diverso do que lhes cabe, e dahi o juizo erroneo que a seu respeito se tem formado.

As contestações ao rapido estudo que publiquei no *Jornal do Commercio*, trazendo em parte certo subsidio á elaboração da historia dos citados acontecimentos, mostram por outro lado que muito ha que elucidar e desfazer para chegar-se ao fim desejado.

Não obstante o trabalho, talvez superior ás minhas forças, a que me tenho entregado, em pesquisas pacientes, mas fatigantes, que eu não previa, não me arrependo de ter apprehendido esse estudo que tem provocado outros e que, já agora, sou forçado a continuar. Importa, porém, que fique bem assentado que o que me propuz demonstrar foi:

« que a revolta praieira não teve feição republicana e, conseqüentemente, aquelles que nella se envolveram não batalharam pela idéa republicana, que então não era uma aspiração na antiga provincia pernambucana »,

como se disse.

No desenvolvimento deste enunciado, tive de entrar em pormenores que poderiam parecer dispensaveis, si outro fôra o meu intento, e si na exposição dos factos e no exame de suas causas, me fosse dado prescindir das pessoas que a elles se achavam ligadas.

Seja isto dito como protesto contra qualquer imputação que, porventura, me queiram fazer, de



ceder a sentimentos parciais, de que se ache equivocado o meu criterio.

Li com cuidado e interesse, já pelos nomes que as tem firmado, já pelo desejo de ser esclarecido e convencido, as contestações que me foram oppostas pelos Srs. senador João Barbalho, de cuja amizade me desvaneço, e Dr. Hemeterio J. Velloso da Silveira, meu velho condiscipulo, na phase juvenil da vida em que, na convivencia collegial, adquirimos affeições que o tempo não mata, e cuja recordação é muitas vezes um encanto para a velhice, quando não uma desillusão, caso em que me acho.

Do que diz o primeiro, com a gentileza e correccão que o distinguem, para justificar o seu modo de pensar, opposto ao meu, occupar-me-hei mais tarde, para desde já tomar em consideração o que escreveu o segundo, com ares de Historia. Não me move, porém, o intento de empenhar-me em polemica apaixonada, que, sobre ser descabida ao assumpto em questão, só serviria para mais obscurecer pontos capitães que reclamam elucidacão completa.

E' isto o que pretendo fazer, sem afastar-me das normas que costume guardar em respeito ao publico e a mim proprio, e desviando os olhos do que de pessoal me foi atirado. Sem observar a ordem da exposicão do meu contradictor, começarei por um dos seus capitulos finais, mas

repisado desde principio: *a infame traição commettida pelo Governo na prisão de Pedro Ivo.*

Referindo-se a uma conversa que teve comigo, affirma o Sr. Dr. Hemeterio Velloso não ser exacto que a iniciativa da missão de Pedro Antonio, como eu lhe dissera, partira deste e não do conselheiro José Bento.

Repito — e o leitor vai ver de que lado está a verdade — que o conselheiro José Bento só soube que Pedro Antonio se propunha a ir ás matas de Jacuype para dalli retirar seu filho, quando aquelle se lhe apresentou em Alagôas com uma carta do presidente da Bahia, Gonçalves Martins, communicando-lhe semelhante proposito.

## II

Devem recordar-se os que acompanharam os debates do Senado no anno passado, que na sessão de 23 de outubro, na discussão do parecer da Commissão de Fazenda sobre a pensão concedida á filha de Pedro Ivo, o Sr. senador Manoel Mattoso, rebatendo o que lhe parecera uma allusão offen-



siva á memoria de seu illustre pai, Euzebio de Queiroz, referio que Pedro Antonio, que entre-tinha relações de amizade com aquelle, lhe escrevera duas vezes offerecendo-se para ir persuadir o filho a entregar-se, e que Euzebio respondera que era inutil, á vista do que já se havia dado com o presidente de Pernambuco.

Esse offerecimento e a resposta do ministro são, póde-se dizer, o ponto de partida ou a origem do que occorreu, e foi clara e minuciosamente exposto por Gonçalves Martins, na camara dos deputados, em resposta ás accusações que lhe forão dirigidas, tanto na imprensa como na mesma camara, onde deram-se animados debates, motivados por um requerimento de Souza Franco, e depois repetidos na discussão da Resposta á Falla do Throno.

Disse Gonçalves Martins que tendo occasião de ser procurado por Pedro Antonio, pai de Pedro Ivo, e lamentando este o estado em que se achava seu filho, lhe perguntara a razão por que não tinha dado passos para o retirar do estado que deplorava. Mostrou-lhe, então, Pedro Antonio uma carta do Ministro da Justiça, a quem se havia dirigido, na qual este se recusava a essa missão para seu filho.

« Lendo essa carta », accrescentou Gonçalves Martins, « percebi que a recusa

provinha de estabelecer elle condições para essa missão, como amnistia, que o Sr. Ministro dizia que era tarde, que não era mais tempo de conceder. Disse-lhe que o Sr. Ministro tinha razão, porque elle não tinha direito de estabelecer condição: o criminoso aceita-a, não as estabelece; que eu, entretanto, julgava que, independente dessa concessão, elle por um sentimento proprio de pai e de cidadão, devia empregar todos os seus esforços para o fim desejado. A isto respondeu que não podia sahir da provincia sem licença.

Disse-lhe que requeresse licença, que eu concederia, e então observei-lhe que seria melhor ir por Alagôas, por ser mais perto, e mesmo para afastal-o do foco do partido, que poderia impedir sua ida até o logar em que estava seu filho; tanto mais, que elle se queixava que não recebia resposta ás cartas que a este escrevia.»

Aconselhando Pedro Antonio a ir por Alagôas e podendo acontecer que ahí o julgassem suspeito como pai de Pedro Ivo, Gonçalves Martins lhe disse que lhe daria uma carta para o presidente daquella provincia, declarando qual a sua missão.

«Mas o que hei de dizer a meu filho, além do que póde dizer um pai que deseja vêr seu filho arredado de uma carreira criminosa?», perguntou Pedro Antonio.



« Respondi-lhe », continuou Gonçalves Martins, « que me escrevesse uma carta communicando-me as suas intenções, que eu lhe responderia, e elle teria nessa resposta alguma coisa que pudesse animal-o. »

Dirigiu-lhe então Pedro Antonio esta carta, em seguida ao requerimento pedindo licença:

« Exm. Sr. Conselheiro Presidente Francisco Gonçalves Martins — Tendo requerido uma licença, julgo de meu dever explicar a razão por que a desejei.

« Ha muito meu coração de pai e de cidadão se acha dilacerado por essa desastrosa guerra civil, que infelizmente lavra na minha provincia de Pernambuco, e na qual meu filho, illudido, tomou tão grande e tão activa parte.

« Vendo eu minha provincia assolada e devastada por uma causa sem nacionalidade, por uma causa puramente caprichosa, por uma causa, emfim, que só a ambição, digo francamente, e o desvario poderiam crear e dar-lhe incremento; vendo meu filho ali envolvido, meu filho que, soldado e brasileiro, só devia tirar sua espada para defesa da Constituição e das leis de S. M. Imperial e de seu Governo, e finalmente para a defesa da integridade do Imperio, e que, seduzido e illudido, alli se acha, desejava ir arrancar-o do meio daquelles que, sem razão, fazem correr o sangue brasileiro.

«Esperei que elle, conhecendo seus deveres, retirasse-se, e para isso escrevi-lhe, e minhas cartas perderam-se, não lhe chegaram ás mãos. Neste caso pensei ir em pessoa, mas, baldo de meios, procurei havel-os de Pernambuco, não os obtive; tambem não podia partir sem licença. Imploro-a de V. Ex.

«Recebendo-a, como espero de V. Ex., correrei a ir salvar a patria e o filho: si como cidadão imito Veturia, como pai não me acho com forças de imitar Bruto, e confio que V. Ex. me protegerá e me ajudará a conseguir o fim que todos os bons brazileiros almejam. Tenho a honra, Exm. Sr., de ser com todo o respeito subdito muito reverente e obrigado e criado. Bahia, 5 de janeiro de 1850.  
— *Pedro Antonio Velloso da Silveira.* »

A esta carta Gonçalves Martins, resumindo o seu conteúdo, respondeu:

«Siga, pois, os desejos de seu coração; como pai procure seu filho, e como cidadão conduza-o ao seio da sociedade. Não lhe falta occasião de mostrar valor em defesa de objectos mais sagrados como sejam o throno do Imperador, que não cansa de ser magnanimo e clemente, de uma constituição que igualou todos, e de leis que só teem o defeito de serem demasiadamente brandas. V. S., portanto, póde seguir sua viagem e gozar a licença alcançada; e se alguma vez com seu filho fallar no presidente da Bahia, diga-lhe que elle não avil-



tará jámais a corôa negociando com aquelles que offendem as leis; mas um bravo militar que entrega sua espada a seu pai e o procura, encontrará neste presidente todas as sympathias e decidida protecção, interpondo quaesquer serviços que tenha prestado em favor de seu novo amigo; certo como está de que a mão munificente do Imperador ainda não deixou de assignar perdões e amnistias, quando póde fazel-o compativelmente com a dignidade de sua corôa.»

Seguiu Pedro Antonio.

### III

A imprensa opposicionista dava grande importancia á resistencia de Pedro Ivo. A *guerra das mattas*, que ia se demorando mais do que se suppuzera, era por ella considerada o ponto vulneravel da situação. Dahi o prazer com que a encarava e a facilidade com que acolhia e fazia correr noticias favoraveis aos rebeldes, cujas forças, ao que diziam, engrossavam á medida que nova revolta se propagava por toda a provincia.

O *Correio Mercantil*, o mais autorizado orgão opposicionista, pela posição dos seus re-

dactores, homens conhecidos, ex-deputados, que posteriormente ainda figuraram com brilho na politica do Imperio, não escrupulisava dar as noticias mais absurdas, procurando alimentar esperanças, que cahiam ante o simples bom senso. Do mesmo modo procedia na Bahia *O Seculo*, folha intransigente na sua opposição ao presidente Gonçalves Martins e ao Governo de que este era delegado.

Ao constar a partida do pai de Pedro Ivo e o fim a que elle se dirigia com todas as apparencias de bom resultado, *O Seculo* não pôde occultar o seu despeito.

Ignorando o que se havia passado entre Gonçalves Martins e Pedro Antonio, acreditou que este ia de combinação com Eusebio e atacou-o com desabrimento. Em um artigo sob a epigraphie « *O pai e o filho* », dizia esse jornal em 19 de janeiro, em seguida a diversas considerações ácerca dos sentimentos politicos de Pedro Antonio :

« Depois, havendo o grão Honório posto em leilão a cabeça de seu filho, o veterano andou resmungando alguns resentimentos dignos do coração de um pai.

Apoz, porém, metteu-se-lhe na cabeça escrever uma carta ao Sr. Eusebio, offerecendo-se para ir submetter pela diplomacia o altivo filho. Tão doce commissão, tão suave presente aceitou-o



esse governicho fraco e feroz, com que Deus deshonra o Imperio.

Ao Sr. tenente-coronel Pedro Antonio forão, portanto, remettidas instrucções, 20:000\$ provavelmente promettidos, e uma autorisação para prometter mundos e fundos ao mesmo official, que o governicho cobriu de opprobrios.

Partio pelo ultimo vapor, e lá se foi ás mattas de Pernambuco o Sr. tenente-coronel Velloso da Silveira. Eis aqui tudo que a fama publica nos transmittiu por boccas dignas de fê.

Entretanto, fiquemos nós com os olhos fitos ao norte a ver como se desfecha o novo spectaculo do Coriolano novo, lutando entre o seu dever, honra, vida, e o poder paterno. »

O Governo, logo que teve conhecimento desse artigo d'*O Seculo*, mandou-o desmentir pelo *Diario do Rio de Janeiro*, então com character official, declarando que Pedro Antonio não tinha tido nenhuma missão do Governo, nem promessa de dinheiro para ir entender-se com o filho.

Mostra isto, que o Governo nenhum compromisso tomou, e que a idéa, aliás muito louvavel, de tirar seu filho das mattas em que, por fim, não poderia mais manter-se, partiu de Pedro Antonio, o qual, antes mesmo de dirigir-se ao ministro da justiça, já havia, por intermedio de seu primo e cunhado, o coronel José Pedro Velloso da Silveira, procurando saber si seria possivel obter o consenso do presidente de Per-

nambuco, Honorio, para elle ir entender-se com o filho nas mattas. O *Diario de Pernambuco* o disse, e não foi contestado.

Que o Governo nada prometteu para attrahir Pedro Ivo, como agora se diz, e que, pelo contrario, recusou-se a acceder ás solicitações que julgava contrarias á sua dignidade, como veremos mais tarde, reconhecia-o a opposição, e por isso o censurava. Quando Honorio, desenganado de que pelos meios conciliatorios de que se tinha servido não conseguiria a terminação da luta, resolveu activar operações e proceder com toda energia, aqui dizia o *Correio Mercantil*, em 19 de janeiro:

« Qual o motivo de tão brusca mudança? Não se quiz dar a amnistia geral, que tão nobre e cavalheirosamente pedia Pedro Ivo.»

No Senado observava Costa Ferreira:

« Não se pense que sou do parecer do Sr. ministro da justiça, que quando o pai de Pedro Ivo fallou em amnistia, disse terminantemente: « nada, já é tarde. » Eu creio que um Governo filho de nossa religião, deve-se regular pelos preceitos da Sagrada Escriptura, segundo a qual é sempre tempo para um peccador se converter, se arrepender e se salvar, porque Deos nunca diz: « é tarde ».

Houve, pois, *engano* na affirmação de que foi o conselheiro José Bento quem mandou chamar Pedro Antonio e suggeriu-lhe a idéa de ir ás mattas.



## IV

Pedro Antonio foi, é certo, muito bem acolhido pelo conselheiro José Bento, que applaudiu o seu intento e facilitou-lhe os meios de transportar-se até Agua Preta. Para esse fim chamou á capital o director geral dos indios, o coronel José Rodrigues Leite Pitanga, que ainda é vivo e reside nesta Capital e, communicando-lhe a missão de Pedro Antonio, pediu-lhe, como obsequio feito a si, que o guiasse e auxiliasse no trajecto que elle tinha de fazer.

Em companhia, pois, do coronel Pitanga seguiu Pedro Antonio para as paragens da luta em que se achava seu filho. Ouçamos agora o que deste ponto por deante consta do relatório lido pelo presidente de Pernambuco, Honório Hermetto, Marquez de Paraná, á assembléa provincial:

« Os bandidos das mattas tinham, apertados pelas forças collocadas em Rebingudo, Catende e Penderaca, atacado este ultimo ponto na madrugada de 17 de janeiro, e pagaram a ousadia com a perda de 10 mortos, 16 feridos e um prisioneiro, entrando entre os mortos cinco intitulados officiaes, e dous chefes notaveis, João Theodoro Omena e João Feli-

ciano da Silva. Outros combates parciaes prepararam os successos que se seguiram.

Tinha o general Coelho tudo disposto para o ataque geral, que devia effectuar-se no dia 26 de janeiro, quando no dia 22 se lhe apresentou Pedro Antonio, dizendo que ia da Bahia, no intuito de arredar seu filho do theatro da guerra civil, sendo essa resolução approvada pelo presidente daquella provincia, e declarou que, tendo estado em Jacuype, dahi se dirigira por carta ao filho, que lhe tinha assignalado o ponto de Japaranduba para uma conferencia que devia ter logar no dia seguinte, si o commandante das armas o consentisse, e pedindo uma suspensão de armas. Respondeu-lhe o general, que a suspensão de armas não era possivel, em virtude das providencias tomadas para o ataque geral.

Quanto á permissão para ir ter com seu filho, não opporia o menor embaraço e lhe daria salvo-conducto para que não fosse embaraçado pelas forças do Governo.

Regressou Pedro Antonio de Rebingudo, onde se achava o general e dirigiu-se para Gravatá, onde estava a familia de Pedro Ivo, para dahi buscar Japaranduba. »

Devo aqui dizer que o Sr. coronel Pitanga, que acompanhou Pedro Antonio até á presença do general Coelho, e que só o deixou depois que elle, ferido, regressou para Gravatá, onde ficou em curativo, me confirmou que ahi fica relatado,



## V

Em outro *engano*, como varias vezes terei de notar, laborou o Sr. Hemeterio Velloso, quando escrevera que Pedro Ivo « longe estava de contar, ao cabo de 25 annos de ausencia de seu pai, vel-o naquelle sertão immenso, não tendo tido nenhum aviso », e dahi o accidente lamentavel de ter sido Pedro Antonio ferido por uma guerrilha.

No mesmo *engano* incorre um terceiro contradictor anonymo, que, sob a capa de um modesto V., me appareceu na *Gazeta de Noticias*, affirmando que

« como ninguem soubesse, nem mesmo Pedro Ivo, que seu pai ia procural-o, as forças postadas tomaram-no, etc., etc. »

Si não bastasse o que consta do officio do general Coelho, donde se vê que Pedro Ivo havia sido prevenido pelo pai, e o esperava em Japanduba, teriamos o testemunho d'elle proprio, em uma exposição que firmou, quando recolhido a Santa Cruz, e foi lida pelo deputado Mello Franco, na Camara:

« No dia 21 de janeiro do corrente anno foi-me entregue uma carta de

meu pai », conta Pedro Ivo, « dizendo-me que se achava em Jacuhype, que queria ter uma entrevista commigo, que lhe marcasse um logar. Respondi marcando o dia 25, no engenho Japaranduba. Meu pai, depois de receber minha resposta, dirigio-se ao general José Joaquim Coelho a pedir-lhe um passê para poder ir ao logar destinado, e nesse transito, que era inteiramente diverso do que devia seguir para o encontro, soffreu fogo de uma guerrilha, que eu tinha mandado alli postar, etc. »

Deste accidente, todo casual, não cabe responsabilidade a Pedro Ivo. Do logar em que se achava, ouvindo os tiros, exclamou sobresaltado: « aquillo é com meu pai », não obstante contar que elle iria por outro lado; e afflicto, mandando saber o que havia, verificou que fundados tinham sido os seus presentimentos. Foi-me este facto referido pelo Sr. coronel Pitanga.

Pedro Antonio que, como foi dito, tinha ficado em casa de sua nora, em Gravatá, e sabia que tinha havido ataque geral no dia fixado — 26 de janeiro — e qual o seu resultado, mal se sentiu com algumas forças, metteu-se em uma rêde e, acompanhado pelo Dr. Oiticica, que se havia encarregado de seu tratamento, « correu a salvar o filho infeliz », dando-lhe antes aviso para encontrarem-se em Jacuhype, territorio alagoano.



A esse tempo já o general Coelho, que por doente havia pedido e desde muito aguardava dispensa do commando das forças, tinha-se retirado para Bonito, e acabava de chegar a Agua Preta o general Seára, que o ia substituir, e que pouco teria a fazer, depois do ataque de 26 de Janeiro, para a completa terminação da chamada *guerra das mattas*.

Foi nessa occasião que o general Seára recebeu uma carta de Pedro Antonio, datada de 21 de fevereiro, declarando

« que tudo se achava acabado; as forças rebeldes completamente debandadas e que naquelle mesmo dia as pessoas de mais influencia se retiravam das mattas, restando sómente seu filho e Caetano Alves, que ainda ficaram observando que se cumprisse exactamente as ordens a respeito da retirada e socego, para então se juntarem com elle e seguirem para a Capital de Alagôas. »

Remetteu o general Seára essa carta ao presidente Honorio, pedindo-lhe suas ordens. Trataremos della depois.

Pedro Ivo, Miguel Affonso e mais cinco ou seis companheiros, individuos de pouco vulto, dirigiram-se para o engenho Mundahú, de onde, em companhia do Dr. Oiticica, irmão do coronel Pitanga, seguiram poucos dias depois, para

Maceió, em cujas proximidades se conservaram sem se apresentarem ostensivamente na cidade, indo porém, entender-se com o presidente, Conselheiro José Bento, o Dr. Oiticica.

## VI

Vejamos agora, resumidamente, como o meu contradictor conta o que occorreu dahi por diante :

« O presidente José Bento recebeu-os muito bem e fez-os embarcar no primeiro vapor até a Bahia, onde o presidente desta não foi menos prodigo em bons officios; na noite de sua chegada á Bahia, Pedro Ivo foi ao theatro, com alguns apreciadores (?), e apenas assomou ao camarote partiram da platéa applausos prolongados e freneticos; *inde ira*, guerra de exterminio a Pedro Ivo, pois um vapor ancorado no porto, que seguiu para o norte, levou a noticia do incidente, que sobrelevou a colera do rancoroso Marquez de Paraná, o qual, já bastante despeitado por não ter sido feita a elle a apresentação de Pedro Ivo, vociferou contra José Bento e Gonçalves Martins, tratou-os (eu estava presente,



diz o Sr. Dr. Hemeterio) de traidores e culpados daquellas ovações e protestou que o Governo saberia corrigir o procedimento desleal dos dous presidentes (aqui ha uma nota de que me occuparei depois); e sendo certo que o Marquez de Paraná, como chefe supremo do partido, mandava ordens de Pernambuco que eram cumpridas sem réplica pelo ministerio, a causa de Pedro Ivo, é bem de vêr, estaria perdida. »

Ha neste trecho uma série de *enganos* de tal ordem, que me apresso a desfazel-os.

Pedro Ivo e seu sequito não foram recebidos por José Bento; ficaram, como já se disse, fóra da cidade, e era o Dr. Oiticica o intermediario que se entendia com o presidente; não embarcaram no primeiro vapor, mas sim na charrúa *Carioca*, que se achava no porto de Maceió recebendo um carregamento de madeira para o Arsenal de Marinha desta Capital, effectuando-se o embarque na madrugada de 25 ou 26 de março, como consta da referida exposição de Pedro Ivo, e veremos mais adeante. Pedro Ivo no dia da chegada á Bahia, 20 de março, não foi ao theatro com os *apreciadores* e nem podia lá ter ido. Gonçalves Martins, naquella data achava-se em Santo Amaro, onde devia demorar-se por alguns dias por causa do fallecimento de seu pai, tendo passado a administração ao vice-presidente Tiberio.

Devendo a *Carioca* regressar para Maceió, Tiberio mandou passar Pedro Ivo e mais companheiros — refere aquelle — para a fragata *Paraguassú*, ficando todos ahi impedidos.

Reclamou o Dr. Oiticica, que os havia acompanhado, contra essa deliberação, dizendo que elles não vinham presos, e Tiberio, fazendo-os voltar para a *Carioca*, mandou que ahi aguardassem a chegada de Gonçalves Martins, permitindo-lhes, entretanto, descer á terra durante o dia.

De facto, Gonçalves Martins, regressando e assumindo a presidencia poucos dias depois, mandou que ficassem soltos. Já se vê que Pedro Ivo não foi ao theatro no dia da sua chegada, nem nos tres ou quatro subsequentes, accrescendo ainda que, nem naquella data havia vapor no porto que seguisse para o norte, como se verifica do « movimento do porto » dos jornaes daquella época, que tive o cuidado de consultar. Poderia, depois de solto, ter ido ao theatro, não ha duvida.

Mas ouçamos ao proprio Pedro Ivo. Eis as suas palavras na citada exposição:

« Com toda a liberdade estivemos na Bahia, e ahi embarcámos para aqui. Tivemos bilhete de theatro para o dia 7 de abril, e o Sr. Martins mandou-nos pedir pelo Dr. Oiticica que não fos-



semos, para evitar que apparecesse algum exaltado, fazendo versos ou dando vivas: *satisfizemos* o pedido de S. Ex. »

Resulta disto que ha *engano* em supôr que o diapasão das vociferações de Honorio contra Gonçalves Martins, acompanhadas de protestos e ameaças, que o Sr. Dr. Hemeterio presenciou, foi influenciado pelas ovações feitas no theatro a Pedro Ivo; donde se segue que houve ainda *engano* na affirmação de que Honorio expedira ordem ao ministerio para corrigir o procedimento desleal dos dous presidentes, sobre os quaes cahia a responsabilidade de taes ovações.

Na nota a que acima alludi, diz o meu tradictor, que o Marquez de Paraná não tinha razão contra os dous presidentes, pois

« a sua recente insidia contra seu alliado, Vicente de Paula, fazia temer aos seus collegas presidentes uma traição mais feia com Pedro Ivo ».

Dous *enganos*: primeiramente a prisão de Vicente de Paula effectuou-se em Jacuype ou immedições, a 2 de abril, e só a 5 de maio o *Diario de Pernambuco* a noticiou, e a esse tempo já Pedro Ivo se achava na Bahia onde chegára, repito, a 30 de março; depois Vicente de Paula jámais foi aliado de Honorio, que

nunca se entendeu com elle, nem acceitou seus serviços. Acha-se prova disto na parte dirigida ao commando da brigada que operava pelo lado do Sul, o coronel Antonio Maria de Souza, pelo capitão José Ignacio da Fonseca, dando conta da excursão que lhe fôra ordenada, por diversos pontos de que os rebeldes commandados por Caetano Alves se haviam retirado, depois do ataque de 26 de Janeiro.

« Consta-me », dizia o capitão Fonseca ao terminar, « que Vicente de Paula está muito sentido, por não ter sido convidado a tomar parte nestas operações, e que, isto não obstante, ha com gente sua cortado a communicação entre Caetano Alves e Custodio. »

Sem pretender justificar o procedimento do presidente Honorio Hermetto para com Vicente de Paula, que sempre me pareceu uma violencia inutil, opportunamente transcreverei o que a esse respeito disse elle no relatorio com que passou a administração ao seu successor. <sup>1</sup>

<sup>1</sup> O trecho desse relatorio referente a Vicente de Paula é o seguinte:

« Devassadas as matas, pareceu-me indispensavel dever ordenar a prisão de Vicente de Paula. Este celebre caudilho, conhecido em todo o Brazil pela fama de seus crimes, não se decidiu a tomar parte na rebellião de 1848, posto q e solicitado pelos autores della. Muito pelo contrario, pareceu inclinado a combater em favor do Governo; por isso algumas pessoas interessadas pela causa do mesmo Governo o convi-



## VII

Vem a proposito occupar-me com um ponto sobre o qual fui nominalmente provocado pelo anonymo V., da *Gazeta de Noticias*, que acha menos censuravel a liga de Pedro Ivo com Caetano Alves do que a do presidente Tosta, depois Barão de Muritiba, com Vicente de Paula, a quem arvorou em commandante « pondo sob suas ordens forças numerosas do exercito nacional ».

Desta invenção, que não occorreu ainda a ninguém, nem mesmo durante o periodo da re-

daram em janeiro do anno passado a reunir-se á força legal, que se achava nas immedições de Agua Preta cercando os rebeldes, então reunidos na dita villa, proximaente á época em que marcharam sobre esta cidade. O caudilho não compareceu no ponto em que lhe era marcado. Depois, porém, do dia 2 de fevereiro, dizendo-se partidista do Governo, apresentou-se na povoação de Capoeiras acompanhado de seu sequito; mas, fiel o os seus precedentes, em vez de contribuir para o restabelecimento da ordem, assolou aquelle districto, roubando gados e escravos.

Informado dessas occurrencias, prescindi completamente deste caudilho, durante a nova revolta, sem embargos de sua concentração nas matas, circumstancia que poderia tornar sua cooperação proficua.

Esta prisão podia ser tentada desde o mez de março; porém convindo que fosse precedida pela de outros bandidos das matas, foi por minha ordem adiada e finalmente effectuada no territorio de Alagoas a 2 do mez passado (abril) pelo major Victor de Albuquerque Mello, commandante do corpo de batedores, dirigido por instruções do benemerito commandante das armas.

O vapor *Thetis* conduziu o caudilho de Tamandaré para este porto e immediatamente o fiz seguir para o presidio de Fernando de Noronha no brigue *Canopó*.

Vicente de Paula é réo de muitos crimes de morte e roubos, mas não posso informar a V. Ex. se a respeito delles existem processos;

bellião, em que a paixão partidaria, em seu maximo gráo de excitação, não poupou calumnias e invectivas ao Governo e ao seu delegado, tratarei em outra occasião e assim tambem de Vicente de Paula, que bem mereceu capitulo especial. <sup>1</sup>

Continuando o seu historico, conta o Sr. Dr. Hemeterio que

«chegando a esta Capital, Pedro Ivo, seu pai e os officiaes apresenta-

inclino-me a crer que nenhum se formou. O temor que elle inspirava e a impossibilidade de effectuar a sua prisão deveriam contribuir para a negligencia das autoridades policiaes e judicarias da vizinhança e até certo ponto explica-se.

V. Ex., depois de informado, deliberará sobre as ordens que convirá dar ás autoridades a seu respeito. Quando provas não houvesse dos innumerados delictos deste caudilho, para ser conservado em Fernando, bastaria a violação da condição com que creio haver sido concedida a amnistia pelo crime de sedição committido na provincia de Alagoas em 1844».

Honorio enganava-se quanto a este ultimo ponto, e carregava um pouco o quadro quanto a outros. Vicente de Paula não foi amnistiado, pois não chegou a tomar parte na sedição, nem foi considerado como cúmplice nella. Accedendo, por amizade, ás solicitações dos chefes do movimento e sahindo das matas com 800 homens sem armas, que iam ser apresentados áquelles chefes, encontrou-se inesperadamente, no *Espinho*, com as forças do general Seara, que seguiam para o ponto da luta; e tanto bastou para que fosse completa a debandada de toda aquella gente, de que se não ouviu mais fallar.

Convém lembrar que aos olhos de Honorio, fazendeiro de café no sul, o maior crime de Vicente de Paula consistia no abrigo que elle dava aos escravos fugidos que procuravam os seus *domínios*, que como taes era considerada a região em que elle se estabelecera no valle do Jacuype. E' por isso que Honorio o accusava de roubar escravos, e o mandou para Fernando, de onde ficou esquecido.

<sup>1</sup> Tenho reunido apontamentos para, talvez, mais tarde publicar um estudo sobre este caudilho, celebre chefe da *cabanada*.



ram-se ao quartel-general, de onde foram mandados aguardar ordens, mas que pouco depois vieram em um vapor de guerra officios e cartas do despeitado marquez (naquella época ainda não era titular), e então Pedro Ivo recebeu um chamado da secretaria da guerra, onde lhe foi apresentado um decreto de amnistia com condição de assignar um termo obrigando-se a residir durante dez annos em um paiz estrangeiro; os demais officiaes revoltosos deviam assignar outro termo sujeitando-se a residir por igual periodo fóra de Pernambuco, ficando eliminados do serviço do exercito, e acceitaram essa dura imposição; mas Pedro Ivo, altivo e pundonoroso, repellio com dignidade essa exigencia humilhante, dizendo que, havendo recusado a amnistia offerecida por mais de uma vez, sem condição alguma, menos acceitaria essa, que reputava assaz ignominiosa, e nessa occasião não regateou increpações sobre o modo desleal com que o Governo, por meio de dous delegados seus e illudindo seu pai, attrahira-o a uma prisão e processo, cujas consequencias estava prompto a supportar; dahi foi mandado para uma fortaleza. »

*Engano, engano*, desde a primeira palavra até a ultima. Antes de tudo, se Pedro Ivo se tivesse apresentado com os seus companheiros ao quartel-general, não seria em companhia de seu pai, pela simples razão de não ter este vindo ao Rio de Janeiro, nem mesmo chegou á Bahia

e nem a Maceió. Eu tambem a principio suppoz que elle tivesse acompanhado o filho de Jacuype a Maceió. Mas é o proprio Pedro Ivo quem diz o contrario :

« E' de notar que meu pai não nos acompanhou de Jacuype para Mundahú, por ainda estar muito doente das feridas e ter de entender-se com o cunhado José Pedro Velloso da Silveira sobre negocios particulares. »

Foi nesta occasião, e não quando recebeu os ferimentos, que Pedro Antonio foi para Ribeirão completar o seu restabelecimento.

Pedro Ivo não foi mandado aguardar ordem. Com Miguel Affonso, passou de bordo do vapor em que veio para a fortaleza de Santa Cruz ; não vieram com elle outros officiaes que tivessem se *sujeitado* a ser eliminados do exercito, pois nenhum outro official, além de Pedro Ivo, e sómente alguns cadetes — de um dos quaes já fiz menção, tomou parte na revolta.

Mas, é de pasmar que um cavalheiro illustrado, como o meu honrado contradictor, formado em direito, advogado de longa pratica, conhecedor de nossa legislação civil e militar, não devendo, portanto, ignorar que os officiaes do exercito, em casos como o de que se trata, só por sentença proferida por seus pares e passada em julgado, perdem suas patentes e são



eliminados do quadro do exercito, admitta a possibilidade, e venha repetir pela imprensa com a responsabilidade de seu nome, de que, por um decreto de concessão de amnistia, acto de sua natureza politico, que correrá pelo ministerio da justiça, se infligisse a officiaes do exercito a pena da expulsão do serviço e perda de suas patentes, e ainda mais, que esses officiaes assignassem termo... termo de que? de assentimento á eliminação, isto é, ao attentado commettido contra os seus direitos e regalias?

Como pôde o Sr. Dr. Hemeterio admittir essa historia? Como acreditou tambem que um ministro da estatura de Manoel Felizardo de Souza e Mello, commettesse a parvoíce de mandar chamar á sua secretaria officiaes desertores para serem intimados de deliberação que nada tinha com o ministerio da guerra, offerecendo assim oportunidade a que um delles « não regateasse ahi increpação sobre o procedimento desleal do Governo? »

## VIII

Uma vez provado que Pedro Ivo não se apresentou ao quartel-general e nem foi chamado á secretaria da guerra, desnecessario se torna des-

fazer os *enganos* originados desse falso presuppuesto. Ha, porém, um que convem ser tirado a limpo de modo mais directo e positivo: vem a ser o dito attribuido a Pedro Ivo, de que

«havendo recusado a amnistia offercida por mais de uma vez, sem condição alguma, menos accitaria essa, que reputava ignominiosa».

Vai o leitor vêr o que se passou por occisão e depois da chegada de Pedro Ivo.

Com data de 3 de maio daquelle anno—1850—appareceram publicados no *Jornal do Commercio* de 7 do mesmo mez dous decretos, referendados pelo ministro da justiça, que não se acham na collecção das leis, pois que foram cancellados: um amnistiando Pedro Ivo e Miguel Affonso,

« uma vez que assignassem termo pelo qual se obrigassem a residir fóra do Imperio por espaço de seis annos, em logar approvedo pelo Governo, sendo que no caso de quebrarem o mesmo termo, perderiam por esse facto o direito á continuação do gozo da amnistia; outro « amnistiando José Cordeiro Leal Bertoga, Pedro José Alves Corrêa, João dos Santos Lima, Laurindo Justiniano de Mello, Bernardo de Alencar Coelho, etc., todos desconhecidos, obrigando-se elles, pelo mesmo modo, « a residirem por espaço de seis annos em logar designado pelo Governo ».



Naquelle mesmo dia, por volta das 11 horas da manhã, entrou o paquete do norte *S. Salvador*, e nelle conjuntamente com o presidente da Bahia, Gonçalves Martins, que vinha occupar a sua cadeira na Camara dos Deputados, vieram á *disposição do Governo*, como foi noticiado pelos jornaes, Pedro Ivo e Miguel Affonso. Conforme já se disse, foram levados para Santa Cruz, indo de terra um official intimar-lhes ordem de prisão. <sup>1</sup>

A's 4 horas da tarde foi o chefe de policia, que era o Conselheiro Simões, membro do Supremo Tribunal de Justiça, a Santa Cruz, notificar-lhes o decreto acima transcripto.

« Recusaram, porém, ambos », noticiou no dia seguinte o *Jornal do Commercio*, « assignar o termo exigido no decreto de amnistia. Não querem sujeitar-se á condição imposta, de residirem por espaço de seis annos fóra do Imperio em logar designado pelo Governo.

« Se somos bem informados, declarou o capitão Pedro Ivo ao Sr. chefe de policia, que tendo recusado amnistia com condições mais favoraveis que lhe

<sup>1</sup> De um officio do commandante dessa fortaleza ao Quartel-General, publicado n' *O Paiz* por *Suetonio*, consta que Pedro Ivo e Miguel Affonso foram para alli conduzidos pelo secretario da policia, em cumprimento de portaria que assim o ordenava.

Os jornaes, entretanto, noticiaram que fóra a bordo um official intimar-lhes a ordem de recolherem-se presos a Santa Cruz.

fôra offerecida pelo Sr. Carneiro Leão, se apresentaram depois, na persuasão de que lhes seria concedida amnistia plena.»

Quanto aos individuos a que se refere o segundo decreto, e que não eram militares, não constam os seus nomes da lista dos passageiros do vapor. Acham-se ahí sómente os de Pedro Ivo e Miguel Affonso; e nem Gonçalves Martins fez nenhuma menção delles, nem tambem os jornaes, embora tivessem acompanhado Pedro Ivo de Jacupe até Maceió e dahi seguido para a Bahia, onde parece que ficaram.

Vê-se da noticia do *Jornal do Commercio*, que Pedro Ivo não disse que

« havia recusado a amnistia offerecida por mais de uma vez, *sem condição alguma* ».

E' uma jactancia que lhe attribuem. O que elle disse foi

« que tinha recusado a amnistia com *condições mais favoraveis* »,

o que é exacto. A amnistia que o presidente de Pernambuco Honorio Hermetto, no principio de sua administração, quando mandara augmentar a força deixada pelo seu antecessor



em Agua Preta, fazendo seguir para ahi o general Coelho, havia promettido conceder, mas com a condição de Pedro Ivo apresentar-se a este e ser recolhido preso á fortaleza das Cinco Pontas, era, realmente, mais favoravel, pois sómente o obrigaria a servir por cinco annos no Pará.

E' preciso, porém, que se saiba que essa amnistia foi por elle solicitada.

Ouçamos o que a esse respeito disse Eusebio de Queiroz na Camara dos Deputados:

«... Quando Pedro Ivo reconheceu que as forças do Governo se approximavam, requereu do presidente da provincia de Pernambuco, por meio de um seu procurador, munido de procuração para esse requerimento, amnistia para si só; e sómente com a condição de não ser obrigado a servir em nenhuma das tres provincias do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e supponho que Goyaz.

Tanto se tem repetido que Pedro Ivo, espirito cavalheiresco, que o levava a rejeitar uma amnistia pessoal e a pretender a favor dos seus companheiros uma amnistia geral, tanto se tem repetido, que essa crença se tem generalisado; entretanto nada ha mais falso: Pedro Ivo requereu amnistia para si só; a condição unica exigida era a dispensa de servir em tres determinadas provincias, como já disse...

...A politica do Governo, pelo desejo de evitar derramamento de sangue, de poupar os males da luta intestina,

chegou a tal ponto, que o presidente de Pernambuco não duvidou conceder a Pedro Ivo a amnistia pessoal, com a condição de servir por cinco annos no Pará e de entregar-se preso ao commandante das armas e de conservar-se preso em uma fortaleza até seguir para o seu destino..... Pedro Ivo não quiz entregar-se ao commandante das armas, exigia ficar solto. Queria nada menos que o escandalo de que um official, que acabava de nodoar a sua farda, com a deslealdade, com a guerra á bandeira nacional, de pelear contra os seus irmãos de armas, viesse solto fraternisar com aquelles cujo sangue ha pouco tempo havia derramado pelo crime de o não haverem imitado. »

Convem notar que nem Pedro Ivo, que já se achava aqui, nem os deputados que pleiteavam a sua causa com ardor e que com elle se correspondiam, nem o *Correio Mercantil*, que tambem inspirava-se em suas informações, protestaram contra essa exposição do Ministro da Justiça.

## XIX

« Foi uma reparação ao procedimento indigno daquelle Governo para com esse militar valente e destemido, prendendo-o trahçoeiramente e fazendo-o condemnar quando estava comprehendido no decreto geral de amnistia de 5 de janeiro de 1849 »,



assim se exprime o meu illustre contradictor, applaudindo o acto do Congresso, que concedeu a pensão á filha de Pedro Ivo, e que, no seu dizer, « provocou minhas censuras ».

Para desfazer a odiosidade com que se tem procurado deturpar o meu pensamento, no estudo a que me entreguei, basta dizer que o projecto concedendo a dita pensão foi apresentado na Camara dos Deputados, na sessão de 1893; ahí demorou-se e sómente no anno passado foi approved e remettido ao senado, que tambem o adoptou. Para não prejudicar a respeitavel senhora a quem o mesmo projecto beneficiava, deixei que fosse convertido em lei e promulgada esta, para então mostrar que erroneos e contrarios á verdade da Historia eram os fundamentos com que, tanto a commissão da Camara dos Deputados como a do Senado, o tinham justificado.

Não foi propriamente a pensão que motivou o que escrevi; foram as razões em que se fundaram para concedel-a.

Pelo que respeita ao decreto de « amnistia geral », que é de 11 e não de 5 de janeiro, reproduzil-o-hei aqui, para que o leitor por si julgue se Pedro Ivo, não se tendo apresentado ao presidente de Pernambuco, podia considerar-se amnistiado:

« Hei por bem autorisar o presidente de Pernambuco para conceder amnistia

áquelles individuos comprehendidos na rebellião, que se tornarem dignos de minha Imperial Clemencia, depondo as armas e submettendo-se ao meu Governo. Euselio de Queiroz, etc., etc., de meu conselho, ministro e secretario, etc., etc.»

Nem Gonçalves Martins, nem José Bento, ambos os quaes, cumpre confessar, andaram nesse negocio melhor intencionados do que inspirados, consideraram Pedro Ivo amnistiado pelo facto de ter deposto as armas, pois era o presidente de Pernambuco, e não elles, quem tinha autorisação para amnistiar os rebeldes que depuzessem as armas, prestando obediencia ao Governo. Tambem nenhum delles, segundo affirmaram, se comprometteu a obter do Governo Imperial a amnistia, que então só este podia conceder.

« Não houve ajuste », disse Gonçalves Martins no discurso a que já me referi, « entre Pedro Ivo e o Governo Imperial, não houve ajuste entre Pedro Ivo e os presidentes da Bahia e Alagoas. Se se deu ajuste ou promessa da parte de seu pai, seu pai neste caso procurou exaggerar mais suas esperanças além do que podia colher das insinuações recebidas; seu pai acreditou talvez que o filho obteria perdão completo, porque *quod volumus, facile credimus.* »



Affirmou ainda Gonçalves Martins que nem uma noticia tinha tido de Pedro Antonio depois de sua partida, sinão a que deram os jornaes de ter sido elle ferido, como se sabe, e até suppunha que a sua missão se tivesse malogrado, quando mais tarde recebeu uma carta do presidente de Pernambuco, Honorio Hermetto, acompanhada de outra do general Seara, annunciando, por aviso que lhe dera Pedro Antonio, que Pedro Ivo e seus companheiros deviam entregar-se a um dos presidentes das provincias vizinhas, e que, visto a sua missão ter partido da Bahia, entendia que nesta é que devia fazer a sua apresentação.

Foi tambem nessa occasião que ficou sabendo que, anteriormente, Pedro Ivo havia recusado a amnistia que Honorio tinha resolvido conceder-lhe.

A circumstancia de conservar Pedro Ivo solto e solto vir elle comsigo para o Rio de Janeiro, Gonçalves Martins explicou-a nestes termos :

« Quando esses homens passaram por Alagoas e vieram para a Bahia, não me vieram remettidos como presos. Eis aqui as expressões do officio :

« O capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, com seus companheiros constantes da relação junta, depuzeram as armas, dispersaram a sua gente mediante a segurança, que dei ao tenente-coronel Pedro

Antonio, de que o deixaria sahir com seu filho e os do seu sequito ( que o quizerem acompanhar ) para a Bahia, a ficarem debaixo das vistas de V. Ex., emquanto dirigiam suas supplicas ao Governo de Sua Magestade o Imperador.

A' excepção de lhe dizer, como tambem V. Ex. lhe disse, que o monarcha ainda não tinha exgotado o seu thesouro de graças, nada mais aliancei nem declarei em meu nome, nem em nome do Governo. »

« Tendo promettido », continuou Gonçalves Martins, « receber Pedro Ivo, no caso d'elle ser bom filho, como um amigo, e julgando como jurisconsulto que a prisão antes da sentença não é pena, mas é um meio de segurança dos individuos, e vendo que elle vinha entregar-se, entendi que não havia risco de que elle regressasse para o logar de seus crimes, e, por consequencia, decidi-me a deixal-o na cidade, residindo em casa de seu proprio pai. »

## XX

José Bento, como se vê, lisonjeava-se na persuasão de que á segurança que dera a Pedro Antonio de que o deixaria sahir com seu filho para a Bahia, se deve ter este deposto as armas e dispersado a sua gente. Entretanto enganava-se.



A dispersão da gente de Pedro Ivo já era um facto, quando Pedro Antonio chegou a Jacuype. Aquelle accordo, aquelle desfecho com ares de negociação de que elle deu conhecimento ao general Seara, e que Honorio com bom fundamento qualificou de *farça*, não pôde ser tomado senão como um expediente, para occultar a impossibilidade em que se achavam de continuar a luta, e assim illudirem o Governo.

O ataque geral dirigido pelo general Coelho produziu o resultado esperado e previsto no relatório do ministerio da justiça, apresentado ás camaras, que já conhecemos. Devem os que me tem lido recordar-se destas palavras de Euzebio de Queiroz:

« Na posição em que está Pedro Ivo, não é facil o combate (que elle sempre evita), sem um cerco, para o qual são de mister as forças que o presidente da provincia reune, sendo de esperar que então seja obrigado a dispersar esse bando sem pensamento politico. »

Foi o que aconteceu.

Desde que dispoz de força sufficiente, o general Coelho estabeleceu o cerco, tomando as entradas da mata, e deu o ataque com tal effi-  
cacia que no mesmo dia penetrou até o acampamento das forças de Caetano Alves, em Japanduba, e ahi pernoitou com a columna que

elle proprio dirigia. As forças que operavam por outros pontos não o fizeram com menos exito.

Consta tudo isto das partes officiaes.

Quatro individuos residentes em Bonito, que serviam nas forças de Caetano Alves, e que se retiraram para suas casas em seguida ao combate do dia 26, sendo mais tarde presos e levados á presença do general Seara, fizeram interessantes declarações, que foram lidas no senado por Limpo Abreu (depois Visconde de Abaeté), em importante discurso que proferio, mostrando, a toda evidencia, que Pedro Ivo e os seus se achavam com recursos esgotados e impossibilitados de continuar a luta, quando Pedro Antonio foi ter com elles, e effectou-se o encontro a que se deu o pomposo nome de *conferencia de Jacuype*.

Embora um pouco longas, convem que taes declarações aqui fiquem registradas:

« Disseram que serviram nas forças rebeldes, tendo sido presos em Grajaú, districto de Bonito e levados para os matos, e que serviram na força de Caetano Alves, a qual se achava em Japaranduba em numero de 200 a 300 homens, distante da força de Pedro Ivo, que estava no ponto de Couceiro, que dista de Japaranduba duas ou tres legoas, e que ouviu dizer que Pedro Ivo tinha 300 pessoas em armas, que as armas eram reúnas e lazarinas, que a força de Cae-



tano Alves nunca se juntou com a de Pedro Ivo, que a munição lhes era fornecida pela gente dos Affonsos, de *Capobre*<sup>1</sup>, e que nunca viu nenhum, mas constantemente ouviram dizer que eram elles que forneciam tanto a munição como os mantimentos; que sempre estiveram com Caetano Alves obrigados, porque elle tocava fogo em suas habitações, mas que apenas elle abandonou o campo e a tropa, o que teve logar em janeiro, elles fugiram para suas casas; que quando Caetano Alves e Pedro Ivo fugiram nenhuma força ficou reunida, e sim espalhada pelo mato, alguma com armas e outra sem ellas, mas que depois essa mesma gente se reuniu á tropa do governo, que se demorou nas mattas de Riachão e Prata; que Caetano Alves e Pedro Ivo quando fugiram nenhuma ordem deram, nem elles souberam quando elles fugiram, pois o fizeram occultamente; que emquanto Caetano Alves e Pedro Ivo não fugiram as forças se conservaram reunidas; que a fuga de ambos teve logar desde o dia em que teve logar o ataque geral no Riachão; que no ataque de Penderaca elles ainda tinham gente, e que se debandaram e fugiram depois do ataque de Riachão e Couceiro; que ouviram dizer que Caetano Alves e Pedro Ivo onde perderam mais gente foi em Penderaca.»

<sup>1</sup> Nome de uma fazenda de assucar dessa familia.

## XXI

Conhecidos os factos, quaes ficam expostos, não será difficil imaginar a impressão que no animo de Honorio, bilioso e facil em assomar-se, produziu a leitura do officio do general Seara e da carta que o acompanhava. Não tendo recebido nenhum aviso, ignorando que instrucções haviam sido dadas a Pedro Antonio e qual o motivo por que este o não procurara, suppondo-se desautorado por dous collegas que mandavam uma missão á provincia que elle presidia, abstrahindo de sua autoridade, para tratar directamente, e nos termos annunciados, com o caudilho rebelde, quando elle já tinha conseguido reduzil-o ao ultimo apuro, e, além disto, ferido em seu amor proprio, não era Honorio homem para conter-se naquellas circumstancias. Não lh'o permittia o seu temperamento.

Sem reserva e sem esperar ultteriores esclarecimentos, aos amigos e em termos amargos externou tudo quanto sentia, sem escolher a occasião nem o auditorio, composto nem sempre de pessoas de sua intimidade, senão de outros frequentadores de palacio, que alli appareciam regularmente nas noites de *retreta* para conversarem com o presidente, ou ouvirem conversar os outros. Não deixavam de ser severas



as queixas que Honorio manifestava contra o procedimento daquelles collegas.

Eu tambem as ouvi, não no *momento psychologico* das vociferações presenciadas pelo Sr. Dr. Hemeterio, motivadas «pelas ovações feitas a Pedro Ivo no theatro da Bahia, onde o levaram os *apreciadores*», mas em momentos de calma e voz natural, embora com a palavra mais animada que de commum.

Não se limitou, porém, Honorio a isso; queria desaffrontar-se.

Mandou o brigue *Canopo*, de que era commandante o 1º tenente José de Mello Christa d'Ouro, para Alagôas, onde já havia estacionado, aguardar a sahida do navio em que embarcasse Pedro Ivo, prendel-o no mar e leval-o para Pernambuco. Chegando a Maceió, foi o tenente Christa d'Ouro comprimentar o presidente, como de costume, sem dizer o fim que alli o levava. Por sua parte, José Bento não o interpellou. Nessa época já o Governo, no empenho de reprimir o trafico de Africanos, tinha resolvido ter cruzeiros em diversos pontos da costa.

Do que se seguiu ha duas versões, sendo uma de Pedro Ivo, que na sua citada exposição conta que, por ter o presidente accedido ás suas observações e abandonado a idéa de os fazer seguir para a Bahia em um navio de vela mercante, foram, na madrugada de 25 de março,

conduzidos pelo capitão-tenente Felipe Leal, commandante da charrúa *Carioca*, para o *Canopo*, no qual não chegaram a embarcar, porque, subindo Leal e indo ao camarim do commandante acordal-o, soube deste que tinha ordem de levar Pedro Ivo preso para Pernambuco.

Leal desceu immediatamente e, tomando o escaler em que elles tinham ficado, levou-os para bordo da *Carioca*, dando conhecimento do caso ao presidente.

Segundo a outra versão, ao ordenar-lhe o presidente que recebesse e transportasse para a Bahia Pedro Ivo e seus companheiros, o tenente Christa d'Ouro viu-se na contingencia de dar-lhe conhecimento das ordens que recebera de Honorio e das quaes não se podia afastar.

De uma ou de outra fórma, era agora José Bento quem se suppunha desautorado, e então ordenou ao tenente que se retirasse do porto, ameaçando-o de prisão á ordem do ministro da marinha, si elle, em menoscabo de sua autoridade, tentasse sequer prender Pedro Ivo, ou qualquer de seus companheiros. Disseram mesmo que chegara até a ordenar-lhe que se dêsse por preso a bordo do seu navio, á ordem do mencionado ministro.

O tenente Christa d'Ouro tomou por melhor regressar para Pernambuco, e dar conta do occorrido a Honorio, que, entretanto, não se mostrou



tão encolerizado como seria de esperar, vendo escapar-lhe a presa com que contava.

Parece que reflectindo, reconheceu que melhor ôra não se ter dado o escandalo de um conflicto ostensivo daquella ordem entre dous delegados do mesmo Governo, e guardou ácerca do incidente a maior reserva, ao passo que em Maceió tornou-se elle conhecido. Honorio, passado o primeiro impeto, era muito accessivel á razão.

## XXII

No relatorio lido, pouco depois desses acontecimentos, perante a assembléa provincial, Honorio, historiando circumstanciadamente todo o occorrido com relação á revolta, durante a sua administração, qual a politica com que iniciara esta e quaes as causas que o levaram a medidas extremas, conclue, referindo-se á carta de Pedro Antonio, que lhe remettera o general Seara, nestes termos:

« No sentido da farça que se representava nesta carta, correu por diversas

mãos em dias de fevereiro uma circular aos amigos assignada por Pedro Ivo, Miguel Affonso e Caetano Alves, em que declararam que haviam largado as armas e debandado as forças e que iam partir para Jacuype e dahi para a Bahia, por ter o coronel Pedro Antonio vindo tratar de uma accommodação a pedido dos presidentes da Bahia e Alagôas, que se encarregavam de apresentar-lhes amnistia geral, á vista do que diziam aos amigos que cedessem sem demora as armas sem o menor receio, recommendando-lhes que se acautelassem e aguardassem que chegasse a amnistia.

Nenhuma comunicação tive ainda do Governo que me fizesse considerar a missão do tenente-coronel Pedro Antonio com outro character que não fosse o meramente particular; e julgava que sua missão teria por si caducado depois de seu ferimento e dos successos de 26 de janeiro e posteriores.

E' comtúdo certo que o capitão Pedro Ivo, Miguel Affonso Ferreira, Pedro J. Alves Corrêa e (seguem diversos nomes desconhecidos), depois de terem estado por algum tempo em Alagôas, nas vizinhanças da capital, embarcaram na charrua *Carioca* e seguiram viagem para a provincia da Bahia.

Não permitta Deus que eu nunca sirva de obstaculo para que estes ou quaesquer outros réos recebam as graças que solicitam do poder moderador. Teria simplesmente desejado que ordens precisas me tivessem sido dadas em tempo de prevenir conflictos sempre damnosos ao serviço publico.»



## XXIII

« Menos pelas promessas fementidas dos presidentes G. Martins e José Bento », prosegue o meu illustre contradictor, « do que por consideração e respeito devidos ao pae, que lhe pedia que acceitasse a amnistia garantida pelos ditos presidentes, para ir servir no Rio Grande do Sul, onde recuperaria o que havia perdido, Pedro Ivo reuniu os seus officiaes, expoz-lhes o que acabava de ouvir, sendo todos concordes na acceitação da proposta, e a força foi logo dissolvida. »

Desfeito como se acha, pelo que acima fica, o *engano* sempre repetido de ter sido offerecida e assegurada a amnistia pelos citados presidentes, deixarei de insistir sobre este ponto para occuparme com o conselho dos officiaes convocados por Pedro Ivo, em que foi resolvida a acceitação das propostas offerecidas por Pedro Antonio, com a garantia de dous delegados do governo.

Vê-se na circular expedida por Pedro Ivo, Miguel Affonso e Caetano Alves aos amigos, de que faz menção Honorio, que elles declaravam que haviam largado as armas e debandado as forças e

« iam partir para Jacuype e dahi para a Bahia, por ter o coronel Pedro Antonio

vindo tratar de uma accommodação a pedido dos presidentes da Bahia e Alagoas, que se encarregavam de apresentar-lhes amnistia geral, etc.»

Jacuype fôra o ponto indicado por Pedro Antonio para o encontro e conferencia com seu filho — é este mesmo quem o diz na sua exposição — e por isso é que os signatarios da circular para lá se dirigiram.

Mas, como se explica que não tendo elles ainda ouvido o discurso proferido por Pedro Antonio, mostrando a conveniencia de pôr termo á luta, não conhecendo ainda os termos da proposta de que elle era portador, e quaes as seguranças que offerencia e que, só depois de conhecel-as poderiam resolver, mandaram logo depor as armas e debandar a força, annunciando que de Jacuype seguiriam para a Bahia? Como pôde Pedro Ivo «expor em conselho aos seus officiaes, o que acabava de ouvir de seu pai», se ainda não tinha se entendido com este?

A carta de Pedro Antonio ao general Seara, communicando, como vimos, que

« tudo estava acabado, as forças rebeldes plenamente debandadas e que *naquelle mesmo dia* as pessoas de mais influencia se retiravam das matas »,



é de 21 de fevereiro, e a citada circular é de data anterior. Este facto, assinalado e commentado pelo *Diario de Pernambuco*, mostra que a deposição das armas das forças rebeldes não foi resultado da *conferencia de Jacuype*. Eis a razão por que Honorio qualificou aquillo de pura *farça*.

Pedro Antonio em Gravatá, onde se achava a familia de Pedro Ivo, podia facilmente corresponder-se com este e combinarem o que se fez, indo elle a Jacuype, com sacrificio, pois achava-se ainda muito doente — como se sabe até por confissão do filho — para dar apparencia de effeito de um accordo ao que já era um facto resultante dos acontecimentos.

Veremos adiante que ainda mesmo que a força de Pedro Ivo não tivesse sido desbaratada, elle não poderia mais mantel-a, por lhe faltarem os recursos que até então recebia da familia Affonso Ferreira, já em virtude das medidas postas em pratica pelo Governo, já por terem sido cortadas as communicações entre os pontos occupados pelos rebeldes e os engenhos dos Affonsos.

## XXIV

Na primeira parte deste estudo, tratando da occupação da villa de Agua Preta pelo coronel Souza, no dia 30 de março, e da retirada das forças rebeldes, formadas em duas secções, uma sob o commando de Pedro Ivo, que seguiu para o Verde, outra dirigida por Caetano Alves, que se encaminhou para o Prata, omitti uma circumstancia, aliás de importancia para o caso, de que terei adiante de occupar-me.

Não referi que o segundo, accossado pelas forças legaes, apresentou-se áquelle coronel a 4 de abril, acompanhado de 324 homens, nem todos armados, depondo as armas.

Ao mesmo tempb apresentou-se tambem para igual fim, acompanhado de 130 individuos, muito mal armados, Manoel Alves de Lima, que se dizia sub-chefe de Pedro Ivo, a quem tinha acompanhado para o Verde, e assim tambem mais tres outros, considerados officiaes. A todos foi applicado o decreto de 11 de janeiro, dando-se-lhes os competentes salvo-conductos.

Este facto mais robusteceu a supposição de que a revolta tocava a seu termo. Esperava-se que, cansados e desanimados os que ainda se mantinham em armas, não tardassem a seguir o



exemplo daquelles, procurando no seio das suas familias o socego e descanso de que precisavam. Resultou disto uma certa paralyzação, como já se disse, nas operações. Mas Pedro Ivo continuava a manter-se em armas.

Essa sua attitude hostile e algumas informações, que chegaram a Tosta, o fizeram desconfiar da sinceridade de Caetano Alves e tomar as providencias que lhe pareceram convenientes, emquanto não chegava o seu successor, já esperado.

Não era este um *illustre desconhecido*, sinão um dos mais prestigiosos chefes politicos daquelle tempo, Honorio Hermeto Carneiro Leão, senador e conselheiro de Estado, que já por duas vezes, uma durante a minoridade do Imperador e [outra depois da [declaração da maioridade, tinha tido assento nos conselhos do Governo da Nação, além de presidencias de provincia, que lhe tinham sido confiadas, notadamente a do Rio de Janeiro, durante a revolta de Minas e S. Paulo.

Vê-se nessa escolha a attenção e cuidado com que o Governo encarava a situação de Pernambuco, e o empenho em que estava de mitigar, quanto possivel, o mal resultante da luta, confiando a administração da provincia á mãos experimentadas, incapazes de converterem-se em instrumentos de paixões alheias.

Honorio, dominado pela idéa de corresponder ao pensamento que dictara a sua nomeação, tratou desde logo de fazer politica larga e generosa, sem prestar, talvez, a devida attenção ás informações que recebera do seu antecessor e de que elle proprio dá conta no seu já citado relatorio, nestas palavras:

«O meu antecessor, em relatorio reservado, me havia declarado ter mandado postar em Agua Preta e Verde o oitavo batalhão de caçadores, com o fim de conter Caetano Alves, que se apresentava como successor de Vicente de Paula (isto revela que Tosta não tinha este caudilho em boa conta, nem o tinha a seu serviço e como se tem feito insinuar) e tambem Pedro Ivo com elle intimamente ligado; e outrosim, para capturar a este, que não estava amnistiado como aquelle.»

Fazendo extensa applicação do decreto de 11 de janeiro, amnistiando até a individuos submettidos a processo, para o que não estava autorisado, Honorio, como diz no mesmo relatorio, chegou a conceder mais de 90 amnistias. Entretanto, incommodando-se com o aspecto ameaçador das cousas em Agua Preta, pela permanencia de Pedro Ivo no Verde, fez seguir para alli o general Coelho com mais outro batalhão. Foi nessa occasião que começaram as negociações.



« Cerca de tres mezes », observa elle, « se consumiram em tentativas de conciliação. Todos os esforços foram empregados no intuito de evitar um rompimento e reaparecimento da guerra civil. »

Referindo a promessa que fizera de conceder a amnistia a Pedro Ivo, nos termos que sabemos, isto com o fim de poupar á provincia novas calamidades de nova guerra civil, acrescenta:

« Esta concessão tinha sido feita a solicitação sua; e, todavia, o incitamento de seus co-réos presos na fortaleza do Brum e o seu proprio orgulho e emperramento o induziram a rechaçal-a, ameaçando decidir a questão pelas armas, se o Governo não annuisse ás suas exigencias. Foi forçoso romper toda a contemplação e preparar para novos combates. »

## XXV

Percebendo que estava sendo ludibriado, e sabendo que Caetano Alves voltara a ligar-se novamente com Pedro Ivo, Honorio não teve

mais condescendências, e, bem ao contrario disto, praticou excessos dispensaveis.

Conhecemos, porém, o seu temperamento.

« Conspiravam abertamente para uma revolta », conta elle, « ao tempo em que por actos de justiça, tolerancia e imparcialidade, eu me esforçava por conciliar os animos, restabelecer a segurança e confiança e reparar os males causados pela rebelião terminada; ao tempo em que, crendo que fazendo parte de um partido politico, desejariam disputar a seus adversarios o triumpho na eleição que se ia fazer, eu tomava todas as medidas de precaução que me pareciam necessarias para estimular o partido vencido a concorrer ás urnas, e para que o pudesse fazer cheio de seguridade e em plena liberdade. »

Entretanto, Pedro Ivo chegou a dispersar a sua gente e deixar as matas, no proposito de apresentar-se e aceitar a amnistia, conforme fôra combinado.

Mas, por que se arrependeu?

Honorio, como já vimos, imputa o facto aos presos politicos, e tambem aos amnistiados de abril (do tempo de Tosta), e sobretudo a familia Affonso Ferreira, accrescentando que, dirigindo-se Pedro Ivo, ao sahir das matas, ao engenho União, onde estivera em conciliabulo com



Miguel Affonso, este o induziu a regressar e a persistir na resistencia, promettendo ajudal-o individualmente e com recursos de todo o genero.

Disse o *Correio Mercantil* que Pedro Ivo, de viagem para a Capital, fôra informado de que, «mesmo crúas e duras como eram, não seriam mantidas as condições que lhe prometteram», e resolveu regressar com alguns amigos, e a custo pôde penetrar nas matas.

Borges da Fonseca, porém, que tinha a mania de dar-se como *primus inter pares*, mesmo nos acontecimentos de que, sabidamente, estivera afastado, conta no seu famoso manifesto publicado em 1867, quando rompeu com Urbano, chefe praieiro, a seguinte curiosa historia:

«Pretendeu Honorio cobrir de lama a revolução e negociou com os presos do Brum a submissão de Pedro Ivo, — não fizeram conta em mim.

Entendêrão elles que bastavam para sujeitar o valente chefe da gloriosa revolução, e esquecidos que Pedro Ivo, militar brioso, me reconhecia como superior (*sic*) e não a elles.

Sabendo dessa traição, como ajudante general do directorio (*sic*), ordenei a Pedro Ivo de continuar na revolução, e fui obedecido.

Honorio tornou-se furia e logo resolveu mandar-me assassinar em Fernando.»

Não tem o menor fundamento esta historia, que não destôa das que Borges costumava contar, para pôr-se em evidencia.

Elle foi para Fernando, como foram todos os outros presos politicos. A medida foi geral; e tanto não correu risco de ser alli assassinado, que quando houve ordem para que voltassem os mesmos presos, elle e Leandro Cesar pediram para lá ficar e alli aguardaram a amnistia.

## XXVI

Miguel Affonso, em principios de outubro, entra para as matas, ao mesmo tempo que é interceptada uma carta delle a Pedro Ivo, con- citando-o a manter-se em armas e declarando que:

« os engenhos estavam trabalhando e por isso nada lhe havia de faltar. »

Honorio manda occupar os engenhos União e Sebiró por forças do Governo « para que não continuassem a prestar auxilios aos rebeldes », diz elle no seu relatorio á assembléa provincial.



Volta Miguel Affonso em meiado de novembro, mas occulta-se e escreve ao commandantê da força, fazendo ostentação de suas relações com Pedro Ivo, injuriando os agentes do Governo e declarando que estava disposto a derramar o seu sangue em defesa da liberdade.

Seu irmão Domingos Affonso, porém, dirige-se ao mesmo commandante, recrimina o procedimento daquelle, protestando que o desaprova e pedindo a desoccupação do seu engenho para poder trabalhar, com promessa de se abster de qualquer coadjuvação, quer a seu irmão, quer aos rebeldes internados nas matas.

Honorio, aceitando taes promessas, manda, em fins de novembro, desoccupar os engenhos, e tambem porque precisava da força, que regulava por uns 200 homens, para operações em outros pontos. Mais tarde cahe nas mãos do commandante da columna, coronel Ferreira, uma carta do filho de Domingos Affonso, escripta em principios de dezembro, a um dos officiaes do *exercito* de Pedro Ivo, na qual dizia, entre outras cousas:

« Fizemos uma accommodação falsa, para elles soltarem os escravos e sahirem daqui, para nós fazermos nossos arranjos de guerra.... porém ha quem diga que torna a vir tropa para este engenho outra vez, por causa dos desertores que temos.»

Não precisava Honorio de incitamentos taes ao seu amor-próprio, assim tão ludibriado, para que, ante factos desta ordem, não omittisse nenhuma providencia, por violenta que fosse, mas que o dever lhe impunha, para obstar que dos citados engenhos partissem recursos para Pedro Ivo, ou mesmo que de outros pontos lh'os enviassem os Affonsos e adherentes, unicos que então prestavam auxilio para a continuação da luta. E dahi vinha o seu empenho em prender Domingos Affonso, que se manteve sempre occulto, e tambem seu primo Antonio Affonso, ex-chefe de policia e ex-deputado, em cujo conselho, suppunha-se que se inspiravam os parentes. Este, que se achava homisiado no Engenho Novo, do Cabo, de seu primo, coronel Francisco José da Costa, escapou milagrosamente de ser apanhado por uma força de marinha sahida para esse fim da Capital á noite e com o maior segredo.

Foi preciso que o Barão da Boa Vista, depois Conde, interpozesse todo o seu valimento para com Honorio, de quem era amicissimo, para que este desistisse do proposito de prender Antonio Affonso, já então acabrunhado pela cruel enfermidade que lhe ia minando o organismo e lhe cortou a existencia antes do decreto de amnistia que restituiu a liberdade aos seus compaheiros.



Um facto digno de nota, e de ser registrado. Ninguem foi mais ignobilmente offendido, injuriado e calumniado torpemente pela *Praia*, ninguem devia ter queixas mais profundas, resentimentos mais justificados de Antonio Affonso, o chefe de policia de Chichorro, do que o Barão da Boa Vista! E todavia foi o seu protector naquellas circumstancias!

E' que naquella grande alma, aberta a todos os sentimentos grandiosos, não achavam abrigo os do odio e vingança.

## XXVII .

Provado como fica que desesperada era a posição de Pedro Ivo, sem meios de continuar a luta e privado de communicar-se com os unicos amigos que poderiam prestar-lhe recursos, julgo-me dispensado de mostrar que tantos são os *enganos* em que cahê o meu contradictor, quantas as affirmações que faz de que, só por meios insidiosos e traiçoeiros, conseguiu o Governo a completa pacificação da provincia.

*Enganos* são tambem, como facil será provar, todas as outras suas asseverações — sem exce-

ção — com referencia aos factos de que tratou, e dos quaes, por serem de minimo valor e para abreviar, escusado é occupar-me.

Nem no tocante a Vicente de Paulo deixou o Sr. Dr. Hemeterio de enganar-se, augmentando-lhe mais dez annos na idade e nove no tempo de sua estada em Fernando, para onde fôra em 1850 e de onde regressou em 1861, contando 70 annos de idade, e não mais de 80, pois que nasceu em Goyana em 1791.

E' ainda *engano* dizer que estava inteiramente caduco quando foi posto em liberdade. Tendo-o visto na occasião em que, ao chegar no Recife, foi a palacio apresentar-se ao presidente, dou testemunho de que mostrava estar de juizo são, e o seu aspecto não accusava alquebramento de fraqueza physica.

## XXVIII

Preciso terminar e o farei tomando em consideração o que me foi opposto pelo Sr. Dr. João Barbalho, a quem peço que consinta dizer-lhe que, si acha que o *Diario de Pernambuco* é autoridade segura, a que se pôde recorrer para



ajuizar da revolta praieira, melhor será ler, em vez do que elle diz hoje, o que dizia naquella época e os conceitos que emittia sobre aquelle movimento, bem como os qualificativos que dispensava aos que nelle se achavam envolvidos.

Quanto á opinião do ministro da guerra, Manoel Felizardo, de que tira o meu illustre amigo argumento para mostrar que a rebellião tinha intuito republicano, opporei a do ministro da justiça, Euzebio de Queiroz, que dizia que Pedro Ivo não tinha fim politico, e que duvidava que houvesse partido politico digno de tal nome que

«depositasse suas esperanças e confiasse seu futuro da gente que infestava as matas da Agua Preta».

A's palavras de Nunes Machado, ditas a Peixoto de Brito na vespera de partirem para o sul: «Sr. Felix, do Rio nada, nada», opporei as que escrevia o segundo ao coronel Araujo Peixoto, quando chegou com os companheiros a Alagôas, e tendo junto a si o primeiro. Queixando-se das perfidias do delegado Buarque, que lhes havia feito grandes promessas, dizia Peixoto:

«deu contra-ordem, menosprezando Mavignier e Antonio Paes, pondo todo o termo em alarma e *espalhando que vinhamos gritar a republica.*: etc.; proce-

dimento este que nos causou indignação: escrevemos-lhe em termos energicos e outro tanto fizemos ao presidente ».

Ao capitão Arsenio Barbosa, preso pelos rebeldes na Soledade, no dia 2 de fevereiro, quando ainda estava quente o cadaver de Nunes Machado, dizia o mesmo Peixoto de Brito, general em chefe, que

«o movimento (a revolta) era o ultimo cacho que podia dar Pernambuco em bem do Imperio ».

---

Não pude obter a sentença do Conselho de Guerra que condemnou Pedro Ivo, nem a do Conselho Supremo Militar, que a reformou.

Conheço, porém, o extracto de ambas, que foi publicado em ordem do dia do Quartel General.

Desse extracto, que abaixo segue, se vê que, sendo Pedro Ivo, accusado de crime de deserção e de cabeça de motim ou traição, e condemnado á pena capital pelo Conselho de Guerra, foi essa sentença reformada pelo Conselho Supremo, que o condemnou á perda do posto e dez annos de prisão. Acreditou-se que o Governo influiu para



essa decisão, disposto como estava a conceder amnistia geral, que veio mais tarde.

Eis a citada ordem do dia:

« O marechal de campo commandante das armas declara, para conhecimento da guarnição e afim que tenha a devida publicidade, que tendo o Sr. capitão de artilharia Pedro Ivo Velloso da Silveira respondido a Conselho de Guerra pelos crimes de deserção e de cabeça de motim, ou de traição, foi, quanto ao primeiro crime, que é deserção, julgado incurso no art. 1.<sup>o</sup> § 1.<sup>o</sup> do decreto de 26 de maio de 1835, e quanto ao segundo, que é o de motim ou de traição, no art. 15 dos de guerra, de infantaria, e em consequencia condemnado em 15 de novembro proximo findo pelo mesmo Conselho, pela uniformidade de suas tenções por aquelle crime, a ser expulso de serviço, e por este a ser enforcado, devendo porém, prevalecer a segunda pena em conformidade do art. 61 do Codigo Penal, sentença esta que o Conselho Supremo Militar e de Justiça, por outra de 11 do corrente mez, confirmou emquanto julgou provado o crime, de que o réo foi accusado, e condemnando o mesmo réo no perdimento do posto e em dez annos de prisão em uma Fortaleza ou Praça de Guerra. »

A' sentença proferida em virtude da decisão do Jury do Recife em que foram submettidos a julgamento os presos civis, tambem não favo-

rece a opinião dos que sustentam que a rebellião praieira foi considerada pelos tribunaes do paiz como:

« attentatoria da fórma do Governo, que ella queria mudar ».

Um dos 14 quesitos formulados pelo presidente do Jury — o 3º, era assim concebido:

« As sobreditas povoações se reuniram para perpetrar o crime de privar a S. M. Imperial, em todo ou em parte, de sua autoridade constitucional? »

O jury respondeu: Não. As sobreditas povoações não se reuniram, etc. »

A sentença lavrada pelo presidente do Jury, que era Nabuco, foi esta:

« A' vista da decisão do Jury, condemnno, como cabeça de rebellião, os réos (seguem os nomes) á pena de prisão perpetua simples, gráo maximo do art. 110 do Codigo Criminal, combinado com o art. 49 do mesmo Codigo e nas custas; appello, porém, na fórma do art. 79 § 1º da lei de 3 de dezembro de 1841, quanto ao réo general José Ignacio de Abreu e Lima. »

Como se vê, enganou-se ainda o Sr. Dr. Hemeterio affirmando, como fez, que Lopes Netto, Villela Tavares e demais companheiros « foram



condenados á pena de prisão perpetua *com trabalho*, gráo maximo do art. 110, combinado com os arts. 85 e 87 do antigo Codigo Criminal, *por haverem tentado mudar a fôrma do Governo constituido e destruir a Constituição Politica do Imperio!* »

*Sempre engano!*

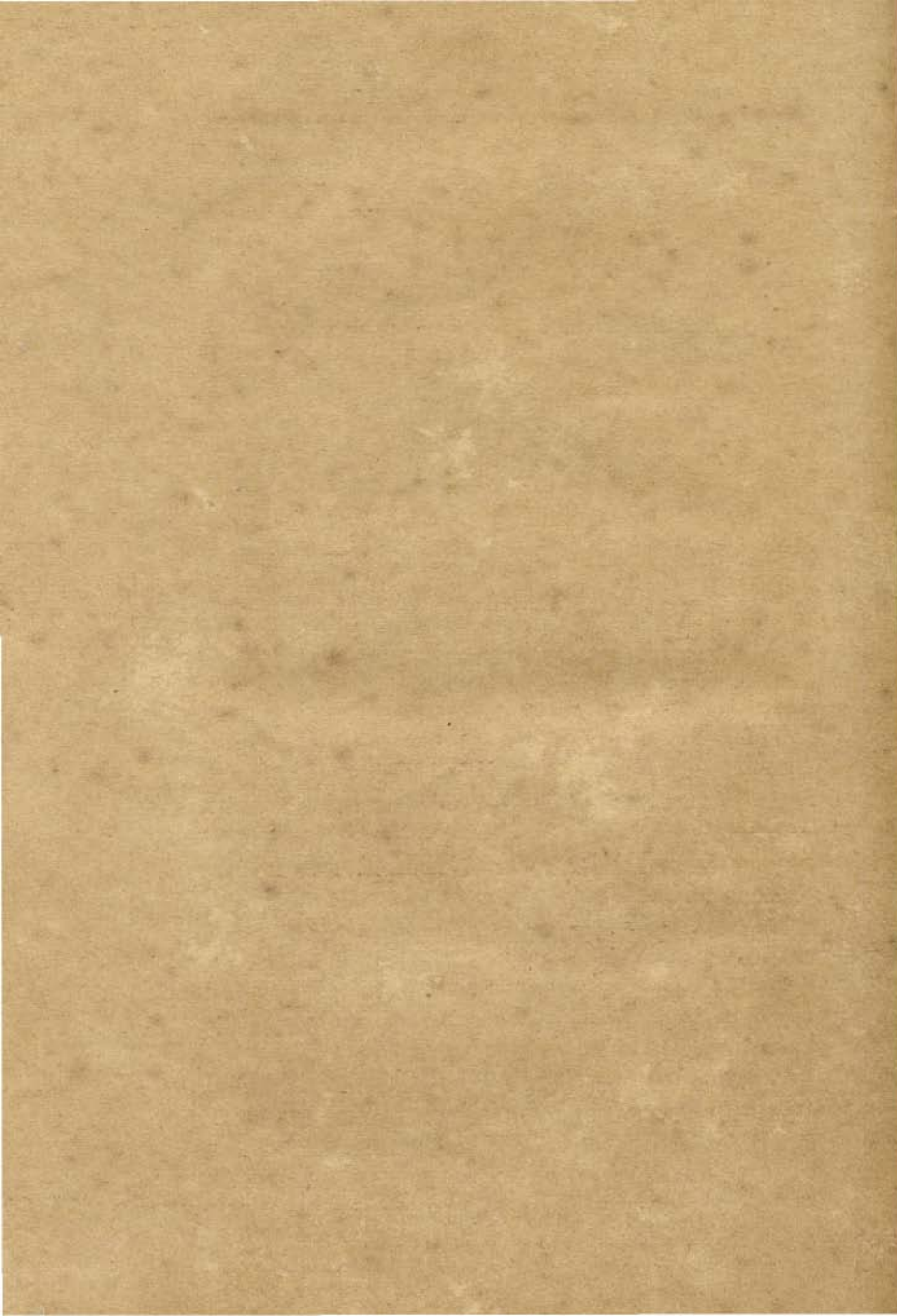
Julho de 1896.







**APPENDICE**







## APPENDICE



### I

#### PAGINA 31

Em sessão de Conselho Municipal de 16 de março de 1894, o Sr. intendente Alfredo Barcellos, extranhando que o bispo do Rio de Janeiro, em pastoral dirigida aos seus diocesanos manifestasse-lhes « as saudades que sentia dos benefícios da paz de outr'ora » achou oportunidade para, no intuito de provar que não havia motivo para taes saudades, nem para nos lembrarmos dos 45 annos incompletos da paz mais profunda, citar, entre outros, os seguintes factos:

« Nunes Machado teve seu corpo arrastado pelas ruas do Recife ; Pedro Ivo, trahido vilmente, gemeu nas masmorras de Santa Cruz, de onde desapareceu, segundo reza a historia, assassinado covardemente.»

Acudindo a protestar pelo *Jornal do Commercio* contra tão grosseiras falsidades historicas, dei a razão por que o fazia.

«Como muitos outros alumnos da Escola Militar», observei, «mandados, nas ferias de 1848, reunir aos seus corpos que se achavam em Pernambuco, para alli segui. Eu era então 2º tenente de artilharia e servi como ajudante de ordens do presidente.

Posso, pois, fallar dos acontecimentos de então por conhecimento proprio e não por leitura da historia falsificada, si é que effectivamente ha historia escripta a respeito, que não artigos de gazetas, libellos e pamphletos de occasião e, portanto, suspeitos.»

Referindo os factos quaes se passaram e o modo por que Pedro Ivo conseguiu evadir-se da fortaleza da Lage, onde se achava, recebi do conselheiro Christiano Ottoni, hoje fallecido, a seguinte carta:

«Illm. e Exm. Sr. general Mello Rego — Li com a attenção que attrahem os escriptos de V. Ex. os dous artigos, que sob a epigraphe — *Por amor da Historia* — contém a narração dos pormenores da morte de Nunes Machado, no Recife e da prisão e evasão de Pedro Ivo da fortaleza da Lage.

Não me sinto habilitado para confirmar nem contestar a exposição do que a respeito se passou em Pernambuco, Alagoas e Bahia. Mas sobre o ultimo ponto, evasão de Pedro Ivo, sou depositario de tradições, que completam a narrativa de V. Ex.

Antes de expol-as, seja-me licito, sem rancor e só *por amor da Historia*, observar que a prisão na Lage do capitão Pedro Ivo, que se apresentara espontaneamente, foi um acto censuravel do Governo de então.

A pequena fortaleza não tinha prisões, e penso que ainda hoje não tem, sinão as abobadas terrivelmente humidas e insalubres em baixo das baterias. Sobre estas só havia a casa do governador (commandante).



Em um daquelles cubiculos esteve preso alguns annos o velho Barata, da Bahia; mas em 1830 a Camara dos Deputados, em maioria liberal, nomeou uma commissão para exame das prisões; e a descripção da masmorra (si V. Ex. lá for não rejeitará esta denominação) emocionou por tal modo a opinião publica, que o governo de Pedro I sentiu-se obrigado a mandar remover o preso para Santa Cruz, onde o alcançou a amnistia de 1831.

Quanto, porém, á evasão de Pedro Ivo, não ha a menor duvida que foi deliberada e facilitada pelos proceres do partido liberal, cujos principaes nomes V. Ex. declinou em seu segundo artigo.

Irmão e intimo amigo do primeiro nomeado, Theophilo Ottoni, não admira, conheça eu o facto em suas particularidades, e não deixa elle de ser curioso.

O executor da deliberação foi Salles Torres Homem, depois Visconde de Inhomerim, o qual mandando um emissario entender-se com Pedro Ivo para combinar a evasão, teve d'elle a seguinte resposta:

Consequira alliciar um inferior e um ou dous soldados, e só pedia lhe mandassem armas; ostres ou quatro valentes sahiriam batendo a guarnição.

Replicou Salles Torres Homem que a condição para ser auxiliada a fuga era desistir de toda a idéa de violencia; e a chave que lhe mandou foi dinheiro.

Em um domingo, (1) tendo ido para a cidade o governador e sua familia, e estando encarregado do detalhe do serviço o inferior cumplice da tentativa, armaram os dous na prisão uma banca de jogo, para a qual conseguiram attrahir a guarnição, que era pouco numerosa. Os dous conjurados, depois de perder algum dinheiro, levam-

(1) Domingo da Resurreição. Não residia na fortaleza a familia do commandante. Este veio á terra para ir com ella á missa. Havia festa na capella imperial a que assistiam SS. Magestades e a côrte á hora em que Pedro Ivo deixava a fortaleza.

taram-se deixando os outros que a febre do jogo conservou em redor da mesa. E então esgueirando-se trancaram por fóra a porta, e com a sentinella do portão embarcaram na falúa ou bote que fizera o signal convencionado.

Da evasão só houve noticia, quando de volta o governador teve de mandar abrir a porta aos prisioneiros da jogatina.

Pedro Ivo desembarcou pouco depois do meio-dia na praia de Botafogo, onde o esperava em carro fechado o proprio Salles Torres Homem, que o conduziu para a casa do fallecido Joaquim Breves em S. Christovão. Dalli passou-se para a ilha da Marambaia, pertencente ao mesmo Joaquim Breves, que por algum tempo o asyloou.

Constou depois, que tomando passagem em um navio mercante, não sei si para Pernambuco ou para os Estados Unidos, morreu na viagem, de molestia que soffria.

Assim da ultima imputação — assassinato do preso — está absolvido o governo de Pedro I. Pudesse a historia absolver toda a gestão do primeiro reinado!

V. Ex. fará desta carta o uso que lhe parecer conveniente.

De V. Ex. Att. Ven. e Obrg. — *C. B. Ottoni*.  
Petropolis, 2 de abril de 1894.»

Concluindo S. Ex. com a referencia, que ali se vê, ao primeiro Imperador e ao primeiro reinado, tomei a liberdade de observar-lhe que havia equivoco de sua parte, pois que os acontecimentos de que se tratava pertenciam ao segundo reinado, e ao mesmo tempo pedi-lhe permissão para discordar de sua opinião quanto ao procedimento do governo relativamente a Pedro Ivo.

S. Ex., em resposta, dirigiu-me as seguintes linhas:

«Houve, como V. Ex. bem nota, equivoco na minha referencia final ao primeiro rei-



nado: proveio o engano de ter eu presente ao espirito o caso do velho Barata.

Quando escrevi não tinha visto a publicação da *Gazeta da Turde*; entre as duas narrativas ha divergencias, bem que não substanciaes: é possível seja a minha memoria deficiente; mas expuz o que julgo lembrar-me de ter ouvido a Theophilo Ottoni.

Quanto ao acto do governo relativo a Pedro Ivo, não interpuz opinião alguma nem desejo fazel-o; referi-me sómente, e com censura, á escolha da prisão.

Sempre, etc., etc. Petropolis, 7 de abril de 1894. — C. B. Ottoni.»

## II

### PAGINA 43

Eis o que narrei pelo *Jornal do Commercio*:

Os rebeldes, illudindo a vigilancia das forças do governo que devia batel-os no sul da provincia, onde elles se haviam reunido, contramarcharam para o norte, e ao alcançarem a estrada de Pão d'Alho abaixo de S. Lourenço, desceram rota batida no dia 1, para o Caxangá e logo á Magdalena. Ahi, já noite dividiram as suas forças em duas columnas: uma que, encaminhando-se por Afogados e seguindo para Cinco Póntas, devia penetrar na cidade pelos bairros de S. José e Santo Antonio; outra, buscando a estrada do Manguinho e tomando a Soledade, devia entrar pelo bairro da Boa Vista.

Provavelmente seria Santo Antonio o ponto de junção, pois era ahi que estava, como ainda hoje, o pa-

lacio da presidencia, a secretaria da policia e todas as demais repartições publicas, com excepção da alfandega.

A primeira columna, commandada por Pedro Ivo e á qual se havia aggregado Borges da Fonseca, não encontrou difficuldade na execução da parte do plano, que lhe tocava. Não assim a segunda, como veremos depois.

Na entrada das Cinco Pontas, junto ao viveiro do Muniz, posição muito bem escolhida, de onde com metralha podia ser varrida toda a rua Imperial até á ponte de Afogados, foi collocada uma peça de artilharia, guardada por um reforçado piquete de praças da guarda nacional.

Não era ainda dia quando os rebeldes atacaram esse ponto. Com o primeiro tiro ficou desmontada a peça; o commandante, tenente-coronel F. Carneiro Machado Rios, recebeu grave ferimento de bala no pescoço e as praças deitaram a fugir. Puderam os rebeldes penetrar com pouca demora, e mesmo com pequeno custo, até o coração da cidade, trocando tiros de passagem com alguns piquetes que encontraram.

Dous batalhões de infantaria de linha estavam fóra com o commandante das armas; e boa parte da artilharia, com o coronel Pimentel, estava em outro ponto, em Nazareth, para obstar as reuniões que ahi tentaram fazer os rebeldes.

As forças de que o governo dispunha na capital constavam: de imperiaes marinheiros, desembarcados de vespera dos navios de guerra, commandados pelo chefe da divisão naval, Joaquim José Ignacio (depois Visconde de Inhaúma), que não quiz que os seus rapazes, como lhes chamava, fossem sós; da companhia fixa de cavallaria, de parte do 2º e 4º batalhões de artilharia e do corpo de po-



licia, muito desfalcado quasi em casco, pelos muitos destacamentos que tinha pelo interior, da pequena companhia de artifices do arsenal de guerra e, finalmente, do corpo de voluntarios commandado pelo conselheiro Sebastião do Rego Barros.

Este corpo, composto de commerciantes, bachareis formados, moços da melhor sociedade pernambucana, funcionarios publicos, etc. fardados todos á sua custa, não recebia soldo. Tinha uma secção de cavallaria, cujas cavalgaduras eram de propriedade das respectivas praças.

E' preciso notar que ao entrar em acção o seu pessoal estava muito desfalcado, por circumstancias de momento.

Havia ainda diversos contingentes da guarda nacional, chamados a serviço de occasião, em que pouco tempo permaneceram e tambem não perceberam vencimentos.

Com excepção dos imperiaes marinheiros e do corpo de voluntarios, que pernoitaram em palacio, e da cavallaria, de promptidão no respectivo quartel, a demais força foi distribuida á noite em piquetes por varios pontos da cidade, embocaduras e estradas, por onde suppunha-se que pudessem entrar os rebeldes.

Estes, em geral homens de campo, descalços, *matutos*, como lá chamam, não conheciam em sua maioria as ruas da cidade, e alguns até nunca tinham ido á ella.

Foi isto um grande mal para elles que, ao que parece, tinham por objectivo o palacio da presidencia, e com admiravel rapidez chegaram á rua do Crespo (Primeiro de Março) guiados pelos seus officiaes ou chefes, tendo atravessado as freguezias de S. José e Santo Antonio, justamente na parte em que, em ambas, ha um conjunto de ruas estreitas e tortas, viellas inextricaveis para quem não está com ellas familiarisado.

Dobrando a antiga rua de S. Francisco, (hoje Quinze de Novembro) que ia directamente a palacio, já encontraram a cavallaria que deu-lhes a primeira carga. Recuando um pouco em desordem, e não bem canhecedores do caminho por onde tinham ido, tiveram de parcellar-se, mettendo-se por aquelles meandros de que mal sabiam a sahida. Persequindo-os, a força do governo teve tambem que devider-se, operando por diversos pontos além daquelles em que havia piquetes.

Dentro em pouco ouvia-se fuzilaria em quasi todo o bairro de Santo Antonio e parte do de S. José. Não é possível descrever o que foi aquella luta, sem methodo, sem ordem, sem direcção. Desordenadamente, mas corajosamente, batiam-se aquelles pobres matutos, sem commando e sem guia : morriam matando !.. .

Com aquella falta de ordem nada podiam colher os rebeldes ; ao contrario, a sua gente ia perdendo o terreno que no primeiro impeto havia conquistado.

A's 9 horas, apoz mais de trez horas de fogo, era patente o mallogro da tentativa de tomarem a cidade com semelhante força e por semelhante modo.

Os rebeldes, recuando sempre, e como que por instincto, procuravam refugiar-se no bairro de S. José, onde ainda se ouvia tiroteio. Não se soube que destino tomaram Pedro Ivo, e Borges da Fonseca. E' mais certo que houvessem se recolhido á casa de alguém amigo para se retirarem á noite, do que terem fugido, desde que não contavam mais com a columna da Boa Vista, como suppunham

. . . . .  
Entre duas e tres horas da tarde chegava a marche-marche, entrando pela Boa Vista, mas pelo lado do Mondego, o commandante das armas, general José Joaquim



Coelho ( barão da Victoria ), que, com marchas forçadas seguira na pista dos rebeldes em soccorro à cidade.

Apoz pequeno descanso que tomou a força no largo de palacio, foi mandado o 9º de infantaria, sob o commando do major Bruce, dar uma batida pela freguezia de S. José, onde não seria difficil aos rebeldes occultarem-se, para á noite accometerem alguns pontos da cidade, incendiando-os, que era o que mais se temia. O districto das Cinco Pontas e o em que se acham o gazometro e a estação da estrada de Caruarú, bem como o da Cabanga, não dão hoje a menor idéa do que eram ha 45 annos passados ( 1848 ).

Facil seria aos rebeldes occultarem-se ahi, e á noite realizarem tão sinistro intento, si é que o nutriam.

A's 5 horas da tarde não se ouvia mais um tiro em nenhum ponto da cidade. Estava terminada a jornada!

Tratou-se então de recolher os feridos que, porventura ainda não o tivessem sido e de fazer juntar os cadaveres, que deviam ser inhumados á noite ou depositados nas igrejas, para evitar-se que no dia seguinte, entrando a cidade na sua vida normal, tivesse a população diante dos olhos o espectaculo repugnante e doloroso de cadaveres esparsos pelas ruas. Si bem me recordo, regulavam entre 120 a 130 os cadaveres que foram inhumados.

### III

#### PAGINA 75

Acha-se tambem no *Jornal do Commercio*:

« Digamos agora o que foi feito da segunda columna dos rebeldes que devia penetrar pela Soledade, sob o com-

mando de João Roma, e à qual se haviam reunido os deputados Nunes Machado, Antonio Affonso, Peixoto de Brito e Villela Tavares, além de outros chefes importantes, como o coronel Moraes, de Inhamã, João Paulo Ferreira, influencia politica em Olinda, Feliciano dos Santos, Clarindo Catão e outros.

Na Soledade estava o quartel do 4º batalhão de artilharia, contiguo ao consistorio da igreja, em cujo pavimento superior havia sido estabelecida uma enfermaria militar, em que se achavam uns vinte e tantos doentes. Os rebeldes tinham de passar pela frente desse quartel, onde só tinha ficado o official de estado com a respectiva guarda e os doentes.

Na occasião, porém, havia se recolhido a elle o capitão Rocha Brazil com o piquete com que guardava uma das estradas e donde fôra repellido.

Ao approximar-se a columna, partiu do quartel uma descarga. Os doentes, saltando de seus leitos, pediram armas e cartuchame, e, occultando-se por trás das janellas principiaram a atirar seguidamente.

Recuaram os rebeldes, acreditando que havia grande força ahi, e invadiram o unico sobrado que havia na praça, de que se apossaram para responder ao fogo que recebiam. Residia nesta casa o desembargador Ayres, cuja numerosa familia, em sua maioria composta de senhoras, teve que fugir, espavorida e em desalinho, e refugiar-se em casa de um visinho do lado opposto.

Não sendo efficaz o fogo dirigido do sobrado, preciso era escolher outro ponto.

Reunidos então os chefes, em conselho, no sobrado, que tornou-se o quartel general, discutiram si seria preferivel deixar aquelle ponto e seguir por detrás do palacio



episcopal em direcção á rua do Hospício, donde facilmente alcançariam a ponte da Boa-Vista, ou insistir na tomada do quartel, para seguirem sem o perigo de ficar-lhes a força ahi existente na retaguarda.

Prevaleceu esta opinião e um troço de rebeldes, penetrando nas primeiras casas da rua João de Barros, cujos quintaes se prolongavam parallelamente á frente do quartel e á enfermaria e eram sombreados por arvores corpulentas, abriram ahi seteiras nos muros, para atirarem sobre o quartel. Corria, porém, o tempo sem que deste e da enfermaria, principalmente, enfraquecesse o fogo.

Conservaram-se os chefes no improvisado quartel-general, mas Nunes Machado, impaciente e soffrego por ver seguir a columna, pela qual deviam estar esperando os companheiros da primeira, quiz, por si, apesar das objecções dos amigos, ver o que se passava e si valia a pena, estar alli a perder tempo.

E' preciso dizer que da enfermaria, vendo-se que os rebeldes atiravam pelas seteiras, faziam pontaria para ellas. Era natural. Nunes Machado, prolongando-se com o muro chegou a uma dessas seteiras e agachado olhava por ella, quando uma bala penetrou-lhe na testa e o derribou. Carregado, já sem movimento, para casa por onde, momentos antes, tinha entrado, e que era habitada por uma senhora ingleza, viuva, de cujo neto ouvi as particularidades que estou referindo, puzeram-no em um colchão estendido na sala, e ahi expirou pouco depois, sem uma contracção sequer nos musculos do rosto, sem a menor alteração na physionomia. Até á hora em que o levaram, parecia que dormia. Trajava costume de casimira alvadia, quasi novo, gravata escura, peito da camisa muito alvo, botinas de verniz.

Não tendo a ferida deitado sangue, conservaram-se limpos o rosto e a roupa. O corpo de Nunes Machado foi levado para a capella que existe no logar denominado Belém, dahi distante cousa de tres kilometros.

No dia 3, pela manhã, appareceu em palacio o thesoureiro da thesouraria de fazenda, Nery Ferreira, e referiu que uma mulher, sua visinha, na Ponte do Uchôa, fôra muito cedo contar-lhe que ouvira dos rebeldes que se retiravam á noite, que Nunes Machado tinha ficado morto na capella de Belém.

Mandou o presidente que o chefe de policia fosse verificar a exactidão ou falsidade da noticia. Partiu o chefe, acompanhado de algumas praças de cavallaria dos voluntarios, e lá encontrando, effectivamente, o corpo de Nunes Machado, fel-o metter em uma rede ( a mesma em que o levaram e que lá deixaram ), cobrindo-a com um lençol, como é de costume fazer, onde não ha outro meio de conduzir defuntos.

Chamando pessoas do povo, mandou o chefe de policia transportar o cadaver para a cidade. Acompanhou-o a escolta de voluntarios, e o chefe seguiu-os á curta distancia.

Chegados os conductores em frente á secretaria da policia, que era onde hoje existe o gabinete portuguez, defronte do convento de S. Francisco, pararam e esperaram o chefe de policia, que mandou depositar o cadaver no convento. Ahi, verificada a identidade de pessoa e lavrado o respectivo auto, foi o mesmo cadaver entregue ao guardião, que parece tinha tido relações com o finado, e pediu para encarregar-se da sua inhumação nas catacumbas do convento.

Não havia ainda então cemiterio publico.»



## IV

## PAGINA 95

O manifesto de Borges da Fonseca, como documento historico, pôde ainda hoje ser lido com interesse. Precedido de uma declaração no *Diario de Pernambuco* de 27 de dezembro de 1859, veio à luz da publicidade a 31 do mesmo mez.

« Minhas ideias sociaes », annunciava elle, « são as mesmas; os meios de applical-as variam; sou, pois, d'ora em diante monarchista pessoal, por me ter convencido que na situação do Brazil não nos convem expormo-nos às vicissitudes de uma nova guerra civil, quando tão superiormente se revela o Sr. D. Pedro II, e com elle podemos alcançar todas as reformas e melhoramentos compatíveis com a nossa actual civilização. »

No manifesto, aliás longo, em que historia os acontecimentos politicos em que tomou parte, faz Borges da Fonseca a sua auto-biographia com a immodestia que lhe era habitual, não esquecendo consignar « o conhecimento tardio a que chegou ao cabo de 35 annos de lutas politicas, vendo que, ao passo que muitos dos que com elle militaram em posição inferior á sua achavam-se ricos e elevados ás grandezas que a monarchia podia dar, ao passo que elle se achava na miseria, rico somente de filhos a quem Deus havia concedido um coração digno do pai.

Passando a historiar extensamente, não sei si com verdade ou fantasia, os citados acontecimentos, chega a visita do Imperador a Pernambuco e outras provincias do norte.

« Raiou o dia 22 de novembro », observa elle, « está no porto o Imperador, e com elle está tambem a Imperatriz, acatada e reverenciada por todos os Brasileiros, tanta é a consciencia, que cada um tem de suas eminentes virtudes: a cidade está cheia de gallas e apinhada de povo; ha frenesi por toda a parte, ha mais do que isto, ha diluvio; ninguem pôde ser juiz sem ter a razão no seu estado normal. Esperemos.

O Imperador esteve no meio de nós 32 dias; foram 32 dias de estrondosas manifestações; foram ovações continuadas em todo aquelle tempo, todo o povo tornou-se cortezão.

E como se comportou o Imperador? Revelou-se-nos em toda a altura e esplendor da magestade. Nunca nenhum rei se mostrou tão confiado. No meio de um povo tão calunniado como o de Pernambuco, o Sr. D. Pedro II passeiou só e sem guardas, proclamando desta sorte a confiança que inspirava nossa moralidade.

Superior ás mesquinhas paixões que nos despedaçam, sem dar attenção ás intrigas locais, ostentou-se o Imperador a um tempo nobre e generoso conhecedor da nossa historia, conhecedor dos diversos ramos da administração, activo e extremamente interessado pelos melhoramentos desta terra, quer moraes quer materiaes.

O facto, pois, que se observou foi a alliança do rei com o povo. O que se ostenta ahi é que o povo está satisfeito com o seu monarcha, e o monarcha com o seu povo; está alguém autorisado a perscrutar as intenções ou o dever de homem honesto, emquanto prova em contrario não apparecer, crer na boa fé de todos? »

Após variadas considerações, mostrando que, na situação de então, a questão se reduziria a ter-se na cupola do



edifício social um empregado com o nome de presidente ou de imperador, questão de nome que não justificaria uma guerra civil, conclue:

« Assim, pois, faço pela primeira vez do alto da tribuna universal, que é a imprensa, minha apresentação a S. M. o Senhor D. Pedro II, que illustrado e cavalheiro como é, saberá reconhecer os motivos de minha nova conducta; e si em qualquer situação em que se ache o Imperio, por mais difficil que ella seja, puder eu servir-o, fal-o-hei com a verdade e lealdade que me são habituaes.»

Quando em 1876, o Imperador, de viagem para os Estados Unidos, tocou em Pernambuco, sem descer á terra, entre os que, além dos funcionarios publicos, foram a bordo do *Hevelius* comprimental-o, achava-se Borges da Fonseca. Bem recebido pelo monarcha, que deteve-se por algum tempo a conversar com elle junto á amurada do paquete, acabaram ambos por affavel aperto de mãos.

Dou testemunho do facto: pois que achava-me tambem a bordo.

## V

## PAGINA 120

Acossado em Agua Preta e tendo o presidente de Pernambuco mandado occupar Juparanduba, propriedade de uma influencia *praieira* em Agua Preta, onde, segundo corria, recebiam os rebeldes agazalho e recursos, foi Pedro Ivo forçado a procurar refugio em Alagóas.

A esse tempo, a região cortada pelo Jacuípe, quer do lado de Pernambuco, quer do de Alagôas, já não era o vasto e inculto deserto de terras devolutas, com as suas extensas florestas virgens, como em 1833 e 1834, na citada guerra, em que celebrisaram-se Vicente de Paula, sobre todos, Caetano Alves, os irmãos Themoteos e outros, não menos, talvez, pelo seu valor indomito, do que pelo mysterio que envolvia o desconhecido, para as forças leaes, daquellas solidões sombrias, revestidas de arvores seculares, que os Cabanos, sabedores de todas as suas entradas e saídas, percorriam com facilidade e presteza que abysmavam os que eram mandados a combatel-os.

« Dos pincares mais agrestes », diz o Dr. Lopes Machado, em uma Memoria lida perante o *Instituto Archeologico e Geographico* de Pernambuco, « dos alcantis mais escabrosos, das brenhas mais enredadas daquelles logares, cahiam de improviso sobre as avançadas do governo, ou as attrahiam a veredas enguerrilhadas para as destruir e aniquillar, e, quando sorprendidos todos ou separados, na refrega, morriam motejando, sem nunca se renderem. »

Foi por essa fórma que prolongou-se por tres annos aquella luta barbara, que mais duraria ainda, si não tivesse intervindo, para pôr-lhe termo, o elemento religioso.

Foi esse o importante serviço com que o bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, de sempre saudosa e nunca esquecida memoria, inaugurou, pôde-se dizer, o longo governo de sua diocese, indo ás matas, não sei si de Jacuípe ou de Panellas de Miranda, chamar para o gremio da sociedade aquellas de suas ovelhas que delle andavam tresmalhadas.



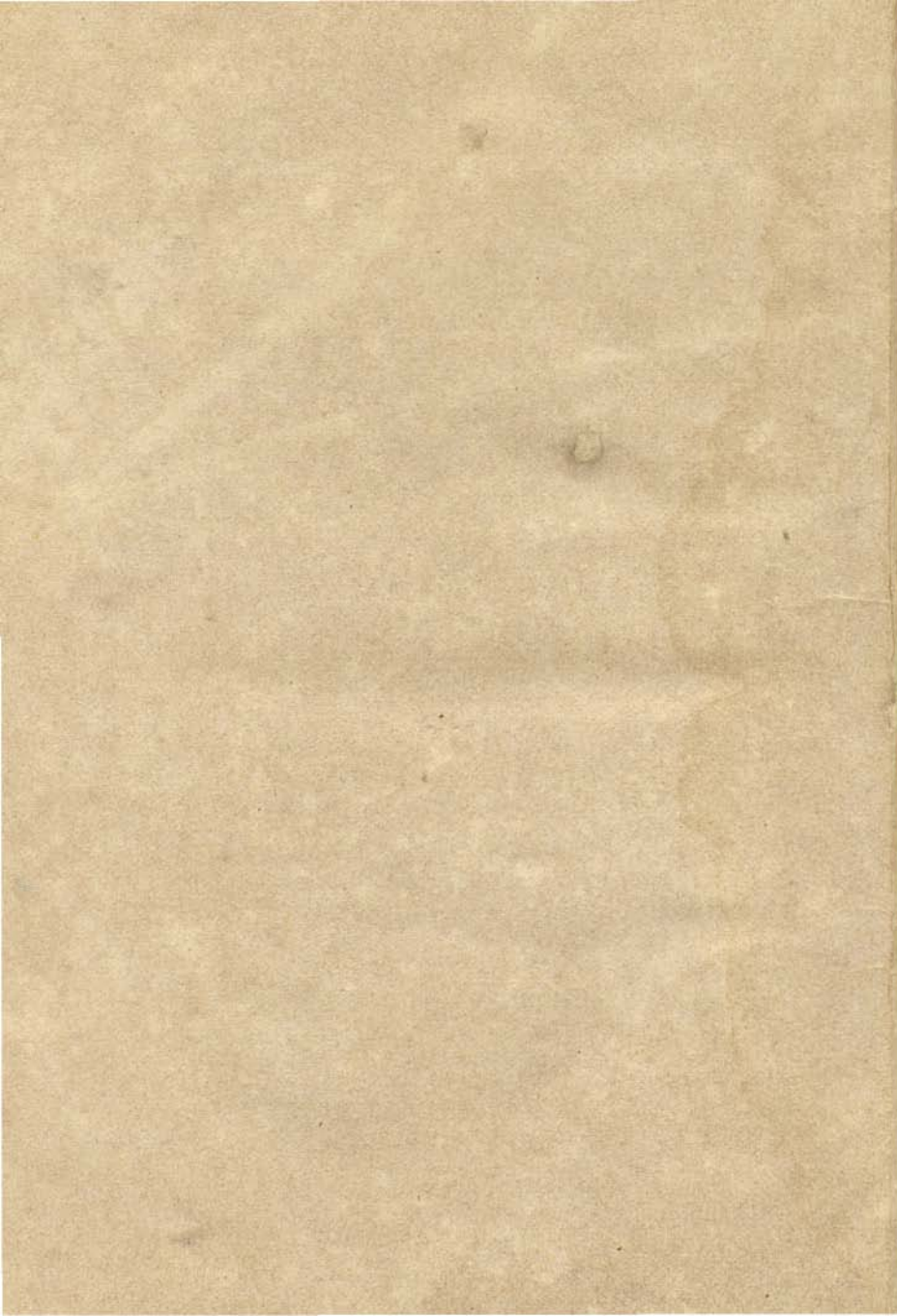
«O bispo seguiu para Bonito», diz ainda o mesmo Dr. Machado, «e dali escreveu, despachando um expresso a Vicente de Paula. Pedia-lhe uma entrevista em lugar por elle designado.

Acceito o pedido, partiu o bispo, sómente acompanhado de um guia, ao centro dos matos, onde aquelle o esperava, e depois de longa conferencia, de conselhos salutaes e lagrimas de caridade, pôde alcançar pela persuasão, o que não alcançara o poder da força.»

Desculpe-se-me esta pequena digressão, que é tambem um trecho da Historia patria.

Em 1850 não tinham mais aquellas regiões o encanto desse passado. No norte da comarca de Porto Calvo, Alagôas, nas proximidades do ponto em que mais tarde foi fundada a colonia militar Leopoldina — ribeira do Jacuipi — já havia habitantes e mesmo alguns estabelecimentos ruraes, nos quaes achava Pedro Ivo abrigo. As matas eram um recurso estrategico para a luta, e nem me recorde de que ahi tivesse havido nenhum encontro serio, antes do ataque geral, que poz termo á mesma luta.

Mas a phrase consagrada era: Pedro Ivo, expellido das matas de Agua Preta, passará para as de Alagôas. Era «a guerra das matas».





## ERRATA

| PAGINAS | LINHAS    | ERRO                                | EMENDA                         |
|---------|-----------|-------------------------------------|--------------------------------|
| 9       | 11 (nota) | e como tal será novamente provido   | novamente provida              |
| 14      | 8 (nota)  | está sendo pelo presidente carrasco | está sendo executada etc.      |
| 21      | 14        | Marquez de Muritiba                 | hoje Marquez de Muritiba       |
| 21      | ultima    | deram como primeiro resultado       | deu como primeiro resultado    |
| 30      | 22        | que, só passados 44 annos           | e que, passados 44 annos       |
| 43      | nota      | Vej. o Appendice I                  | Appendice II                   |
| 53      | 9         | o inspector o mandava               | o mandara                      |
| 70      | nota      | 22 de fevereiro de 1897             | 1896                           |
| 75      | nota      | appendice II                        | appendice III                  |
| 76      | 16        | Pedro, Ivo                          | Pedro Ivo                      |
| 76      | 17        | onde havia mais dous annos          | onde, havia mais de dous annos |
| 81      | 13        | a Parahyba devido a morte           | a Parahyba, devido, etc.       |
| 85      | 10        | como quem dirige                    | como quem se dirige            |
| 87      | 9         | mas, curioso em que                 | mas curioso, em que            |
| 87      | 23        | e assim que não os encontrou mais   | e assim é que, etc.            |

| PAGINAS | LINHAS    | ERRO                              | EMENDA                      |
|---------|-----------|-----------------------------------|-----------------------------|
| 90      | 7         | de character nacional             | do character nacional       |
| 95      | nota      | appendice III                     | appendice IV                |
| 100     | 8         | Enéas, pungindo                   | pungido                     |
| 111     | 1         | enviava o governo                 | enviara                     |
| 116     |           | chefe de policia, que aconselhava | que aconselhara             |
| 120     | nota      | appendice IV                      | appendice V                 |
| 134     | ultima    | reparar um injustiça              | uma injustiça               |
| 161     | 28        | das leis de Sua Magestade         | das leis e de Sua Magestade |
| 175     | 8         | foi influenciado pelas ovações    | não foi influenciado, etc.  |
| 178     | 25 (nota) | de onde ficou esquecido           | onde ficou esquecido        |
| 187     | 3         | que melhor ora                    | que melhor fôra             |
| 234     | 10        | ha mais do que isto, ha diluvio   | ha delirio                  |



